



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA

MESTRADO INTEGRADO EM TEOLOGIA (1.º grau canónico)

JOSÉ MANUEL ALMEIDA RAPOSO

***AÇÃO SOCIO-CARITATIVA DE D. JOSÉ DO
PATROCÍNIO DIAS, BISPO DE BEJA (1922-1965)***

Dissertação sob orientação de:

Professor Doutor Jerónimo dos Santos Trigo

Lisboa

2017



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA

MESTRADO INTEGRADO EM TEOLOGIA (1.º grau canónico)

JOSÉ MANUEL ALMEIDA RAPOSO

***AÇÃO SOCIO-CARITATIVA DE D. JOSÉ DO
PATROCÍNIO DIAS, BISPO DE BEJA (1922-1965)***

Dissertação sob orientação de:

Professor Doutor Jerónimo dos Santos Trigo

Lisboa

2017

Dedicatória:

Aos meus pais e irmão e à família admirável que Deus colocou na minha vida.
Aos meus colegas e amigos.

Agradecimentos:

Ao Professor Doutor Jerónimo Trigo pela orientação,
pela força e alento para atingir os objetivos a que me propus.
A todos aqueles que deram o seu contributo para a elaboração deste trabalho.
Aos meus colegas de Curso que, com amizade, sempre me encorajaram.

RESUMO

D. José do Patrocínio Dias pode justamente ser considerado o grande Bispo restaurador da Diocese de Beja, no Século XX, depois das duras provações sofridas por esta Igreja Particular, com a expulsão dos Jesuítas, a supressão das Ordens Religiosas e a instauração da República. Neste trabalho procuraremos abordar, especialmente, a sua visão e a sua obra social, inspirada no Magistério dos grandes Pontífices Pio XI, Pio XII e João XXIII e, sobretudo, na Doutrina Social da Igreja.

Sem deixar de ser um homem do seu tempo, D. José foi um homem de consensos e procurou construir pontes entre a Igreja, o poder central e as forças locais, para assim conseguir gerar sinergias capazes de se traduzirem em respostas concretas, para os problemas reais das populações mais fragilizadas destas Terras Transtaganas.

Palavras-chave: José do Patrocínio Dias, Alentejo, Doutrina Social da Igreja, Solidariedade, Caridade, Evangelização, Pobreza, Sinergias, Compromisso.

ABSTRACT

Bishop D. José do Patrocínio Dias can be rightly considered the great restorer of the Diocese of Beja in the 20th century, after the severe ordeals endured by this Church with the expulsion of the Jesuits, the suppression of the religious orders and the establishment of the Republic.

We'll specially refer in this work that he was a man with a vision and we'll stress the importance of his social work inspired by the teachings of the great popes, Pio XI, Pio XII and John XXIII and mainly by the Social Doctrine of the Church.

Always concerned with the problems of his own time, D. José tried to reach consensus among different opinions and to establish bridges between the central power and local forces, in order to generate synergies that could result in concrete answers to the real problems of the more impoverished populations belonging to the regions beyond the Tagus river, which constitute the South Alentejo Province.

Key-words: José do Patrocínio Dias, Alentejo, The Social Doctrine of the Church, Solidarity, Charity, Evangelization, Synergies, Compromise.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I D. JOSÉ DO PATROCÍNIO DIAS FORMAÇÃO HUMANA, TEOLÓGICA E AÇÃO SACERDOTAL	12
1.1. Covilhã: Educação familiar, moral e religiosa.....	12
1.2. Atividade industrial e problemáticas laborais.....	12
1.3. Carta Pastoral de D. Tomás Gomes de Almeida e ação de Instituições Religiosas	14
1.4. Formação religiosa	17
1.5. Coimbra: Formação teológica.....	19
1.6. A Universidade de Coimbra	19
1.7. O Centro Académico da Democracia Cristã.....	20
1.8. O Sacerdócio	23
1.9. Corpo Expedicionário na Primeira Guerra Mundial.....	24
CAPÍTULO II D. JOSÉ DO PATROCÍNIO DIAS, BISPO DE BEJA: AMBIENTE SOCIAL, POLITICO E RELIGIOSO	27
2.1. Ambiente social e político.....	27
2.2. O fim do regime monárquico.....	28
2.3. Lei de Separação do Estado e das Igrejas	31
2.4. Ação do Presidente Sidónio Pais.....	35
2.5. A questão religiosa e o apoio ao Alentejo.....	35
2.6. Estado Novo e a problemática socioeconómica do Alentejo.....	39
2.7. A Agricultura no Estado Novo	40
2.8. Ambiente político	42
2.9. Ambiente religioso	45
2.10. Caracterização do Baixo Alentejo	46
CAPITULO III AÇÃO SOCIO-CARITATIVA DE D.JOSÉ DO PATROCÍNIO DIAS, BISPO NA DIOCESE DE BEJA	48
3.1. Entrada de D. José do Patrocínio Dias na Diocese.....	48
3.2. A influência do Magistério da Igreja na ação pastoral de D. José	51
3.3. D. José, um pastor atento às mudanças no Mundo.....	56
3.4. D. José, um pastor capaz de gerar sinergias e encontrar respostas concretas.....	57
3.5. D. José, apóstolo da Caridade e da Misericórdia	62
3.6. Prioridades das intervenções e ação de D. José	67
3.7. D. José e a Doutrina Social da Igreja. A sua consciência social	69
3.8. D. José do Patrocínio Dias: O Evangelho no presente dos tempos	72
3.9. Respostas sociais para os dias de hoje	79
CONCLUSÃO	83
BIBLIOGRAFIA.....	86
APÊNDICE DOCUMENTAL.....	96
Anexo I: Conferências Vicentinas	96
Anexo II: Uniões de caridade criadas na Diocese de Beja	98
Anexo III: Carta Pastoral "Veemente apelo pastoral".....	99
Anexo IV: Carta Pastoral "Novo e Veemente apelo pastoral".....	107
Anexo V: Planta do Bairro de Nossa Senhora da Conceição, em Beja.....	120
Anexo VI: Moradias do "Amparo dos Pobres".....	121
Anexo VII: Registos mais expressivos do "Amparo dos Pobres".....	122
APÊNDICE FOTOGRÁFICO	154

SIGLAS

ACODC	Arquivo da Congregação das Oblatas do Divino Coração
AHDB	Arquivo Histórico da Diocese de Beja
AHMB	Arquivo Histórico Municipal de Beja
AO	Apostolado da Oração
ASM	Arquivo do Seminário de Beja
AUC	Arquivo da Universidade de Coimbra
BAC	Biblioteca de Autores Cristãos
CADC	Centro Académico da Democracia Cristã
CEP	Corpo Expedicionário Português
CGT	Confederação Geral do Trabalho
DSI	Doutrina Social da Igreja
FNPT	Federação Nacional dos Produtores de Trigo
GS	Constituição Pastoral <i>Gaudium et Spes</i>
JCF	Juventude Católica Feminina
MM	Encíclica <i>Mater et Magistra</i>
ONG	Organização Não Governamental
PT	Encíclica <i>Pacem in Terris</i>
QA	Encíclica <i>Quadragesimo Anno</i>
RN	Encíclica <i>Rerum Novarum</i>
RP	Radiomensagem do Pentecostes
SDOSP	Secretariado Diocesano das Obras Sociais do Porto

INTRODUÇÃO

D. José do Patrocínio Dias¹, nasceu em 23 de Julho de 1884, na Covilhã, filho de Claudino Dias Agostinho e Rosa e Claudina dos Prazeres Presunto, e faleceu em 24 de Outubro de 1965, em Fátima. Como bispo de Beja procurou servir-se, depois de análise exaustiva dos problemas na realidade, de todos os meios possíveis para que as pessoas que mais possibilidades tinham, que constituíam e constituem a minoria, pudessem ajudar a colmatar as dificuldades da maioria, na sua diocese, no coração do Alentejo, onde se vivia com muitos constrangimentos a nível social, político e religioso.

O presente trabalho com o título, *Ação Socio-caritativa de D. José do Patrocínio Dias, Bispo de Beja (1922-1965)*, tem como objetivo apresentar à luz da Doutrina Social da Igreja o labor deste ilustre Prelado que foi, numa Diocese pobre e carenciada de meios, um verdadeiro «gigante da caridade». Temos o propósito de fazer uma análise das problemáticas existenciais por si encontradas numa diocese perseguida e em forte clima de austeridade, onde os valores humanos e espirituais estavam subvalorizados ao nível da ação e do compromisso.

Para atingir os fins que são pretendidos, o presente trabalho dividir-se-á em três capítulos:

O primeiro capítulo centrar-se-á na infância, adolescência e juventude de D. José do Patrocínio Dias, vivida na Covilhã, sua terra natal, no Colégio de São Fiel, da Companhia

¹ O nome de batismo é: José do Patrocínio Dias Presunto. A origem do apelido “Presunto” vem do seu bisavó materno Diogo José Rodrigues, que na Covilhã recebia o apelido de “Diogo Presunto”, por ser “presumido/presunçoso” por causa da sua altura. O apreço que teve ao seu apelido levou-o a que o quisesse eternizar, colocando-o na maior parte dos seus filhos. O nome “Presunto” aparece riscado, com uma adenda: “suprimiu o apelido de: Presunto”, no pedido de matrícula de 1902, enquanto estudante da Universidade de Coimbra; Cf. L. FERNANDES, *Dom José do Patrocínio Dias, O Homem, o Militar e o Bispo Restaurador da Diocese de Beja*, Edições Tenacitas, Coimbra, 2016, 23; 37.

de Jesus, no Louriçal do Campo, em Castelo Branco, onde recebeu uma educação que mais tarde o levaria a matricular-se na Faculdade de Teologia, da Universidade de Coimbra (1902 – 1907), tendo concluído o curso com distinção.

Falaremos também do seu contato com o Centro Académico da Democracia Cristã (CADC), de que é um dos fundadores, e ainda da sua ação no Corpo Expedicionário Português na Primeira Guerra Mundial.

No segundo capítulo, procurar-se-á dar relevo ao ambiente social, político e religioso que se vivia, hostil à Igreja, em Portugal e na Diocese de Beja, assim como indicar as condições políticas, sociais e económicas em que se encontrava a população do Alentejo.

No terceiro capítulo, procurar-se-á mostrar, em concreto, a ação sócio caritativa levada a cabo por D. José do Patrocínio Dias na referida diocese. Aí se aponta para uma pastoral ativa centrada no Magistério Social da Igreja, fruto da influência do magistério social dos Papas Pio XI, com a *Encíclica «Quadragesimo Anno»*, de 1931, Pio XII com a *«Radiomensagem do Pentecostes»*, de 1941, e, já na parte final da missão de D. José como Bispo de Beja, de João XXIII com a publicação das *Encíclicas «Mater et Magistra»*, em 1961 e *«Pacem in Terris»*, em 1963.

A influência vem de Leão XIII, o grande fundador da Doutrina Social da Igreja, com a publicação da *Encíclica «Rerum Novarum»*, de 15 de Maio de 1891, e que o Bispo-soldado já conhecia bem desde os tempos do CADC, dado que este organismo nasceu no meio universitário português, a partir dos desafios lançados por este mesmo documento pontifício.

Apesar das limitações próprias do tempo, neste capítulo, podemos observar, a preocupação de D. José em enunciar algumas das dimensões que serão assumidas como alicerces da Doutrina Social da Igreja e que assentam em quatro pilares fundamentais: dignidade da pessoa humana, sentido do bem comum e princípios da subsidiariedade e da

solidariedade², assim como outros valores muito importantes, como o empenhamento de todos na busca de um verdadeiro desenvolvimento e o destino universal dos bens que deverá estar acessível a todos de modo equitativo.

Refletir-se-á ainda sobre a mensagem e os desafios que D. José do Patrocínio Dias, através do seu magistério e ação, coloca às pessoas do nosso tempo, levando-as a descobrir como se podem concretizar, na prática, os grandes princípios e valores da Doutrina Social da Igreja, quer na vida desta, quer na nossa sociedade atual marcada por problemas e situações muito idênticas às do seu tempo.

Servimo-nos da bibliografia sobre a personagem e obra de D. José do Patrocínio Dias, acerca do ambiente social e eclesial do tempo, bem como de obras referentes à Doutrina Social da Igreja.

Em anexos colocamos documentos que podem ajudar à compreensão do que é apresentado no corpo do trabalho. Devido à sua extensão apresentamo-los em frente e verso.

² Cf. CONSELHO PONTIFÍCIO «JUSTIÇA E PAZ», *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, Principia Editora, Cascais, 2005, n.º 160.

CAPÍTULO I

D. JOSÉ DO PATROCÍNIO DIAS

FORMAÇÃO HUMANA, TEOLÓGICA E AÇÃO SACERDOTAL

Neste capítulo vamos tratar da infância e juventude de D. José do Patrocínio Dias, na Covilhã, dos estudos de teologia em Coimbra, da sua ação sacerdotal e da missão como capelão do Corpo Expedicionário Português.

De salientar ainda a política de Sidónio Pais e o Estado Novo. Este capítulo acaba por ser o mais extenso devido aos dados para contextualização da sua vida e ação.

1.1. Covilhã: Educação familiar, moral e religiosa

Covilhã foi a terra onde nasceu José do Patrocínio Dias, a 23 de Julho de 1884. Cresceu numa família católica muito devota do Sagrado Coração de Jesus. Foi aluno do Colégio de S. Fiel, situado na freguesia de Lourçal do Campo, na região de Castelo Branco.

1.2. Atividade industrial e problemáticas laborais

Na Covilhã, a vida foi sempre marcada por um estilo doméstico. Porém, no fim da primeira metade do século XIX, tornou-se um ambiente de industrialização muito ativa, especialmente no setor dos lanifícios. Para tal concorreram fatores como a necessidade de

grande quantidade de água que ai era abundante, e a localização no coração da Serra da Estrela que, pela proximidade, proporcionava abundância de lenha usada nas caldeiras a vapor. Havia um sistema de racionalização crescente, levando a mudanças de atitude dos indivíduos e da sociedade.

Face ao progresso e desenvolvimento da indústria no panorama nacional, em 1870, o rei D. Luís eleva Covilhã à categoria de cidade. Devido a esta importância estratégica na geografia e ordenamento do país, muita gente procurava emprego nesta zona. A população era constituída por cerca de 18.000 pessoas, cuja função, basicamente, era o trabalho nas fábricas.

A indústria manufatureira, através de produção da própria lã, transformação em oficina ou na indústria, e ainda pela própria comercialização dos produtos daí extraídos, promoveu a criação de outras atividades auxiliares, como o fabrico de produtos necessários para a manutenção ou produção da maquinaria. Para albergar esta indústria, houve necessidade de construir edifícios nos quais se instalaram as atividades industriais e escritórios, bem como atividades de comércio, e edifícios habitacionais:

«O primeiro registo escrito de um edifício fabril na cidade da Covilhã data de 1677, ano do controlo de exploração da “Fábrica Nacional de sarjas e baetas”, que posteriormente passou a ser conhecido como “Fábrica Velha”, após a construção do edifício que iria alojar a “Real Fábrica de Panos”, fundada em 1764 pelo Marquês de Pombal, próxima da ribeira da Goldra»³.

Do ponto de vista económico e social, este complexo fabril trouxe como consequência a instalação de um grande aglomerado populacional que levou a uma

³ J. ESTÊVÃO, *O património industrial, a indústria dos lanifícios e a sua evolução tecnológica e construtiva. Diagnóstico e Avaliação do Potencial de Reabilitação de Antigos Edifícios Industriais*, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2012. Dissertação de Mestrado, consultada em <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/3520> a 15 de Agosto de 2016.

reformulação dos planos municipais e a novas construções e regulamentos de habitação, a diferenças de classes, com conflitos entre os patrões e operários. O incremento da banca, da bolsa e das sociedades anónimas propaga-se, estabelecendo grandes concentrações empresariais ou monopólios.

Com salários baixos, trabalho em deficientes condições, chegando a ser mais de quinze horas diariamente, a vida dos operários tornava-se muito difícil. Muitas vezes trabalhava-se em fábricas com más condições de higiene e segurança. O rápido crescimento urbano levou ao surgimento de dificuldades como o desenraizamento e insegurança das populações, o aumento da delinquência e da mendicidade. Por outro lado, assistiu-se à deterioração das situações de trabalho e de vida, tornando-se a cidade da Covilhã suja, insalubre e mal iluminada.

O movimento operário e sindical, imbuído nas ideias do socialismo, nasceu e desenvolveu-se neste ambiente. O seu propósito era chamar a atenção dos governos e da população para as condições problemáticas de vida com que os operários se deparavam. Desejava-se lutar para que fossem possíveis melhores condições de trabalho.

Por outro lado, existia um clima adverso contra a Igreja, causado pela campanha dos republicanos e pela maçonaria, que pensaram tratar-se de um terreno fértil para convencer os operários fabris, aí instalados em grande número, fazendo-os crer na incompetência, conivência e altivez da Igreja. Fomentaram uma campanha perversa anticlerical e anti congregacional.

1.3. Carta Pastoral de D. Tomás Gomes de Almeida e ação de

Instituições Religiosas

A Igreja foi muito prudente na resposta a esta situação na pessoa do Bispo da Guarda D. Tomaz Gomes de Almeida, que se posicionou junto da população que

trabalhava nas fábricas. O Prelado divulgou pela população uma Carta Pastoral, que resultou de análise cuidada da carta encíclica «*Rerum Novarum*», do Papa Leão XIII. Esta estava muito centrada na realidade social à luz do Evangelho, chegando mesmo a proclamar, pela primeira vez, os direitos dos operários e a enumerar as injustiças do sistema liberal, criticando a exploração de que eram alvo pelo capitalismo desenfreado, fruto da revolução industrial, convidando as partes envolvidas a uma profunda reflexão e consciencialização:

«(...) A concórdia cria em seu redor a beleza e a ordem; ao contrário, de um estado de guerra permanente só pode resultar a confusão acompanhada de uma selvajaria feroz. Ora, para pôr termo a essa luta e para eliminar as suas próprias raízes, possui a religião cristã uma virtude admirável e múltipla. E, antes de nada, o depósito da religião, de que é intérprete e depositária a Igreja, encerra em si o segredo de aproximação e conciliação entre os ricos e os operários, já que ensina a uns e a outros os seus deveres mútuos e, particularmente, os que derivam da justiça»⁴.

Face a este documento pontifício publicado em 14 de Outubro de 1891, D. Tomás Gomes de Almeida teve alguma dificuldade em passar a mensagem aí presente, pela proibição que tinha pelo Beneplácito Régio. Contudo, ao contrário do que lhe era permitido fazer, publicou uma Instrução Pastoral, fazendo eco do referido documento pontifício. Através dessa mesma Instrução⁵ dá maior relevo à aplicação da doutrina à condição operária, dirigindo-se aos operários para que não se deixem subjugar pelos seus patrões, reivindicando a justiça no cumprimento dos seus direitos, ao invés da escravidão a que muitos eram votados.

Por outro lado, também dirigiu uma palavra aos patrões, para que estes igualmente cumprissem as suas obrigações de acolher os operários, zelando e protegendo-os.

⁴ LEÃO XIII, Encíclica «*Rerum Novarum*», n.º 14, in «*Dez grandes mensagens*», Editorial Promoção, Porto, 2.ª edição aumentada, 1974.

⁵ Cf. J. GOMES, *Memórias de Ribacoea e da Beira Serra* in «*Carta Pastoral de D. Tomás Gomes de Almeida*», vol. 3, Editora Pax, Braga, 1979, 109-123.

Respondeu ainda ao governo, exortando-o a que procurasse resolver os grandes problemas do proletariado, de modo a que não existissem abusos de poder e discriminações, por forma a fazer um justo equilíbrio.

O Prelado aplicou a doutrina da referida Encíclica na questão da emigração do povo rural que muito afetava na altura o país, pela grande quantidade de pessoas que abandonavam os seus meios à procura de melhores condições de vida noutras partes do mundo. Tratando-se de uma zona de bastante industrialização, no seguimento do movimento operário, é de mencionar a ação social dos católicos da cidade que contribuíram para o crescimento de associações operárias e o desenvolvimento de movimentos de mutualismo e socorro mútuo. Estas associações rivalizaram com outras fundadas num contexto socialista e ateu. A indústria de lanifícios condicionou a morfologia da referida cidade, originando um vasto património edificado, em parte reabilitado, mas com um número significativo de instalações industriais, sem uso, deixadas ao abandono.

A ação dos católicos covilhanenses mereceu destaque também em relação ao crescimento de associações operárias, não só para ultrapassar situações e responder à «questão social», mas também para fazer frente a outras associações eivadas pelas doutrinas socialistas que vigoravam, pretendendo contrariar a religião católica maioritária.

O papel dos jesuítas na cidade foi bem visto e merecedor de crédito por parte do povo, em especial dos operários que acompanhavam. A partir desta receptividade, foi fácil à Companhia de Jesus desdobrar-se em iniciativas pastoralmente ativas, como se verificou na realização das missões, daí resultando a abertura de uma residência, bem como a reconstrução da antiga igreja de S. Tiago, que foi dedicada ao Sagrado Coração de Jesus, em 1877. A partir de então, a influência dos jesuítas foi mais evidente no ambiente religioso da cidade, tendo em conta as dinâmicas que punham em prática, bem como a sua esmerada formação humana e teológica.

A ação pastoral dos católicos via-se reforçada pela chegada das Irmãs Doroteias que, ao virem para Portugal, inauguraram, em 1866, na cidade covilhanense o Colégio de Nossa Senhora da Conceição, que já funcionava como escola para meninas pobres. Este colégio passou a contribuir para o futuro desenvolvimento da Congregação no nosso país, tendo suprimido muitas carências familiares a nível escolar, e possibilitado que as alunas pudessem ter uma educação de maior qualidade. A Igreja firmou-se nas suas convicções e soube propor o Evangelho junto do imenso aglomerado fabril, que era persuadido pelos ideais da república e maçonaria⁶.

1.4. Formação religiosa

Os pais de José do Patrocínio Dias eram reputados professores da Covilhã, que se pautavam por firmes valores humanos e espirituais. Nascido este seu primeiro filho, procuraram proporcionar-lhe uma educação cultural e religiosa baseada no desenvolvimento dos valores que nutriam, e nas atividades religiosas em que estavam inseridos: a instrução primária, que englobava também formação religiosa, foi confiada às Irmãs Doroteias; a devoção ao Sagrado Coração de Jesus; o Apostolado da Oração e as Conferências de S. Vicente de Paulo.

Os pais, chegado o momento de iniciar o curso preparatório, matricularam-no no Colégio de S. Fiel, da Companhia de Jesus, onde entra em Outubro de 1895. Neste estabelecimento de ensino a componente religiosa preenchia uma parte substancial do

⁶ Cf. Os dados históricos encontram-se mais desenvolvidos no autor L. FERNANDES, *Dom José do Patrocínio Dias, O Homem, o Militar e o Bispo Restaurador da Diocese de Beja*, 21-36.

quotidiano. Pela desconfiança da formação jesuítica e pela adversidade para com a Igreja, foram feitos inquéritos, como se pode constatar:

«Este collegio não agrada a muita gente, porque n'elle se ensina a religião catholica e ensina-se praticamente. Tanto basta para que sobre elle pese a terrivel suspeita de ser jesuítico. Eis a razão porque, quando o sr. Luciano de Castro, vendo nas paginas do *Diario de Noticias*, do *Trinta* e de outros periódicos *muito bem informados* uma invasão de jesuitas que, como praga de mosquitos, vinham de França infestar este bello paiz de Portugal, pretendeu com uma portaria deter essa corrente devastadora, o Governador Civil de Castello Branco, confiando pouco no que elle mesmo observara poucos mezes antes, não dando credito á informação dada pelo Administrador do Concelho, nomeou uma commissão que fosse fazer um rigoroso inquerito ao temível collegio de S. Fiel, na freguezia do Lourçal do Campo, concelho de S. Vicente da Beira»⁷.

Cívica e moralmente os métodos aplicados eram convincentes, aliados aos sentimentos de dignidade e compromisso. O ensino ministrado aos alunos baseava-se na autodisciplina. Havia uma grande disciplina académica e religiosa, mas, simultaneamente, o Colégio vivia numa linha familiar. O ambiente incutia o cultivo da amizade baseado na convivência entre colegas.

Quando José do Patrocínio Dias atingiu os dezoito anos, o seu diretor espiritual, Pe. Silvestre Neves da Cruz, no processo de discernimento da sua vocação, foi muito prudente, sugerindo-lhe que, em vez de enveredar por um caminho de seminário, se matriculasse no curso de Teologia como aluno externo. Deixou, por isso, o Colégio de S. Fiel rumo à Universidade de Coimbra.

⁷ A. LAGES, *O Sr. Marianno de Carvalho e o Collegio de S. Fiel, collecção dos artigos publicados nos n.ºs 144, 145 e 146 da "Cruz do Operario"*, Typographia da Cruz do Operario, Lisboa, 1883, 6-7, (itálico no original).

1.5. Coimbra: Formação teológica

José do Patrocínio Dias concluiu os seus estudos de Teologia na Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra. Percebendo o anticlericalismo e clima hostil contra a Igreja, juntamente com outros estudantes, dirigiu o Centro Académico da Democracia Cristã (CADC), ao mesmo tempo que se inseriu nas Conferências de S. Vicente de Paulo, mostrando um grande empenho nestas causas.

1.6. A Universidade de Coimbra

Ao chegar à Universidade, o ambiente que encontrou era completamente diferente do que vivera até então. Tratava-se de um ambiente académico constituído por professores e estudantes de todas as partes do país, que frequentavam as cinco Faculdades da Universidade de Coimbra, a qual, nesta altura, não gozava de boa reputação devido à existência de muitos conflitos. Referimo-nos a um sistema de ensino bastante ligado à tradição, constituindo um dos símbolos do conservadorismo, baseado num ensino absolutista e memorizador⁸.

O anticlericalismo também marcava o seu espaço. As forças maçónicas procuravam ludibriar os estudantes, desviando os católicos das suas convicções. Devido a este acentuado clima, os estudantes que manifestassem alguma piedade ou expusessem determinantemente o seu catolicismo, apesar da Academia ser constituída basicamente por jovens católicos, podiam sofrer perseguições:

⁸ Cf. L. TORRALBA, *A Universidade entre a tradição e a modernidade*, «Intellectus», Ano 07, Vol. I, 2008, consultado em <http://www.intellectus.uerj.br>, a 12 de Setembro de 2016.

«O ambiente político era mau; a realza estava periclitante; o partido republicano tomava grande incremento e seduzia com enganadoras miragens a mocidade estudantil; o anti-clericalismo lavrava com intensidade. A geração de Teófilo Braga, Afonso Costa, Guerra Junqueiro, Elias Garcia e outros do mesmo jaez havia espalhado por Coimbra o *vírus* da revolta e da descrença. Urgia lutar e defender a fé»⁹.

A este meio académico não seria alheio José do Patrocínio Dias, vindo de uma família e localidade marcadamente católicas. Por outro lado, havia, motivado por determinados fatores, um considerável descrédito por parte dos poderes eclesiásticos face à Universidade.

Também se percebia que os métodos utilizados na mesma, já estavam ultrapassados. Não eram praticados noutras Faculdades de Teologia em outros pontos da Europa. A criatividade dos seus professores também era escassa, sem produção e limitando-se a reproduções de outros, numa ausência de mecanismos pedagógicos e de ideias. Ensinava-se uma teologia assente nos dogmas e de cunho apologético. A decadência fazia-se sentir do ponto de vista moral e religioso¹⁰.

1.7. O Centro Académico da Democracia Cristã

No campo ideológico e relativo à vida espiritual, acentuava-se uma Igreja acomodada ao sistema político vigente, que se vê agora, por ser perseguida pela República, obrigada a robustecer um episcopado unido e ativo.

Todavia, a Igreja continuava enfraquecida do ponto de vista organizativo e institucional. Com respeito à Universidade de Coimbra, assiste-se a um problema grave

⁹ J. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo Soldado*, União Gráfica, Lisboa, 1959, 74.

¹⁰ Cf. L. FERNANDES, *Dom José do Patrocínio Dias, O Homem, o Militar e o Bispo Restaurador da Diocese de Beja*, 42.

motivado pelo ódio que os anticlericais nutriam por esta instituição, entre o último quartel do séc. XIX e os primeiros anos do séc. XX, sendo aceite por parte dos clérigos, mas pouco convincente na ótica dos docentes.

Perante esta situação, José do Patrocínio Dias, juntamente com outros estudantes, foi parte ativa de um grupo que tinha como propósito lutar contra o anticlericalismo que parecia querer dominar. Especialmente constituído por alunos de Teologia surgiu em 1901, o Centro Académico da Democracia Cristã.

Várias foram as medidas em que se consolidou o discurso político, nomeadamente a defesa da liberdade do culto religioso; a apologia da propaganda de doutrina dogmática e moral do catolicismo, a divulgação de livros, folhetos e periódicos católicos, o desenvolvimento de agremiações juvenis, conferências e congressos, instituições de benemerência e obras sociais, conforme os conselhos dos Papas. Tratava-se de uma organização estudantil, de cariz religioso, pautada por valores morais e espirituais, com o propósito de fazer face à perseguição religiosa e anticlerical vivida um pouco por todo o país¹¹. Anos mais tarde, é possível conhecer a opinião do futuro Bispo de Beja:

«Embora não conste dos registos da querida instituição católica eu tenho a inefável consolação de haver pertencido ao grupo dos seus fundadores. Fundado, embora, em 1901, certo é que só adquiriu organização e personalidade jurídica em 1902, com os académicos que cercamos o Dr. Francisco Menezes Cordeiro e que fomos fiéis à causa da Igreja. Estava eu então nos meus 17 anos e esta menoridade não me permitiu assinar o requerimento em que se pedia ao Governo Civil a personalidade jurídica do CADC. Depois, durante cinco anos, creio poder afirmar que nunca faltei a nenhuma das suas sempre interessantes e preciosas reuniões»¹².

¹¹ Cf. J. BRITES, *Construir a História: A sede do CADC de Coimbra*, «Lusitânia Sacra», 2ª série, 19-20 (2007-2008), 124.

¹² J. PATROCÍNIO DIAS, *Escritos e Correspondência (1948-1954)*, Arquivo Histórico da Diocese de Beja - 1C, Livro XL, Carta de 17.XI.1950. Esta carta apresenta uma imprecisão, pois em 1902 José do Patrocínio Dias não teria 17, mas 18 anos.

José do Patrocínio, como cofundador do CADC, estava também dedicado à vertente sócio caritativa, que lhe vem pela influência das Conferências de S. Vicente de Paulo¹³, existentes no mundo académico. Acedendo ao desejo do Bispo, D. Manuel Luís Coelho da Silva, os estudantes foram unânimes em colocar na fachada da sede, a imagem do Sagrado Coração de Jesus.

Estamos no início do século XX, num tempo em que os ideais liberais se impunham, e onde a Universidade, contrariamente à divulgada defesa da autonomia, imagem de marca da ideologia republicana, não deixou, na prática, de estar ligada ao poder central.

Lançada que estava a primeira pedra, era agora o momento de passar à evangelização nesta obra. Para a sua divulgação foi criado um periódico, intitulado «*Estudos Sociaes*». José do Patrocínio Dias colaborou na divulgação desta revista considerando-se que:

«Desde os primeiros números que os *Estudos Sociais* manifestam grande atenção às vicissitudes do movimento democrata-cristão europeu e aos mais candentes acontecimentos sociais e políticos internacionais da época, ostentando um nítido sentido de abertura e uma vontade inovadora»¹⁴.

A revista pretendia apresentar a visão de uma sociedade descristianizada que era necessário mudar, contando com a mobilização dos católicos portugueses, cujas divisões e fraturas não tinham sido debeladas até então.

Os jovens estudantes desta universidade levaram a bom termo uma obra que nasceu da sua preocupação em dar algum contributo para a mudança de mentalidade face aos

¹³ Cf. Anexo I.

¹⁴ M. DA CRUZ, *As origens da democracia cristã em Portugal e o salazarismo (II)*, «Análise Social» vol. XIV (55), 1978, 553.

ataques de que a Igreja era alvo, face ao controlo do Estado, que tinha a firme convicção de acabar com o culto presente no catolicismo.

Num artigo do jornal *Correio de Coimbra*, o Dr. Menezes Cordeiro aponta, entre outros nomes que estão na origem do CADC, o do Pe. José do Patrocínio Dias, capelão no corpo expedicionário português na Primeira Guerra Mundial e que à data era bispo de Beja¹⁵.

1.8. O Sacerdócio

O estudante de Coimbra José do Patrocínio Dias aspirava a algo mais alto: Desejava ser padre, e por essa razão certo dia comunicou à família a sua decisão:

«Vou à Guarda falar com o Senhor Bispo, o Seminário espera-me!...»¹⁶.

Foi ordenado, por D. Manuel Vieira de Matos, bispo da diocese da Guarda, a 21 de Dezembro de 1907. Veio a exercer na Igreja inúmeras atividades, nomeadamente no ensino e na pastoral. Desde professor de Teologia à paroquialidade de várias freguesias, passando pela forte animação das Conferências de S. Vicente de Paulo, e um trabalho de grande dedicação à catequese e educação dos jovens, foram muitos os afazeres para que foi solicitado este apóstolo da caridade¹⁷. No meio de tudo, não deixou de ser central a questão do combate à pobreza e desigualdades sociais que sempre marcaram a sua vida sacerdotal, e, mais tarde, episcopal.

¹⁵ Cf. M. TRINDADE, *A Faculdade de Teologia e o incidente com o Senhor Bispo-Conde, D. Manuel Correia de Bastos Pina*, «Lumen», n.º5, XVII/XI, 1953, 628.

¹⁶ J. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo Soldado*, 79.

¹⁷ Cf. J. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo Soldado*, 88-89.

De salientar que muitas das situações em que se envolveu, foram o despertar para o seu proffícuo magistério episcopal na Diocese de Beja.

1.9. Corpo Expedicionário na Primeira Guerra Mundial

A notícia da declaração de guerra da Inglaterra à Alemanha, chegou a Portugal a 4 de Agosto de 1914. Portugal tinha acedido ao pedido dos ingleses, seus velhos aliados, de aprisionar os navios alemães que se encontravam nos seus portos, tendo como resultado, por parte dos germânicos, a declaração de guerra, vendo-se, assim, indiretamente envolvida nesta luta, passando de uma posição passiva, a ativa; foi uma decisão muito difícil de tomar. Estava em causa a posição das colónias portuguesas e as circunstâncias políticas que condicionavam o país. Por outro lado, não era aceitável que Portugal faltasse ao cumprimento das suas obrigações internacionais, especialmente em relação à aliança mantida com a Inglaterra.

Todavia, a falta de capelães no Corpo Expedicionário Português mereceu alguns reparos e críticas por parte dos britânicos. Em representação do episcopado português, o Cardeal Patriarca, António Mendes Belo, procurou, num contexto político muito desfavorável à Igreja Católica, fazer diligências para que se pudessem incorporar capelães junto das unidades que estavam para seguir para França.

Depois dos trâmites legais, formou-se em Lisboa uma comissão central de assistência, de modo a adquirir fundos para a sua manutenção, bem como subsídios para os soldados. O cônego da diocese da Guarda, José do Patrocínio Dias, desde logo se alistou, oferecendo-se como voluntário em prol da pátria:

«Vou para a guerra, disse ele, dando um pulo da cadeira onde estava sentado também a ler o jornal. Chegou o momento de fazer alguma coisa pela minha querida Pátria, cujo leme está em mãos tão inábeis»¹⁸.

Vários sacerdotes seguiram o seu exemplo. Coube a si chefiar o Corpo Expedicionário Português, o que lhe conferiu um papel de grande relevo. Esta decisão muito contribuiu para aproximar a Igreja e o Estado, apesar de um contexto muito adverso. Se inicialmente, os capelães foram recebidos pelos soldados com desconfiança e frieza, mais tarde, a simpatia reinou e o ambiente de camaradagem instalou-se, muito por ação de José do Patrocínio Dias.

Em teatro de guerra, diariamente havia missa, visitas às trincheiras, casernas, auxílio nos hospitais e nas ambulâncias, e muitas outras situações. Os capelães por esta via mantinham com os soldados laços de comunhão e de amizade recíprocos. José do Patrocínio também nesta questão, mostrou sempre sustentar o prestígio da Igreja bem como a dignidade dos capelães:

«Remomeras sempre com enternecimento esse período de funções militares vivido com o maior devotamento profissional no C.E.P., em França. Foi um período de leal e sincera camaradagem de armas, de confraternização dos espíritos sôlidamente congraçados na ideia suprema da Bandeira... Assim foi que na convivência do Quartel General do C.E.P., se assinalou a personalidade *modesta, persuasiva, insinuante e ilustrada* do Capelão Chefe, designado pela autoridade eclesiástica, nomeado em ordem de serviço pelo General Comandante do C.E.P. Fernando Tamagnini de Abreu, conforme a legislação especial vigente. O capelão chefe, respeitado de todos e logo estimado de quantos com ele privavam, *soube coordenar a acção dos seus colaboradores na tarefa espiritual que aceitaram, servindo ao mesmo tempo a sua Religião e o bem da Pátria comum*». (Coronel P. Monteiro: *discurs. Not. de Beja: Fever. 1941*)¹⁹.

Motivada por altivo patriotismo, era a densa vida moral e espiritual que pautava a ação dos capelães na guerra. Os soldados motivados por este ímpeto de fé, coragem e

¹⁸ J. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo Soldado*, 127, (itálico no original).

¹⁹ J. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo Soldado*, 151-152, (Itálico no original).

esperança, procuravam, na medida do possível, mesmo com a ameaça do inimigo, observar os seus ensinamentos com igual coragem e devoção, pois na prática tinham aqui bons exemplos a seguir.

CAPÍTULO II

D. JOSÉ DO PATROCÍNIO DIAS, BISPO DE BEJA

AMBIENTE SOCIAL, POLITICO E RELIGIOSO

A nível político, religioso e social, a Diocese de Beja viveu tempos muito hostis por parte dos republicanos que combateram especialmente a Igreja Católica. Nas décadas de 20 e 60 do século XX, a população ocupava-se maioritariamente da agricultura. Como Bispo, D. José dá entrada em Beja em 5 de Fevereiro de 1922. A população está dividida sendo uma parte anticlerical e outra indiferente. Foi recebido por parte de alguns com apupos e muito pouco civismo.

2.1. Ambiente social e político

Portugal neste período afastava-se cada vez mais da Europa, do ponto de vista político, económico e social. A monarquia constitucional entra em decadência por força da oposição com os países industrializados, que também se revolucionaram culturalmente. Assiste-se, no país, a profundas modificações pelos defensores do liberalismo, que vão conduzir à secularização, com a ascensão do racionalismo burguês. Dá-se a Lei da Separação do Estado e das Igrejas²⁰.

²⁰ Cf. *Lei da Separação do Estado e das Igrejas*, de 20/04/1911, publicado no «*Diário do Governo*», n.º 92 de 21/04/1911, 701.

2.2.O fim do regime monárquico

A decadência da monarquia constitucional portuguesa é, acima de tudo, a própria decadência de um país que, tendo no seu passado momentos do mais elevado esplendor, não pôde, ou não soube, adaptar-se e acompanhar o ritmo e o sentido do desenvolvimento da Europa, em que se encontrava inserido, mas de que se foi progressivamente afastando.

Com o desenrolar do século XIX, começou a desenhar-se com nitidez o progressivo distanciamento do nosso país, face às nações que lentamente se industrializam e se desenvolvem, e que, concomitantemente, vão produzir uma não menos prodigiosa revolução cultural de que nos chegarão ecos. A consciencialização destes factos e a impossibilidade física de os alterar, levaram toda uma geração a preocupar-se denodadamente com as razões da decadência nacional.

Os primeiros tempos da República apanharam a Igreja de rompante. O Ministro da Justiça, Afonso Costa, defensor do liberalismo, desejava impor, face ao poder do catolicismo até aí vigente, um conjunto de modificações que não foram nada pacíficas. O programa que levaram a cabo de transformação de mentalidades foi devastador.

Nos primeiros dias de governação do novo regime republicano, o referido ministro assinou vários decretos como medidas persecutórias: expulsão de todas as congregações religiosas, que a nível económico detinham grande poder no país; proibição do uso do hábito religioso, bem como referências a Jesus Cristo, especialmente com respeito a crucifixos, em atos públicos e nas escolas primárias, em vista de uma ação de laicização.

O controlo por parte do governo instituído, liderado por Afonso Costa, é uma verdadeira afronta à Igreja²¹. A isto juntou-se o processo de secularização, apoiado, em especial, pelo racionalismo burguês em ascensão. O momento vivido é de consternação por parte da Igreja Católica, em especial pelos bispos, que assistem apreensivos a esta

²¹ Cf. F. COELHO, *D. Augusto Eduardo Nunes, Professor de Coimbra – Arcebispo de Évora*, Paulus Editora, Lisboa, 2010, 212-213.

atuação legislativa que veem tudo posto em causa por um regime que teima em não dar tréguas. Atento a esta situação, comenta D. Augusto Eduardo Nunes²²:

«É difícil, amados filhos, é difícil de compreender a indiferença geral dos homens em presença do seu eterno destino (...) Tudo quanto interessa à saúde, à fortuna, às honras, aos gozos, às opiniões, hábitos, comunidades e negócios temporaes dos homens, agita-os, perturba-os, afflige-os, inquieta-os, excita lhes uma actividade infatigável; só há indiferença, só há desdém, no que toca ao negócio da salvação, no que respeita ao céu, ao inferno, à eternidade! (...).

Este marasmo dos espíritos é uma anomalia monstruosa; este lethargo do indifferentismo é uma verdadeira enfermidade moral, que vai tomando nestes tempos o carácter de endemnica (...) Esforçae-vos, pois, amados, Irmãos e Cooperadores nossos, esforçae-vos por dissipar as trevas da ignorância e derreter o gelo do indifferentismo, que – ainda mal – assoberba tantas almas neste Arcebispado»²³.

A Igreja tem que se consciencializar que há uma mudança de *modus operandi*, de forma a ajustar-se aos novos tempos. A questão religiosa torna-se uma questão política, tendo em conta a abordagem efetuada pelo novo regime. Antes da Implantação da República, a Igreja em Portugal não tinha uma situação que a favorecesse. O

²² D. Augusto Eduardo Nunes, nasceu em Portalegre a 31 de Março de 1849. Iniciou os seus estudos no Colégio de Campolide, em Lisboa. Mais tarde veio a ingressar no Seminário de Santarém de onde saiu em 1871, com o curso de teologia concluído com distinção. Um ano depois foi ordenado presbítero a 25 de Maio. Concluiu os estudos de teologia em Coimbra, em 1879, na faculdade da mesma cidade em que se doutorou em Dezembro de 1880. Foi diretor espiritual e professor no Seminário de Coimbra. Foi eleito bispo coadjutor, em 21 de Outubro de 1884, com direito de sucessão ao arcebispo de Évora, tendo nesta cidade entrado como seu prelado em 17 de Janeiro de 1885. Os principais objetivos do seu magistério foram o ensino religioso das crianças. Alvo dos republicanos que implementavam uma campanha hostil contra a Igreja e perante uma completa anarquia, o arcebispo pôs o governo ao corrente da situação na cidade alentejana. A Igreja sempre louvou a sua iniciativa e coragem. Pela oposição que movia ao governo, em especial por ter publicado uma cata pastoral sem o beneplácito do governo, foi proibido durante dois anos de residir no distrito de Évora. Regressou à cidade em 1914, onde faleceu em Julho de 1920; Cf. F. ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal, Nova Edição preparada e dirigida por Damião Peres*, Vol. III, Livraria Civilização, Porto, 1970, 536-538.

²³ P. NOGUEIRA, *Arcebispado de Évora*, in Instituições Christãs, III Ano, 1.ª Série, 20 de Março de 1885, 179-184, III Ano, 1.ª Série, 5 de Abril de 1885, 213-248.

catolicismo teve de pagar um pesado imposto por se tratar da «Religião Oficial do Estado». Por via da aplicação do «Beneplácito Régio»²⁴, a Igreja não gozava de qualquer liberdade, pois todos os poderes eram configurados ao Estado, que igualmente se sentia motivado pelo controle dos mais elementares direitos de expressão que visavam a comunicação da Santa Sé com os bispos e fiéis e vice-versa²⁵.

No final do regime monárquico, sobretudo entre 1901 e 1910, houve uma tendência governamental para oprimir a Igreja, e, de modo particular, as associações religiosas, que, entretanto, se tinham implantado em Portugal, a partir da segunda metade do século XIX. Foram tomadas várias disposições legais contra as ordens religiosas, sendo disso exemplo o aproveitamento do caso Rosa Calmon²⁶, o que levou ao encerramento de algumas casas e à pretensão do governo em regular a vida dos Institutos Religiosos, por decreto de 18 de Abril de 1901, obrigando-os a estatutos aprovados oficialmente, e à inexistência de clausura, noviciado e votos²⁷.

Fator marcante da vida política e social foi o regicídio, a 1 de Fevereiro de 1908, no Terreiro do Paço, em Lisboa, causando a morte do rei D. Carlos e de Luís Filipe, seu filho herdeiro. As medidas implementadas pelos republicanos, aos olhos das monarquias

²⁴ Beneplácito régio pode definir-se como a confirmação que a autoridade civil concede aos diversos atos da autoridade eclesiástica para terem vigor jurídico no território sujeito à sua jurisdição. Este direito que se arroga a autoridade civil lesa a autoridade plena de que a Igreja não pode prescindir dentro da sua esfera e competência. Em Portugal, o beneplácito régio introduziu-o D. Pedro I (1361). Ora suprimido, ora em vigor, foi definitivamente abolido em 1918 e de novo expressamente pela Concordata de 1940 (art.º. II), M. DE OLIVEIRA, *História Eclesiástica de Portugal*, União Gráfica, Lisboa 1940, 97, 146, 252, 302 e 305.

²⁵ Cf. J. COELHO *A primeira República e a Igreja Católica quanto à liberdade de ensino (1910-1926)*, «Eborensia», Ano XVI, N.º31, 2003, 46.

²⁶ Rosa Calmon, de 32 anos, era filha do cônsul brasileiro no Porto. Pretendeu entrar num convento e foi-lhe negada a autorização paterna, pelo que tentou para lá fugir, em 1901, no que foi impedida pela população. Os jornais da época aproveitaram o facto para fazer escândalo e atacar a Igreja. Cf. A. RAMOS, *A Igreja e a I República. A reacção católica em Portugal às leis persecutórias de 1910-1911*, in «Didaskália», XIII, 1983, 253.

²⁷ Cf. M. DE OLIVEIRA, *História Eclesiástica de Portugal*, 327.

européias não mostravam nenhuma credibilidade numa república tão jovem, a partir das desconfianças nos seus ímpetos reacionários:

«(...) Nas vésperas da República, são pois os movimentos republicano e anarquista que determinam mais profundamente o evoluir do movimento social em Portugal. Este período é caracterizado por um acentuado aumento de luta e contestação social»²⁸.

2.3. Lei de Separação do Estado e das Igrejas

Na manhã de 5 de Outubro de 1910, foi proclamada a Implantação da República. Uma das primeiras medidas do novo regime foi a Lei da Separação do Estado e das Igrejas. Tem como pontos fundamentais:

a) A expropriação de bens eclesiásticos

«Todas as catedraes, igrejas e capellas, bens immobiliarios e mobiliarios, que teem sido ou se destinavam a ser applicados ao culto publico da religião catholica e á sustentação dos ministros d'essa religião e de outros funcionarios, empregados e serventuarios d'ella, incluindo as respectivas bem feitorias e até os edificios novos que substituiram os antigos, são declarados, salvo o caso de propriedade bem determinada de uma pessoa particular ou de uma corporação com individualidade juridica, pertença e propriedade do Estado e dos corpos administrativos, e devem ser, como taes, arrolados e inventariados, mas sem necessidade de avaliação nem de imposição de sellos, entregando-se os mobiliários de valor, cujo extravio se receiar, provisoriamente á guarda das juntas de parochia ou remetendo-se para os depositos públicos ou para os museus»²⁹.

²⁸ A. FERREIRA, *Perspectivas sobre o catolicismo no Portugal contemporâneo (1820-1958)*, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1988, 25.

²⁹ *Lei da Separação do Estado e das Igrejas*, Artigo 62.º de 20/04/1911, publicado no «*Diário do Governo*», n.º92, de 21/04/1911, 701.

Para proceder a este arrolamento, foram criadas comissões concelhias de inventário, na dependência direta do Ministério da Justiça:

«O arrolamento e inventario a que se refere o artigo anterior serão feitos administrativamente, de parochia em parochia, por uma Comissão concelhia de inventario, composta do administrador do concelho ou bairro e do escrivão de Fazenda, que poderão fazer-se representar por empregados seus, sob sua responsabilidade, servindo o primeiro de presidente e o segundo de secretario, e por um homem bom de cada parochia, membro da respectiva junta, e indicado pela camara municipal para o serviço d'essa parochia»³⁰.

b) Clima hostil e expulsão de alguns bispos:

A postura republicana face à Igreja Católica fez com que os bispos, como resposta, se juntassem em Lisboa no Paço de S. Vicente de Fora, em Novembro de 1910³¹, tendo sido aprovado o *Protesto Coletivo dos Bispos Portugueses*, contra a política religiosa do referido Governo, que devia ser lido em todas as missas dominicais:

«Todos subscreveram a pastoral em que diziam não querer intervir no foro do Estado, mas apenas para esclarecer a população para os perigos de uma rutura de graves consequências sociais e políticas. Sem porem em causa as prerrogativas civis do Governo Provisório, declaravam que a Igreja era detentora de direitos espirituais que mereciam ser respeitados.

³⁰ *Lei da Separação do Estado e das Igrejas*, Artigo 63.º de 20/04/1911, publicado no «*Diário do Governo*», n.º 92 de 21/04/1911, 701.

³¹ Na reunião de bispos em Lisboa, ficou escolhido, para a redação final de uma pastoral, D. Augusto Eduardo Nunes. Este documento data de 24 de Dezembro e ressalva a doutrina da Igreja sob o respeito devido aos poderes constituídos. Aqui se sublinha o protesto dos prelados contra a violência infligida à Igreja pelo governo republicano e se dá aos católicos determinadas normas práticas: «1.ª) Não devem jamais cooperar, admitir a menor cumplicidade nem sequer dar aprovação a coisa alguma que signifique ou origine hostilidade ao Catolicismo; 2.ª) Devem procurar, por todos os meios legais e honestos, favorecer, na medida de sua possibilidade, a causa da religião e a Igreja Católica, e unidos num terreno comum empenhar esforços para remover da legislação tudo o que à mesma causa seja contrário.»; Cf. F. COELHO, *D. Augusto Eduardo Nunes, Professor de Coimbra – Arcebispo de Évora*, 21.

A Pastoral colectiva do episcopado português ao clero e fiéis de Portugal foi assim divulgada nos meios religiosos, sem que os seus autores houvessem solicitado, ao abrigo do beneplácito régio, o parecer favorável do Ministério da Justiça (...)»³².

O Governo deu ordem a que, de imediato, nas dioceses se interrompesse a leitura da Pastoral. Contudo, houve quem levasse por diante a sua leitura. Entre outros, D. António José de Sousa Barroso, Bispo do Porto (1854-1918)³³ e D. António Mendes Belo (1842-1929)³⁴, Patriarca de Lisboa, foram alvo de processos e afastados da governação dos respetivos territórios diocesanos³⁵.

c) A questão das cultuais

A República, segundo o prescrito na Lei da Separação, a partir de 1 de Julho de 1911, não sustentava nem subsidiava nenhum culto, tendo suprimido do orçamento de

³² J. SERRÃO, *História de Portugal, XI, A Primeira República (1910-1926)*, Editorial Verbo, Lisboa, 1996, 78.

³³ Cf. J. COSTA, *A Igreja Católica e Sidónio Paes*, Coimbra editora, 1921, 47.

³⁴ D. António Mendes Belo nasceu em S. Pedro (Gouveia), em 18 de Junho de 1842. Mais tarde, depois de um longo caminho eclesiástico, foi elevado à dignidade de Patriarca de Lisboa, em 20 de Dezembro de 1907. Foi ainda designado cardeal *in pectore* no consistório convocado por Papa Pio X, em 22 de Novembro de 1911. Em 8 de Setembro de 1914 recebeu o chapéu cardinalício, pelo Papa Bento XV, tendo-lhe sido dado o título dos Santos Marcelino e Pedro. O prelado desde sempre lutou contra as injustiças e perseguições movidas à Igreja pelos republicanos, que pretendiam laicizar a sociedade, controlando o ensino religioso nas escolas e os meios de comunicação social existentes, por forma a implementar os valores que defendiam. D. António Mendes Belo foi sempre um opositor desta situação, junto das entidades governativas. As suas tomadas de posição, discursos inflamados cartas pastorais, e em especial quanto ao protesto à formação das «cultuais», valeu-lhe, em Dezembro de 1911, a expulsão do distrito de Lisboa, durante dois anos, decretado pelo Governo. Viria a regressar, da sua terra natal onde esteve exilado, a Lisboa em Fevereiro de 1914. Faleceu na mesma cidade, em 5 de Agosto de 1929; Cf. F. ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal, Nova Edição preparada e dirigida por Damião Peres*, 561-563.

³⁵ Cf. A. OLIVEIRA, *Lei da Separação. Subsídios para o estudo das relações do Estado com as Igrejas sob o regime republicano*, Imprensa Nacional, Lisboa 1914, 34 s; M. DE OLIVEIRA, *História Eclesiástica de Portugal*, 305 s.

Estado todas as despesas com as atividades culturais, bem como as cóngruas que o regime liberal destinou para subsidiar os párocos.

Por outro lado, este novo regime em vigor, deu a estes uma pensão vitalícia e anual decidida com base num questionário a preencher por aqueles que a requeressem.

d) A lei dos pensionistas

A Lei da Separação do Estado e das Igrejas, com respeito às pensões atribuídas ao clero, deu origem a uma divisão profunda no interior deste, que viria a afetar numerosas paróquias e arciprestados³⁶. O que o Estado regulamentava é que os padres deviam aceitar a pensão a que tinham direito, sendo que os bispos, por seu lado, os aconselhavam a rejeitá-la através do preenchimento de um requerimento.

Na força detida pelo anticlericalismo republicano, existia um setor que procurava explicar a recusa dos bispos, alegando que eles teriam outro tipo de ajudas. Nesta altura afirmava-se que os cofres da Companhia de Jesus teriam capacidade para financiar as despesas, pelo que os adversários do sistema anticlerical seriam os jesuítas³⁷.

e) Posição dos fiéis face à Lei da Separação

Os fiéis sentiam-se «algemados», sem liberdade, diante de um sistema político que lhes negava o direito a expressarem a sua opinião e manifestarem os seus sentimentos. Cedo se percebeu que muita da robustez da Igreja em Portugal passava pela ação dos católicos, existindo uma enorme crisperação entre a Igreja e o Partido Republicano, através do papel desempenhado pelas organizações que atuavam ocultamente:

³⁶ Cf. *Lei da Separação do Estado e das Igrejas*, artigo 113 de 20/04/1911, publicado no «*Diário do Governo*», n.º 92 de 21/04/1911, 704.

³⁷ Cf. M. MOURA, *A República: Resistências e acatamento a nível local*, «Lusitânia Sacra», 2.ª Série, Tomo XXIV, 2011, 25.

«Os sectores católicos vão progressivamente assumindo a questão social através de diversos elementos que lhes exigem consequente actuação. O primeiro é a miséria social que atinge os sectores populares, quer nos grandes centros industriais, quer nas zonas rurais onde a transformação económica cria situações de instabilidade e de precaridade social. Esta miséria económica e social, fruto directo do liberalismo, é encarada como uma miséria moral. Trata-se, num primeiro momento, de uma percepção caritativa e religiosa da questão social. É na medida em que esta degradação do operário é moral que importa lutar pela moralização da economia e da sociedade em geral, isto é, das relações sociais»³⁸.

2.4. Ação do Presidente Sidónio Pais

Sidónio Pais surge aqui contextualizado no ambiente político, religioso e social de Portugal na primeira metade do século XX. Uma das principais atividades da sua governação incide na região do Alentejo, no setor agrícola, a partir de uma aplicação de políticas de sustentação e ajuda monetária ao regime de latifúndio.

2.5. A questão religiosa e o apoio ao Alentejo

Quando Sidónio Pais entrou em plenas funções, a 11 de Dezembro de 1917, havia questões a solucionar:

a) Do ponto de vista religioso existia um clima bastante hostil e repressivo, motivado pelas políticas anteriores, sobretudo a partir da separação, que se mantinha, entre a Igreja e o Estado. O início da sua governação é, desde logo marcado por uma grande capacidade reivindicativa, competência e confiança, que vão levá-lo a intervenções sem paralelo, concretamente no campo religioso.

A política de atração aos setores mais conservadores no regime liderado por Sidónio Pais, aliviou a aversão que existia em relação à Igreja Católica. O governante cedo percebeu

³⁸ A. FERREIRA, *Perspectivas sobre o catolicismo no Portugal Contemporâneo (1820-1958)*, 29.

o papel desta instituição religiosa na sociedade portuguesa, tendo assim procurado pacificar o país deste ponto de vista, mitigando a aplicação da «Lei da Separação do Estado e das Igrejas», e especialmente pelo reatamento de relações diplomáticas com a Santa Sé e pela publicação de um decreto que pretendia fazer retornar os bispos do Porto, Braga, Évora e Lisboa que haviam sido exilados pelo governo anterior.

Era ainda propósito da sua política a revogação da Lei da Separação, a partir de um diploma que reconhecia as ilegalidades praticadas contra a Igreja Católica. O governo de Afonso Costa, com efeito, tinha deixado os católicos «amarrados», numa ausência de liberdade, sentimento que lhes era agora restituído, o que, como é óbvio, satisfez os bispos portugueses.

Houve, portanto, sinais evidentes desta mesma reconciliação na atitude do próprio Sidónio Pais ao cumprimentar D. António Mendes Belo, Cardeal Patriarca de Lisboa, aquando da missa de sufrágio pelos soldados portugueses mortos na França e em África. Outro sinal dado por Sidónio Pais, foi a 2 de Março de 1918, quando quis propositadamente, participar num *Te Deum* na Sé de Lisboa, surgindo como o homem da «paz religiosa». O restabelecimento oficial de relações dá-se a 9 de Julho de 1918 entre Portugal e a Santa Sé.

Instala-se um novo regime presidencialista no país, em acumulação com a chefia do governo, com a eleição de Sidónio Pais, como Presidente da República, a 28 de Abril do mesmo ano. Por tudo isto, a Igreja Católica assiste a alguma trégua por parte do Governo:

«(...) a problemática da assistência religiosa aos soldados em campanha não era de somenos importância. Sendo muitos deles de extração rural, influenciados por uma mundividência religiosa, nas enormes dificuldades da guerra tinham necessidade de um forte apoio moral. (...) O Governo de Sidónio Pais procurava sempre assegurar nessas negociações uma pública autonomia do Estado em face da Igreja (...) a 2 de Fevereiro de 1918, é autorizada à Igreja possuir estabelecimentos de assistência, nomeadamente hospitalares, bem como aceitar doações, heranças e legados (...).

A Igreja, vendo assim reconhecidas muitas das suas exigências, afirmando claramente que não utiliza a religião como arma contra a República, desenvolve e sustenta uma activa participação dos católicos na vida política»³⁹.

b) Por outro lado, sendo o Alentejo o principal explorador do regime de latifúndio, foi o que mais sofreu com as políticas agrícolas levadas a cabo em plena guerra. Isso trouxe como maiores consequências quebras para os latifundiários, camponeses ricos e campesinato, em geral. Tal facto fez estalar uma onda de revolta na classe, associada muitas vezes, à diminuição da produção agrícola inerente.

Quando se trata de uma crise, por norma, as balanças económicas desregulam-se. E aqui não foi exceção. Muitos agricultores com posses, grandes latifundiários, pelo facto de verem aumentar o preço dos adubos e fertilizantes para as terras, bem como a maquinaria e os salários agrícolas, optaram por abandonar os campos, limitando-se à produção mínima ou dedicando-se à criação de gado, que tem menos custos de produção e manutenção.

O regime sidonista rapidamente se posicionou ao lado dos que tinham o capital, assistindo-se ao ajuntamento de uma grande burguesia que sobe com ele ao poder. Os seus representantes burgueses instalam-se no Governo, ocupando os mais altos cargos da administração. Trata-se de um governo de classes que pretende inicialmente atrair a si o apoio popular e dos trabalhadores.

A demagogia servia de isco para angariar certos apoios, e Sidónio Pais bem o sabia fazer, elegendo o campo como força motriz da sua governação. O seu objetivo principal era, obviamente, anular a política agrícola que até aqui vinha a ser praticada.

Motivado por questões do ponto de vista político, económico e religioso com que se deparava, manifestou deste modo a sua inquietação e ansiedade na tentativa de resolução dos problemas encontrados:

³⁹ A. FERREIRA, *Perspectivas sobre o catolicismo no Portugal Contemporâneo (1820-1958)*, 49.

«(...) Quero um Portugal grande, mas íntegro, uno e purificado; e, encontrando no Alentejo o amor natal, encontro o amor patriótico. O povo português tem um péssimo vício, a política, embora seja acima de tudo português. Por isso mesmo, as nossas coisas raro se concluem, porque em terra de políticos, de mais há muito quem fale, mas as obras são poucas, faz-se quase nada e devagar. Apelo para a boa vontade de todos os portugueses no sentido da reconstituição de Portugal. Todos devem pôr de parte a questão política. (...) Não sirvo apenas para ser o guarda temporário do País, mas sê-lo-ei por tempo ilimitado, como presidente enquanto o Parlamento o marcar e como português até à morte. Não tenho ódio a ninguém, mas quem quiser sair para a rua a fim de atacar a propriedade ou as instituições será inexoravelmente corrido a tiro»⁴⁰.

Como primeira resposta radical ao anterior governo, criou um Ministério da Agricultura, órgão instalado pela primeira vez no país, colocando à frente dos seus destinos um latifundiário alentejano com vasta experiência. Esta é a primeira das muitas respostas que se propunha efetuar.

Por aqui começou a sossegar os latifundiários do liberalismo, herdeiros capitalistas dos latifúndios das ordens militares e religiosas, que viviam inquietos com a agitação social que abalava a antiga ordem instituída nas zonas rurais, desde os primeiros anos da República.

Os latifundiários tinham agora um Presidente bem junto de si e a partilhar os seus problemas, pela continuidade das políticas aplicadas ao campo e seus protagonistas, constituindo a «menina dos olhos» de Sidónio Pais. Elaborou um programa de apoio mais sustentado à agricultura, no qual a maior parte foi canalizado para o Sul, nomeadamente para a região de Beja, por se tratar de uma zona em que vigorava o latifúndio, e os latifundiários eram um dos grandes apoios do Regime. Ao mesmo tempo esta política iria contrabalançar o crescente poder dos sindicatos. Este aumento dos investimentos trouxe obviamente consigo um aumento significativo da produção agrícola.

⁴⁰ J. ANTUNES, *A cadeira de Sidónio ou a Memória do presidencialismo, num Discurso na Exposição Pecuária em Elvas, a 20/6/1918*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1981, 179.

O Sul teve como destino a região de Beja, por se tratar de uma zona de grande propriedade, e ser aí também onde os sindicatos eram mais fortes.

Na região do Alentejo, terreno fértil aos grandes latifundiários, dá-se um maior aumento da produção, por ter sido aí a zona em que os produtos cultivados tiveram maiores benefícios⁴¹.

Com o sidonismo desenha-se, desde logo, no nosso país, a implacável oposição da grande burguesia contra a revolução socialista e os comunistas em geral. Esta tensão, com momentos altos e baixos, vigorará entre 1917 e 1974, prolongando-se ainda depois da Revolução de 25 de Abril, embora com a inversão dos protagonismos. É a problemática central do que foi uma época com muitas linhas cruzadas e entrecruzadas, mas que, desde 1917 a 1974, foi marcada pela mesma perseverança.

Sidónio Pais foi assassinado, a 14 de Dezembro de 1918, às mãos de republicanos, interrompendo-se abruptamente o regime que estava a fluir. O atentado contra a sua vida veio atizar, novamente, a luta contra a Igreja. O regime republicano, apesar de tudo, viu-se, então, forçado a reconhecer o papel da Igreja. Na década de 1920, foram-se moderando as relações entre a Igreja e o Estado, criando-se as condições para um relacionamento menos agressivo.

2.6. Estado Novo e a problemática socioeconómica do Alentejo

Em 28 de Maio de 1926, assiste-se a uma revolução, do chamado «Estado Novo». Trata-se de uma conceção presidencialista, autoritária e antiparlamentar do Estado. O

⁴¹ Cf. A. TELO, *O Sidonismo e o movimento operário: Luta de classes em Portugal, 1917-1919*, Biblioteca Ulmeiro, Torres Vedras, 1977, 170 e 173.

regime anterior foi derrubado e o novo ficou regulamentado pela Constituição de 1933. António de Oliveira Salazar foi o seu líder.

2.7. A Agricultura no Estado Novo

O novo regime procurou manter muitas das linhas mestras do anterior governo, que tinha sido conduzido por Sidónio Pais. D. José do Patrocínio Dias fica num dilema para o qual encontra uma resposta fácil e objetiva: perante o anterior estado da nação que conheceu, protagonizado pelos republicanos, transmitido pelos seus pais, mas muito por si vivido enquanto estudante na Universidade de Coimbra e mesmo na cidade bejense, de clima hostil e de perseguição à Igreja, prefere o caminho traçado pelo Estado Novo, com a trilogia: Deus, Pátria, Família⁴².

Esta situação política vai fazer com que Portugal viva dominado por uma ditadura que filtrava e controlava tudo o que podiam ser sementes de renovação e mudança, situação que vigorou até ao 25 de Abril de 1974, o que também não contribuiu para a abertura de novos horizontes.

Durante este regime, o Alentejo sofreu um declínio ao nível da economia e da sociedade. Os projetos em relação ao campo foram profundamente limitados, na prática, pelos interesses dos grandes proprietários rurais, acreditando-se que existiu uma importante dimensão de incorporação do campo e do homem rural de uma maneira mais positiva.

Concretamente ao nível da agricultura, uma das diferenças fundamentais que se estabelece entre o Norte e o Sul tem que ver com a estrutura fundiária. No Alentejo dominava a grande propriedade, enquanto a Norte esta se encontrava muito mais

⁴² Cf. F. NOGUEIRA, *Salazar: estudo biográfico*, Atlântida Editora, São Paulo, Brasil, 1977, 368.

disseminada e dividida. Este fator determinou, em grande medida, as diferentes formas de organização social.

Até aos anos 50, este setor primário no Alentejo ainda não tinha conhecido o impacto generalizado da modernização, daí que uma das características da agricultura latifundiária fosse precisamente o recurso massivo e constante da mão-de-obra assalariada:

«(...) tanto nas explorações em que se utilizava sobretudo trabalho assalariado como naquelas em que diminuiu o número de trabalhadores familiares, se verificou a necessidade de aumentar a produtividade do trabalho. Para conseguir este objectivo, foi necessário investir, adotar a motomecanização, aumentar o consumo de adubos, herbicidas, sementes seleccionadas e de alimentos concentrados para animais, especializar e intensificar os sistemas de produção e passar para a indústria agro-alimentar alguns processos de transformação de produtos agrícolas, como a vinificação (...)»⁴³.

Entre 1930 e 1950, o peso da população agrícola do Alentejo aumentou consideravelmente, e, dentro desta, é sobretudo o número de trabalhadores por conta de outrem que cresce. Esta situação irá gerar uma interdependência clara e objetiva entre a expansão da cultura arvense e o aumento dos níveis de proletarização da população ativa agrícola. Os grandes proprietários celebravam contratos de arrendamento a longo e médio prazo, com lavradores mais abastados, que empregavam mão-de-obra assalariada para a exploração de grandes extensões de terra.

A atividade agrícola na herdade constituía-se a partir de uma rígida hierarquia na qual a seguir ao patrão, só o feitor detinha o máximo de autoridade organizacional perante todos os trabalhadores. Contudo, existiu uma tendência para que a agricultura se tornasse cada vez mais uma atividade secundária, por parte de determinados setores

⁴³ F. ROSAS; J. BRANDÃO DE BRITO, *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. I, Bertrand Editora, Venda Nova, 1996, 28.

patronais, e aumento do número de rendeiros isolados cuja atividade se desenvolvia à custa da agricultura familiar.

A esta alteração estão associados outros fatores: por um lado, a situação de dependência da grande propriedade em relação ao arrendamento e à agricultura familiar, e, por outro, a incapacidade de os grandes proprietários investirem na mecanização e modernização da agricultura. O grau de mecanização das explorações agrícolas cresceu consideravelmente entre as décadas de 50 e 60, o que representou uma mudança profunda em relação aos modos de produção tradicional.

A regressão da agricultura familiar deveu-se, acima de tudo, ao decréscimo no recurso ao arrendamento agrícola provocado em grande parte pelo incremento da mecanização, a qual irá provocar um êxodo massivo das populações do Alentejo para a cintura industrial das cidades de Setúbal e de Lisboa, e também para o estrangeiro, particularmente para a Europa. A fuga da população mais jovem e mais capaz trará, como é óbvio, um empobrecimento do Alentejo e um decréscimo significativo da população, acelerada também pela mudança de mentalidade e pela redução da taxa de natalidade, anteriormente muito elevada, no Alentejo e no restante país.

2.8. Ambiente político

O sufrágio de 28 de Agosto de 1910, deu uma vitória redundante ao Partido Republicano Português, pelo distrito de Beja, com a eleição de Manuel de Brito Camacho. Tratou-se de uma hegemonia do referido partido, notando-se aqui uma forte ascensão política, que saiu vencedora em onze dos catorze municípios. Os mais notórios foram: Aljustrel, Odemira, Castro Verde e Cuba.

O conhecimento de António Aresta Branco como Governador Civil, só é manifestado volvidos dois meses, aquando da saudação dos membros da direção distrital

do partido anteriormente referido, com a eleição dos membros Francisco Pereira Coelho e Augusto Barreto.

O clima social era muito tenso e não se avizinhavam tempos fáceis para a governação dos membros agora emboçados. Eram muitos e complexos os problemas que se encontravam no distrito: greves e manifestações e descontentamento dos trabalhadores, como resposta ao desemprego; um avolumar da taxa de analfabetismo; a exigência de uma rede viária que colmatasse os défices a este respeito encontrados em todo o distrito, bem como a reclamação por uma correta implementação da rede de saneamento básico.

A nível político existia uma pressão muito grande por parte dos monárquicos, o que fazia aumentar a contestação social. As situações eram muito instáveis, tendo agravado com a eleição de Sidónio Pais, que fora maioritariamente apoiado pelos operários e população de Lisboa.

Os problemas pareciam não ter fim à vista, e, politicamente, a situação era bastante preocupante, tornando-se insustentável, de tal modo que, passados apenas dois meses do périplo que Sidónio Pais tinha iniciado por todo o país, mais concretamente com respeito a Beja, o panorama político levou ao emergir de setores monárquicos e da Igreja, face à posição que detinham nos órgãos de decisão.

A contestação aumentou e sucederam-se greves dos trabalhadores rurais envoltos numa discussão por causa do problema das terras incultas; os ferroviários do Sul e Sueste aderiram à Confederação Geral do Trabalho (CGT). Com a criação do Partido Comunista na cidade pacense, assiste-se a uma tentativa de organização do operariado no distrito.

A somar a tudo isto, o problema da fome, que tocava muitas famílias, pela falta essencialmente de pão. O Estado, por forma a contornar este problema, manteve os preços regulamentados em tabela. A distribuição de farinha é centralizada nos celeiros municipais.

Perante uma situação desta natureza, de resposta emergente, o governador civil, adquire junto dos lavradores, o trigo necessário à alimentação do povo de todo o distrito de Beja⁴⁴:

«No início de Setembro de 1919, o trigo manifestado pelos produtores, destinado à venda, nas quatro freguesias da cidade de Beja não ultrapassa os 180 moios, o que não chega para o consumo da população da cidade durante um mês. O que se está a passar é que os lavradores andam a desviar o pouco trigo que produzem do celeiro municipal, não o manifestando, pois, assim, são obrigados a vendê-lo pelo preço da tabela. Ao princípio administrativo de que a farinha e o trigo não podem sair do concelho sem que esteja garantido o abastecimento local, respondem os lavradores desviando o cereal para outros destinos onde o vendem acima do preço da tabela»⁴⁵.

Há uma deturpação dos valores e uma ocultação dos negócios que, verdadeiramente, se estavam a fazer, com a venda do trigo a outros locais do país, omitindo a produção real. Num clima tão desconfortável e de falsidade, assiste-se a uma posição extremada dos sindicatos, iniciando uma luta pelo cumprimento do preço da venda e pelo abastecimento do mercado local. Neste cenário de falta de géneros alimentares, seguiu-se um conjunto de greves como repulsa pelos constrangimentos impostos.

A cidade de Beja e outras localidades do distrito ficaram envoltas num ambiente de revolta e desolação. Quando o Bispo D. José entrou solenemente na diocese, em 1922, encontrou ainda um pesado clima de hostilidade, leviandade e corrupção, fome e miséria, ao qual o seu antecessor, D. Sebastião de Vasconcelos, já tinha feito frente, a partir de um caminho que traçou, austero e disciplinador⁴⁶.

⁴⁴ Cf. A. PINTO; C. PIÇARRA, *A Primeira República no Baixo Alentejo [Catálogo de exposição]*, ed. Lit, Câmara Municipal de Almodôvar, Almodôvar, 2010, 15, 20, 24, 54 e 68.

⁴⁵ C. PIÇARRA; R. MATEUS, *Beja: Roteiros Republicanos*, Quidnov, Matosinhos, 2010, 45.

⁴⁶ Cf. J. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo Soldado*, 47.

2.9. Ambiente religioso

As leis do Marquês de Pombal contra os jesuítas, e o decreto de 20 de Maio de 1834, de António Joaquim de Aguiar, criaram na sociedade portuguesa um ambiente de desconfiança e de hostilidade em relação à Igreja Católica. Se, no passado, a Igreja gozava do privilégio de ser a única religião, com a Carta Constitucional de 1826, reconheceu-se a existência de outras religiões⁴⁷. Na segunda metade do século XIX, ganhou terreno a propaganda de ideias laicistas que atacavam abertamente a Igreja. O ambiente antirreligioso do final da monarquia e início da república, sentia-se particularmente no Baixo-Alentejo.

Como já dissemos, logo depois da proclamação da República, o Governo Provisório iniciou a publicação de uma série de decretos com força de lei, atentatória das liberdades e dos direitos da Igreja Católica. Nos finais do século XIX, o Partido Republicano manifestou a intenção de proceder à separação do Estado e da Igreja.

Foi neste contexto que tomou posse na Diocese, a 1 de Março de 1908, na igreja do Salvador, o Bispo D. Sebastião de Leite Vasconcelos. Percebendo a pobreza existente, de imediato, começou por dar resposta a este flagelo especialmente manifestada no cuidado às crianças, bem como o acompanhamento dos presos. A sua primeira grande preocupação ao entrar na diocese, foi a catequização do povo e o levantamento físico e moral do Seminário. D. Sebastião inicia visitas pastorais à Diocese.

Na sequência do clima hostil provocado pelo regime republicano, encontrando-se em visita pastoral, veio ao seu encontro um seminarista, por ordem dos superiores, que o alertou para o perigo de voltar para Beja, pois não havia condições, sendo ameaçado de morte e não existindo maneira de garantir a sua segurança. Não se deixou atemorizar e só

⁴⁷ Artigos 6 e 145 da Constituição da República Portuguesa de 1976; Cf. J. MIRANDA, *As Constituições Portuguesas (1822, 1826, 1838, 1911, 1933, 1976)*, Livraria Petrony, Lisboa, 1976, 81 e 114.

mais tarde ao receber uma embaixada em nome do Governador Civil, percebeu que o caso era mesmo grave e que o melhor era seguir o conselho, refugiando-se em Espanha, em cidades como Sevilha, Madrid e Barcelona. Mais tarde partiu para Itália, vindo a falecer na cidade de Roma, em 29 de Janeiro de 1923⁴⁸.

2.10. Caracterização do Baixo Alentejo

Desde tempos ancestrais o Baixo Alentejo é uma região marcada pela atividade agrícola, a qual ocupa a maior percentagem da população ativa, constituindo muitas vezes, à época, a maior fonte de rendimento, de sustento e de labor.

A agricultura, até à década de setenta do século passado, baseava-se na produção de cereais praganosos, pastagens naturais e pecuária extensiva, sendo que as condições climáticas assumiam importância crucial nas condições de vida da população. Esta atividade que compõe o sector primário, depende em larga medida das condições atmosféricas, obedecendo a calendarizações e planos rígidos de execução, na produção, desde a sementeira à colheita.

Tratando-se de um clima muito seco, com uma agricultura aplicada desde sempre às culturas de sequeiro, como o trigo, cevada, centeio, girassol..., imperativamente devido à falta de água, nomeadamente através da inexistência de canais de irrigação, as pessoas ficavam muito surpreendidas quando algo mais atípico acontecia, como seja, a chuva tão pedida e procurada. Como nos descreve Silva Picão:

«(...) dos assistentes menos entusiastas e mais perscrutadores, [que] deixam de falar para sondarem os astros e o vento, com receio que a rega seja passageira (...) saem pois fora, molham-se por gosto, levantam a viseira, investigam do que vai lá por cima, reparam se

⁴⁸ Cf. J. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo Soldado*, 47-48.

bate do *travessio, do pego ou do suão* e, por último, recolhem às moradias, de juízo formado sobre o que está para vir (...).

O lavrador não pensa noutra coisa. Sonha com o tempo, (...) sonda os astros (...), espreita o pôr-do-sol (...) e, por último, apela para Deus, em recurso supremo, como crente que é (...) [Picão, 1983: 350-1]»⁴⁹.

Os verões são muito quentes e os invernos muito frios. Isto condicionava os cultivos, e, obviamente, a mão-de-obra, provocando uma enorme instabilidade nos trabalhadores, que viviam muito dependentes. Por imperativo das condições atmosféricas, do relevo e da demografia, existem conhecidas e compreensivas assimetrias entre o Norte e o Sul do País. Mais concretamente, com respeito ao Alentejo, assiste-se a um domínio da grande propriedade, enquanto ao Norte a mesma se encontra mais dispersa e demarcada. É óbvio que este fator será determinante no que respeita às diferentes formas de organização social.

Entre 1930 e 1950, tinha crescido o número dos que trabalham por conta de outrem, associando-se a este facto o aumento dos níveis de proletarização das gentes que se aplicam ao trabalho agrícola. Pretendia-se dar trabalho, igualmente a assalariados. Por outro lado, os grandes cultivadores ou proprietários cediam a seareiros as terras menos produtivas.

Nem sempre o agricultor permanecia nos seus terrenos; ou melhor, eram muitas as vezes em que não estavam mesmo, pois exerciam outras atividades de seareiro em simultâneo com a de pequeno proprietário agrícola, sendo que por vezes acabava por realizar também trabalhos para fora.

Até meados do século XX, e acabando por reforçar a submissão da agricultura latifundiária face à mão-de-obra contratada, assiste-se a uma prática essencial na modernização da agricultura e política⁵⁰.

⁴⁹ I. GOMES, *As secas: contextos, atitudes e comportamentos. Baixo Alentejo Interior (1932-1995)*, Editora ISAPress, Lisboa, 2009, 68-69, (itálico no original).

CAPITULO III

AÇÃO SOCIO-CARITATIVA DE D.JOSÉ DO PATROCÍNIO DIAS, BISPO NA DIOCESE DE BEJA

A pedagogia de D. José deve ser bem aproveitada nos dias de hoje, pois tem muitos elementos válidos e essenciais para uma pastoral comprometida, envolvente e caritativa, a saber: a atenção e proximidade à realidade, sobretudo, dos mais pobres e fragilizados; um grande dinamismo pastoral, no qual conseguiu congregiar as sinergias dentro e fora da Igreja, a fidelidade a ela e ao seu Magistério. Tudo isto deve ser contextualizado, pois, o Prelado foi um homem do seu tempo e o nosso olhar sobre ele deve ter presente este facto.

3.1. Entrada de D. José do Patrocínio Dias na Diocese

José do Patrocínio Dias, sagrado Bispo na Sé da Guarda, em 1 de Junho de 1921, por D. Manuel Vieira de Matos, Bispo da Guarda, cerca de um ano depois, a 5 de Fevereiro, deu entrada na Diocese⁵¹, que se encontrava há onze anos sem bispo, pois D. Sebastião de Vasconcelos, primeira vítima do regime republicano, fora forçado ao exílio em 1910⁵².

⁵⁰ Cf. R. CARMO, *As desigualdades sociais nos campos: O Alentejo entre as décadas de 30 e 60 do século XX*, «Análise Social», Vol. XLII (184), 2007, 814, 815 e 821.

⁵¹ Cf. J. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo Soldado*, 291.

⁵² Cf. J. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo Soldado*, 46-50.

Para que se perceba bem os contornos do acolhimento que lhe irá ser prestado, acompanhamos o que aconteceu, por exemplo, na Câmara Municipal da cidade pacense:

«Uma carta-convite da Comissão encarregada da recepção do Senhor D. José do Patrocínio Dias, antigo capelão chefe do Exército Português, que combateu em França, e a quem a Santa Sé nomeia Bispo da Diocese Pacense, para esta Câmara assistir à cerimónia de entronização, na Igreja de S. Tiago. O vogal Palma Branco diz que para si é lhe indiferente que para Beja venha ou não um Bispo; porém, como vereador da Câmara entende que o convite *não seja aceite* porque não deve esta Câmara fazer-se representar em festas religiosas.

Assim, propoz somente que se agradeça o convite. O vogal Romão de Freitas diz que concorda com as afirmações feitas pelo vogal Palma Branco, visto que entre os munícipes que o elegeram se encontram tanto religiosos como livres pensadores e a única forma de os representar lealmente é afastando-se de questões religiosas. O vogal Mata, aceitou também a proposta do vogal Palma Branco»⁵³.

Esta atitude do Município de Beja é reveladora do clima hostil e orquestrado que existia nesta cidade à sua chegada, por parte dos republicanos, para fazer face a esta ameaça da liberdade, que consideravam ser a entrada do Prelado que conhecia muito bem o temperamento de alguns alentejanos com quem tinha convivido na Grande Guerra, especialmente, na Flandres.

D. José fez a sua entrada solene na Igreja de Santiago Maior, preparada para o efeito, sendo acolhido com alegria pelos fiéis:

«(...) todos os membros da Comissão, quase todos os padres da diocese, muitas senhoras e gente do exército, assim como muitos amigos seus vindos de fora. Os adversários tinham-se dirigido à estação para “vaiar” o bispo e aperceberem-se que o bispo já havia chegado, dirigiram-se para o largo da Igreja gritando “morras” e “abaixo a reacção”. Este comportamento foi largamente comentado na Imprensa da época. Terminada as celebrações o novo bispo dirigiu-se à residência episcopal – uma pequena habitação com sete

⁵³ *Boletim do Município de Beja*, n.º 13, Janeiro e Março de 1922, 95, (itálico no original).

compartimentos e uma cozinha, cedida por um professor do liceu, Dr. Tomás Soeiro da Silveira»⁵⁴.

O novo bispo manifestou sentimentos de tranquilidade e gratidão em palavras dirigidas ao Núncio Apostólico:

«Com a mais viva gratidão venho apresentar a V. Ex.^a Rev.^{ma} As minhas homenagens ao tomar definitivamente sobre meus ombros o difícil encargo de pastorear a Diocese de Beja. Fiz em cinco do corrente, pelas duas e meia horas da tarde, a minha entrada solene nesta Igreja que serve de catedral, na presença de um notável número de sacerdotes e duma grande multidão de fiéis que enchia quase todo o vasto templo. *À parte uma rápida manifestação de hostilidade promovida por elementos mal orientados*, abafada todavia, pelas pessoas delicadíssimas que me acompanharam entre as quais as figuras mais representativas deste meio, vejo-me aqui cercado de *penhorantíssimas atenções*, tendo-se feito em torno da dignidade que represento uma consoladora e inolvidável manifestação de fé (...)⁵⁵.

Apesar do ambiente que envolve a sua chegada, D. José não desanima, antes pelo contrário, sente-se desafiado a conhecer a Diocese, a sua realidade, potencialidades e necessidades. Uma das primeiras respostas tem a ver com os inúmeros casos de pobreza que encontra disseminados por toda a Diocese.

Um das respostas, entre outras instituições, será o «Amparo dos Pobres». Mais tarde publicará as «Cartas Pastorais», e procurará envolver toda a diocese na Cruzada da Caridade. Nelas é perceptível a influência de alguns documentos do Magistério, nomeadamente da *Encíclica «Rerum Novarum»* (1841) do Papa Leão XIII, da *Encíclica «Quadragesimo Anno»* (1931), do Papa Pio XI e da «*Radiomensagem do Pentecostes*» (1941) do Papa Pio XII. Embora com as contingências e limitações próprias do tempo, podemos considerar que ele, D. José, enuncia já algumas das dimensões que serão

⁵⁴ Citado de J. COELHO, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-soldado e restaurador da diocese de Beja*, «Eborensia», Ano XVIII, n.º 36, 2005, 176.

⁵⁵ J. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo Soldado*, 303-304, (itálico no original).

futuramente assumidas como linhas mestras da Doutrina Social da Igreja, saídas do Concílio Vaticano II.

3.2. A influência do Magistério da Igreja na ação pastoral de D. José

Perante os problemas reais com que se deparou, D. José centrou a sua pastoral numa resposta que, segundo os nossos critérios de hoje, poderíamos considerar de assistencialismo. Contudo, importa não esquecer que a sua grande preocupação foi responder à emergência das situações concretas de pobreza.

Desde logo, percebeu que a sua prioridade deveria ser, não procurar as causas, mas sim, dar o seu contributo, ser parte da solução, de modo a tentar, o mais possível, e com os meios de que dispunha, colmatar as desigualdades encontradas.

No campo social e espiritual, vai ser, como já mencionado, a *Encíclica «Quadragesimo Anno»* que atualiza os 40 anos da *Encíclica «Rerum Novarum»*, a sua estrela polar, nas opções que irão nortear a sua pastoral. Entre uma e outra são muitas as transformações que terão lugar, no Mundo e na Europa. Passamos a referir, a título de exemplo, algumas dessas modificações na sociedade⁵⁶:

- O desenvolvimento do capitalismo liberal, (Pio XI critica a busca desenfreada do lucro, que, com o liberalismo atingiu o seu apogeu no século XX);
- A Primeira Guerra Mundial, com uma divisão entre os chamados impérios centrais: Alemanha, Itália e Áustria, no teatro de guerra em oposição às potências de França, Inglaterra e Rússia (que saiu da guerra em função da chamada revolução comunista);

⁵⁶ Cf. I. CAMACHO, *Doctrina Social de La Iglesia, una aproximación histórica*, Ediciones Paulinas, 2.ª edición, Madrid, 1991, 116-122.

– A evolução do pensamento socialista ao ponto de se conseguir instalar um regime comunista na Rússia, nação europeia (em parte, pois a maior parte do seu território fica na Ásia).

A *Encíclica «Quadragesimo Anno»* faz referência a alguns desses problemas, procurando apresentar o ponto de vista de uma leitura e resposta cristã às questões sociais. Segundo Pio XI, era imperioso fazer uma interpretação da sociedade que se demarcasse dos grandes sistemas teóricos da sociologia nascente, assinalada pelo surgimento do marxismo, herança da revolução russa delimitada pelo comunismo.

A encíclica apresenta uma visão do mundo segundo a perspectiva social cristã, pois o Pontífice entendia a existência de uma concórdia entre as classes sociais, contrariamente a Karl Marx que defendia a luta de classes como forma de resolução dos problemas entre o patrão e o proletariado⁵⁷.

Além do mais, há ainda, outros fatores que são mencionados no documento papal: o caso da situação económica de 1931, herança do grande «crack» da bolsa de Nova Iorque, que, dois anos antes, tinha trazido uma grande recessão planetária, que relegou milhões de homens para a miséria e exacerbou o aspeto materialista e anticristão do liberalismo económico⁵⁸. Pio XI fez também uma crítica à intromissão da economia na política, na execução do bem comum, o que o levou a referir que a solução para graves erros antropológicos estava na cristianização da sociedade, numa repartição mais justa e equitativa:

«A moderação cristã consiste, simplesmente, em estabelecer um justo equilíbrio de meios-fins subordinando toda a atividade criada para um único fim supremo, que é Deus. Aplicada à economia, a moderação cristã significa que os bens materiais e

⁵⁷ Cf. J. TRIGO, *Doutrina Social da Igreja*. Apontamentos escolares para uso dos alunos, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2014, 5.

⁵⁸ Cf. J. TRIGO, *Doutrina Social da Igreja*. Apontamentos escolares para uso dos alunos, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2014, 4.

económicos têm categoria de meios. Deixando a salvo este princípio, em nada se opõe a Igreja a que os homens busquem através do lucro, o aumento da sua fortuna»⁵⁹.

Voltando à situação na diocese de Beja, observa-se que as indicações do Prelado pacense apontam neste sentido, na crítica subjacente, destes sistemas falhados. A acrescentar à força motriz que já dava alma ao seu pontificado, em Pio XII temos a «*Radiomensagem do Pentecostes*» que continua na mesma linha de preocupação e inquietude que o seu antecessor, Pio XI, ao expressar que são três os valores fundamentais da vida social e económica, que também já constavam na «*Rerum Novarum*»: o uso dos bens materiais, o trabalho e a família. D. José do Patrocínio Dias, seguiu atentamente o pontificado do Papa Leão XIII, que coloca esta última como prioridade:

«A família é a forma natural da vida humana e deve servir de modelo à organização social e principalmente à família cristã onde, como naquela, os irmãos se devem apreciar e amar e onde tudo se deve disfrutar irmãmente. O que um irmão possui, será de todos num quinhão fraternal; numa família o que todos têm, é parcela de cada um»⁶⁰.

No que concerne à atitude tomada pela Santa Sé, vão estar bem presentes as instruções daí emanadas, e com elas vai procurar viver uma pastoral de resposta imediata aos problemas das pessoas da qual o prelado pacense é bastante conhecedor.

É sabido que há um modelo de exercício do ministério que cria uma certa sintonia entre a Santa Sé e as diversas dioceses, e D. José tem os horizontes bem abertos com respeito à forma como encara as diversas realidades.

⁵⁹ I. CAMACHO, *Doctrina Social de La Iglesia, una aproximación histórica*, 145-146; Cf. Encíclica «*Quadragesimo Anno*», Pio XI in “*Dez grandes mensagens*”, 2.^a Edição, Editorial Promoção, Porto, 1974, , n.º 136.

⁶⁰ J. PATROCÍNIO DIAS, *Carta Pastoral, Novo e veemente apelo pastoral, O Amparo dos Pobres: dar de comer a quem tem fome, dar casa a quem a não tem*, Edição da Junta Diocesana do Amparo dos Pobres, Diocese de Beja, 1954, 110; Cf. Leão XIII, Encíclica «*Rerum Novarum*», n.º 10.

As orientações de Roma para todas as dioceses vão no sentido de que não exista hostilidade para com os Estados. Em perfeita sintonia com isso, o Prelado pacense percebe que, apesar dos pecados de quem governa o país, é necessária estabilidade. Há, assim, uma ligação tácita entre a Igreja e o Estado Novo. D. José procura seguir fielmente essas mesmas orientações.

Não quer, portanto, provocar ruturas nem com o Estado, nem com os grandes proprietários, os quais, apesar de tudo, ainda podem fazer alguma coisa, pois entre o tudo ou nada, entre a rutura ou a colagem, prefere o estado intermédio, com ponderação e sem atitudes extremistas. O Prelado pacense não exige uma reforma agrária, não procura dividir as classes; pretende sim, uma continuidade que vá apontando para uma ligeira mudança, de modo a dar melhores condições de vida àqueles que sentem na pele as vicissitudes das políticas, tantas vezes madrastas para com quem vive com grandes carências de toda a ordem.

D. José exerce o seu ministério, mas nas suas linhas orientadoras de ação apostólica ainda não se vê com clareza, os trilhos do espírito que presidirão ao Concílio Vaticano II⁶¹.

Sempre numa perfeita sintonia com Leão XIII, Pio XI, afirma ainda que a riqueza económica de um povo, não está na luta de uns contra os outros, mas na sua riqueza de fraternidade que baste ao devido desenvolvimento pessoal dos seus membros.

A justa distribuição deve ser garantida, de modo que, mesmo apesar das desigualdades, com base em valores cristãos, seja possível dar origem a um desenvolvimento economicamente saudável. D. José tem consciência que o desenvolvimento a que se assiste não beneficia todos de igual modo, por isso, denuncia tal situação, embora fazendo-o com pedagogia, de modo a não criar fraturas, que serão,

⁶¹ Cf. J. PATROCÍNIO DIAS, *Carta Pastoral, Veemente apelo pastoral, O Amparo dos Pobres: Para as Crianças – para os Inválidos. Para os sem trabalho*, Edição da Junta Diocesana do Amparo dos Pobres, Diocese de Beja, 1953, 102-104.

na sua opinião, mais prejudiciais do que benéficas à ação da Igreja e à sua missão de servir e ajudar os mais fragilizados da sociedade:

«Perante tantos e tão assinalados progressos no campo da técnica, perante tantas e tão audaciosas construções levadas a cabo, perante tantos e tão porfiados trabalhos públicos que se abrem por toda a parte, como é possível, inquire-se, que a riqueza pública e particular aumente incessante e prometedora, e que os deserdados da sorte sejam cada vez mais numerosos e se debatam com mais profunda e inclemente miséria? Cresce a prosperidade para uns e cava-se a indigência para outros»⁶².

Mais do que luta de classes, igualmente a «*Radiomensagem do Pentecostes*», documento pontifício emitido por Pio XII exorta, no seguimento da «*Quadragesimo Anno*», de Pio XI, a que se organize o trabalho do povo entre os dadores de trabalho e os operários, de modo a que se tenha em conta o bem comum na corresponsabilização que ambos devem ter por uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna.

Estes valores evangélicos estão presentes de forma imperativa nestes dois documentos pontifícios, os quais elegemos precisamente porque foram um marco no pontificado dos Papas Pio XI e Pio XII, aqueles que tiveram o seu pontificado no tempo em que D. José pastoreou a diocese de Beja.

É a partir daí que o Prelado pacense irá construir a sua linha pastoral, como atrás referimos. De maneira inteligente, aproveita todos os recursos de que dispõe por forma a persuadir os seus interlocutores com respeito à verdadeira dimensão do problema vivido numa diocese por muitos e por muito tempo hostilizada política, social, económica e religiosamente⁶³.

Falamos das teses defendidas por um Bispo informado, não fechado à realidade exterior, muito menos da sua diocese, a qual vive intensamente.

⁶² J. PATROCÍNIO DIAS, *Carta Pastoral, Veemente apelo pastoral*, 100; Cf. Pio XI, Encíclica «*Quadragesimo Anno*», n.º 56.

⁶³ Cf. J. PATROCÍNIO DIAS, *Carta Pastoral, Novo e veemente apelo pastoral*, 113-115.

Também se inspirou nos referidos documentos papais no respeitante à caridade e à justiça social, que devem ser a alma de uma nova ordem, marcada pela necessária organização da sociedade, regulamentada por instituições internacionais que façam o supervisionamento e que permitam perceber as injustiças e irregularidades, de modo a eliminar a acumulação de poder e de recursos nas mãos daqueles que, depois, manejam tudo a seu belo prazer, tantas vezes numa perfeita arbitrariedade e injustiça. Torna-se, por isso, necessário lutar contra a hegemonia económica de alguns em detrimento de outros, quer dentro do mesmo país, quer entre Estados diferentes⁶⁴.

3.3. D. José, um pastor atento às mudanças no Mundo

Na orientação pastoral o Prelado pacense ressalva pela negativa o poder hegemónico dos patrões, sempre mais abastados, face à forma com que muitas vezes oprimiam os seus trabalhadores. É especialmente aqui que D. José se pronuncia e exorta à mudança. Diz ser necessário que seja o Cristianismo a procurar mudar mentalidades e comportamentos, para que se ganhe mais justiça e fraternidade humana. A sua reflexão baseia-se, em grande medida, nas condições desumanas que encontrou espalhadas pela diocese, e o levaram, posteriormente, a empreender a obra social que neste trabalho assinalamos. Servindo-se, num primeiro momento, do protagonismo alcançado e do reconhecimento do Governo Português aquando da sua chefia do Corpo Expedicionário Português na Flandres, na Primeira Guerra Mundial, onde junto com os soldados aí estacionados, viveu e testemunhou os horrores nos campos da Europa, vai, por isso, no pós-guerra, estar atento às muitas e decisivas transformações no Mundo e, especialmente, no Continente Europeu. Conhecedor do antes, do durante e do pós guerra, procura estar

⁶⁴ Cf. PIO XI, Encíclica «*Quadragesimo Anno*», n.º 89.

atento a todos os fermentos de mudança sentidos na sociedade e na Igreja do pós-guerra, vivenciados e testemunhados no seu ministério.

Tudo o que temos vindo a referir atesta tratar-se de um homem pacificador, compreensivo e próximo do Estado Novo, mas com forte consciência social que marcará todo o seu magistério. Está atento e aproveita as linhas renovadoras neste novo mundo que começa a ressurgir das cinzas da Primeira Grande Guerra.

Por outro lado, geograficamente, pelo facto de estarmos na fronteira com a Espanha, observa que, também aí, as esquerdas são mais desfavoráveis à Igreja do que as forças conservadoras. Esta análise deve-se também aos efeitos da Guerra Civil de Espanha de 1936 a 1939. D. José tinha, decerto, presente as suas causas e tão nefastas consequências, uma vez que, devido à proximidade com a Espanha, a Guerra Civil provocou o êxodo para o Alentejo de muita gente em busca de paz, pão e estabilidade. Isso exigiu um esforço sobre-humano, não só das populações fronteiriças, mas de toda a Diocese, para tentar minorar tantas e tamanhas carências. O medo das forças de esquerda, nomeadamente das manifestações de jacobinismo mais ou menos disfarçado, estava igualmente presente na avaliação que o bispo fazia da realidade⁶⁵.

3.4. D. José, um pastor capaz de gerar sinergias e encontrar respostas

concretas

Era necessário ter meios e vontades para encetar um forte combate à pobreza gritante, desde logo material, mas também espiritual, pela inexistência de uma organização e estruturação. Tratava-se de mobilizar os cristãos através de peditórios à porta das igrejas, divertimentos, reuniões, entre outras iniciativas. O que se pretendia, é

⁶⁵ Recolhemos estas informações através do contacto com padres mais idosos, que estavam por dentro do contexto vivencial mencionado.

que não se poupassem esforços na procura de todos os meios possíveis de obter receitas em dinheiro ou em géneros, para os mais necessitados. Foram muitas e diversificadas as ajudas que, desde logo, obteve, no acolhimento à sua proposta urgente de obtenção dos meios para cuidar dos mais necessitados⁶⁶.

D. Maria Benedita da Cruz Martins, benfeitora e colaboradora na diocese de Beja, em testemunho oral audível afirma que o Senhor D. José convoca e pede ajuda aos lavradores da cidade e da Diocese, para solidariamente darem resposta ao flagelo da fome, contando muito com as Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Grémios da Lavoura, organismos corporativos e Casas do Povo:

«(...) Também, fazendo eco do pedido do bispo, numerosas Casas do Povo associaram-se às palavras do Sr. Bispo, mostrando um enorme apreço pela sinceridade das suas palavras, bem como pelo ânimo cristão que dele brotavam. Assim, como exemplo, chegou-nos da Casa do Povo de Ferreira do Alentejo: “(...) os nossos mais respeitosos cumprimentos pela forma desassombrada como Ex.^{mo} Reverendíssimo publicou a sua última pastoral (...)”. Colocamo-nos incondicionalmente ao lado de V. Ex. Rev.^{ma}»⁶⁷.

Apesar das limitações de que enfermava o Estado Novo, o regime tinha alguns méritos, que importava valorizar e aproveitar. Talvez por isso, o Prelado não tenha hostilizado a postura dos seus líderes, os quais travaram o descalabro em que o país vivia, estabilizando as relações entre a Igreja e o Estado Português, sobretudo com a celebração da Concordata de 7 de Maio de 1940.

Ao entrar numa diocese com pouca atividade pastoral e vivência evangélica, pelo facto de não ter tido bispo durante cerca de uma década, tudo estava por fazer. D. José deu-se conta que a Igreja do Baixo Alentejo estava marcada e sofria os efeitos de uma grande indiferença e desinteresse face à religião, apesar das manifestações de religiosidade popular contarem sempre com um maior interesse e envolvimento.

⁶⁶ Cf. Anexo VII.

⁶⁷ *Notícias de Beja*, XXVI/1324, 2 Jan. 1954, 4.

Decorria o ano de 1946, quando D. Manuel Mendes da Conceição Santos, arcebispo de Évora, condensou a ação pastoral do prelado pacense, nestes termos:

«Quando o Senhor D. José entrou em Beja, a impiedade e a descrença e porventura as sociedades secretas julgavam-se em terreno conquistado (...) Ora, medita, começa por estender a mão à pobreza, partilhando com ela as esmolas que recebe; reparte a vida entre a mais que modesta residência e o velho templo que lhe serve de catedral; é ao mesmo tempo Prelado, pároco, capelão e catequista, numa faina constante sem repouso sem desânimo. Mal compreendido a principio, não tarda a ver surgir em volta de si dedicações generosas: o valoroso comandante começa já a ter uma pequena hoste (...) abre um seminário, funda associações de Caridade, e a pouco e pouco a vida cristã começa a borbulhar»⁶⁸.

Deparou-se com um governo liderado por republicanos, maçónicos e anticlericais, o que gerava clivagens com a Igreja Católica, muito por culpa dos princípios dos partidos destes líderes defenderem uma política não respeitadora da pessoa humana, com raízes no materialismo ateu. Com o passar dos anos, veio a criar-se um ambiente favorável à implantação do Partido Comunista:

«(...)A solução comunista é anti-social, anti-natural e anti-sobrenatural. Não respeita a personalidade humana, fundamenta-se na opressão e na tirania, tem por base o materialismo ateu (...)»⁶⁹

Este partido desenvolveu grande parte do seu trabalho na clandestinidade, até à Revolução de 25 de Abril de 1974. Procurou gradualmente ir conquistando o povo e capitalizando o seu descontentamento, perante as desigualdades, a pobreza, o desemprego, as injustiças e a fome. Estavam a criar-se as condições para o despertar e consolidar de um ambiente que, se olharmos retrospectivamente, pareceria um pouco desenquadrado e até paradoxal, perante a natural religiosidade dos alentejanos.

⁶⁸ *Notícias de Beja*, XIX/940, 1 Jun. 1946, 4.

⁶⁹ J. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo Soldado*, 461-462.

Recuando um pouco no tempo, constatamos que o Alentejo viveu uma reforma fundiária, tendo no seu seio, humanamente falando, gente rica e cristã até ao século XIX, que evoluiu para uma cultura de burgueses, com poucos princípios éticos e religiosos.

O Antístite tendo em conta a crueza da realidade, procurou aqui pessoas boas conselheiras e que aceitassem com prontidão as ações que pretendia implementar, para intervir e transformar a realidade, envolvendo as sinergias de todas as proveniências, nomeadamente dos proprietários da classe média e média alta, bem como do Estado, por forma a solucionar os problemas concretos que encontrou na diocese. Uma das suas primeiras iniciativas foi a criação da «Sopa dos Pobres e Cozinha económica»⁷⁰, a par das «Cantinas escolares»:

«Uma verdadeira obra de acção social, a Cozinha Económica acode aos que tem falta de alimentos. Fortalece com o alimento indispensável as crianças pobres que frequentam as nossas escolas. Durante este ano distribuiu 50 refeições diárias às crianças das escolas.

Neste período escolar, que exige maior aplicação e trabalho às crianças, a Direcção da Cozinha enviou um ofício ao Ex.^{mo} Senhor Director Escolar comunicando-lhes que elevaria para 100 o número de crianças protegidas diariamente durante este tempo de exames»⁷¹.

É preciso fazer entender a estas pessoas que, se são cristãos, não podem fechar o coração ao próximo, mas, ao invés disso, por exemplo, dar alimento e casa a quem não tem. Apela às suas consciências, preterindo um caminho de hostilização, conflitualidade ou rotura, que deixaria certamente marcas profundas, fazendo perder o que restava da sua boa vontade e dedicação.

Percebeu que estes sentimentos existiam, mas estavam adormecidos por força dos embates sofridos pela igreja diocesana e marcados nas suas vidas. Recorre igualmente ao seu protagonismo reconhecido pelo próprio Estado e Governo Central. Conta com o seu

⁷⁰ Cf. J. SERPA, *História da Congregação das Oblatas do Divino Coração* (manuscrito original dactilografado), Beja, 1976, 106 e 119.

⁷¹ *Notícias de Beja*, XVIII/846, 8 Jul. 1944, 4.

auxílio, somando às anteriores ajudas. É preciso ter aqui presente que os Presidentes de Câmara e Governadores Cívicos eram pessoas com possibilidades económicas:

«Também a Câmara de Grândola, envia para o Amparo 4.000\$00. Assim se exprime, na pessoa do seu presidente José Manuel Mateus: “(...) não podia esta Câmara da minha presidência ficar indiferente, mas, sim, prestar-lhe todo o seu apoio moral e material, como é seu dever”»⁷².

O programa de combate emergente à pobreza envolvia muitas famílias com muitos problemas, especialmente registados no Inverno, quando o mau tempo se abatia sobre a região, e as condições climatéricas não permitiam o trabalho no campo, e, conseqüentemente, levavam ao desemprego e derrapagem das condições económicas das famílias, como no capítulo anterior referimos.

Encontrou, portanto, acolhimento muito favorável, através de um conjunto de iniciativas em prol dos mais pobres, contando neste projeto com a mobilização dos mais ricos:

«(...) A Pastoral encontrou eco também nos lavradores que estão à frente da lavoura no Baixo-Alentejo. Mesmo antes do aparecimento da Pastoral, um grupo muito numeroso de lavradores do concelho de Mértola procuraram resolver problemas para que não faltasse a nenhum trabalhador da sua região, o pão.

Assim, pretenderam que cada herdade criasse um “caldo” para todos os que precisassem de alimento. Esses cristãos lavradores congratulam-se muito com esta iniciativa do seu bispo; tendo resolvido “saudar e agradecer ao Senhor Bispo a publicação da heroica pastoral e a organização do Amparo dos Pobres”, subscrevendo-se reconhecidos»⁷³.

Por outro lado também o Governo, para fazer face à crise motivada pelas condições climatéricas, nomeia uma Comissão em cada Distrito para que fosse orientado o serviço de modo eficiente e extensivo, de maneira a chegar a todas as verdadeiras necessidades:

⁷² *Notícias de Beja*, XXVI/1338, 17 Abr. 1954, 4.

⁷³ *Notícias de Beja*, XXVI/1324, 2 Jan. 1954, 4.

«A Federação Nacional dos Produtores de Trigo (F.N.P.T.) entrega mensalmente 2.000 quilos de trigo. Assim se vê esta acção benemérita nas suas palavras: “Tendo tomado conhecimento, com profunda emoção das misérias que, infelizmente, afligem essa Diocese, tão claramente expostas por Vossa Excelência Reverendíssima, a Direção deste organismo resolveu autorizar a entrega mensal de 2 toneladas de trigo à Obra do Amparo dos Pobres, para auxílio aos necessitados da área da mesma Diocese”»⁷⁴.

Contudo, a denúncia do Prelado pacense, mesmo depois de lançadas tantas iniciativas na Diocese, tem a ver com a continuidade da inatividade instalada, a que ele, apesar dos sentimentos caritativos do povo alentejano, assistia, bem como a um agravamento impiedoso da miséria em muitas famílias, motivada pela deficiente intervenção do Estado, que levava a que as classes pobres não fossem devidamente auxiliadas para fazerem face à sua miséria.

3.5. D. José, apóstolo da Caridade e da Misericórdia

Num grito de exortação a todos os diocesanos para dar corpo e substância a estes propósitos, publica duas cartas pastorais⁷⁵, adotando a divisa:

«Dar de comer a quem tem fome e dar casa a quem não tem»⁷⁶.

Desta forma se cria uma corrente, tendo como catalisador a Misericórdia de Deus, para chegar onde houver uma criança, uma pessoa com deficiência ou sem trabalho, cuidando de satisfazer no momento, as reais e deploráveis situações de miséria extrema com que se deparava:

⁷⁴ *Notícias de Beja*, XXVI/1378, 15 Jan. 1955, 4.

⁷⁵ Cf. Anexo III e IV.

⁷⁶ J. PATROCÍNIO DIAS, *Carta Pastoral, Novo e veemente apelo pastoral*, 113.

«Há crianças que definham a olhos vistos? Há! Há inválidos que caem sem o amparo dum pedaço de pão que lhes sustente as últimas forças? Há! Há os sem trabalho que, cercados de filhos, não encontram no seu lar senão o espectro da carência? Há!»⁷⁷.

O Bispo teve sempre presente uma pastoral encarnada na realidade, que se faz vida, se faz carne e vai ao encontro do próximo, do mais necessitado, do excluído, daqueles que todos desprezam... uma pastoral do Evangelho:

«(...) Os pobres são a imagem sagrada de um Deus que nós não vemos e, não sabendo nós amar de outro modo a Deus, amemo-lo na pessoa dos pobres com quem Ele se confundiu»⁷⁸.

Segue o Evangelho: «(...) como o corpo sem o sopro da vida é morto, assim também é morta a fé sem as obras» (Tg 2, 26), sempre na perspectiva de tornar bem presente a realidade da caridade, e de se comprometer, levando outros a restituir a dignidade de tantos perdida. A sua ação e o seu magistério são movidos pela preocupação de garantir a dignidade das pessoas, no caso concreto, da sua diocese, a partir das necessidades básicas que o prelado chamou a atenção nas Cartas Pastorais: comer, vestir, dar habitação, entre outras. Em todas as suas vivências, momentos inquietantes, em todas as vicissitudes por que passa, em todos os constrangimentos ou alegrias que experimenta, a fé fá-lo mover montanhas:

«...Jesus Cristo (...) vem ensinar-nos o respeito pela liberdade pessoal, o prestígio da dignidade humana e o brio dos actos de virtude; vem dar-nos as normas que devem presidir à defesa do bem comum e abrir os corações aos sentimentos puros, elevados e sacrificados da fraternidade cristã»⁷⁹.

⁷⁷ J. PATROCÍNIO DIAS, *Carta Pastoral, Veemente apelo pastoral*, 102.

⁷⁸ F. OZANAM in J. PATROCÍNIO DIAS, *Carta Pastoral, Veemente apelo pastoral*, 103.

⁷⁹ J. PATROCÍNIO DIAS, *Carta Pastoral, Novo e veemente apelo pastoral*, 111.

D. José do Patrocínio Dias foi um fervoroso participante nas Conferências de S. Vicente de Paulo; por isso, ao chegar à Diocese vai procurar colocá-las nas suas prioridades, o que acontece dentro do programa do «Amparo dos Pobres»:

«Percebe-se o eco na grandeza das palavras deste gigante da caridade, no lançamento da sua Carta Pastoral, conquistando vários sectores da sociedade, como disse são exemplo as classes operárias. Ao tomar conhecimento também da mesma, as Casas do Povo, os Sindicatos e outros teceram considerações de apreço, como:

“Ao celebrar-se a passagem do 32.º Aniversário da entrada solene de V. Ex.^a Rev.^{ma}. Nesta Diocese, a qual já tanto lhe deve, vimos humildemente apresentar os nossos respeitosos cumprimentos, felicitando-nos a nós mesmos. Pela grande graça que o Senhor nos concedeu em nos ter enviado tão ilustre Prelado (...) pedimos licença para depôr nas Vossas Sagradas mãos um pequeno óbulo que é o produto de algumas horas do nosso trabalho e que simboliza a nossa boa vontade em cooperar em tão grande obra de ir em auxílio das crianças, dos inválidos e dos Sem Trabalho. “O AMPARO DOS POBRES”»⁸⁰.

São também as Conferências de S. Vicente de Paulo que vão dar corpo aos fins caritativos praticados na diocese, procurando ter um programa em que, através das visitas domiciliárias, fossem dadas respostas a algumas situações mais urgentes. Imbuído no mesmo espírito, funda, a 15 de Fevereiro de 1922, a *Comissão de Beneficência S.Sizenando*⁸¹, tendo como propósito a recolha de donativos, nomeadamente em alimentos, entregue a partir de visitas ao domicílio às famílias mais carenciadas. Posteriormente surge a União de Caridade das Senhoras de Beja (1922)⁸², pretendendo dar a possibilidade a que um maior número de rapazes e raparigas possam receber o batismo, através da sua prestimosa colaboração, dando catequese às crianças pobres de Beja.

⁸⁰ *Notícias de Beja*, Beja, XXVI/1329, 6 Fev. 1954, 4.

⁸¹ Cf. *Eco Pacense*, Beja, 1/12, Dez. 1924, 272.

⁸² Cf. UNIÃO DE CARIDADE DAS SENHORAS DE BEJA (1922-1943) -3 A, 1) Livro de Actas I, acta n.º1 in *Arquivo Histórico da Diocese de Beja*.

Esta *União* teve na cidade um grande impacto nomeadamente a partir da colaboração dos seus membros em obras de beneficência como o Albergue de S. José (1923)⁸³ e o Bairro dos Pobres (1929)⁸⁴. Com a criação de novas Uniões e outras conferências vicentinas, alargou-se o seu raio de ação a outros territórios da diocese⁸⁵. É possível encontrar nas Cartas Pastorais já mencionadas, uma palavra forte de denúncia das injustiças que presenciava, e de desrespeito pelos direitos dos trabalhadores:

«(...) não tenho senão que confinar-me aos limites da minha Diocese – que tornam amargurante, definhadora e horripelantemente descaridosa a vida das classes proletárias rurais, circunstâncias que as lançam numa parte sensível do ano nos braços da fome»⁸⁶.

Muitas famílias não se sentiam apoiadas, nem economicamente compensadas, pelo patronato, nem pelo Estado. Não havia instituições de defesa dos trabalhadores, que se encontravam assim completamente abandonados nas mãos de patrões que nem sempre possuíam sensibilidade social, nem espírito cristão, para enfrentar com humanidade tantas situações de flagrante injustiça e desumanidade.

O Prelado estava muito bem ciente de que cabe aos cristãos acolher uma lógica transcendental, que vai muito para além deste mundo. É fundamental que a realidade social seja justa pois:

«... todos têm o direito de possuir uma parte dos bens, suficiente para si e para suas famílias (...) devem promover-se os serviços familiares e sociais, sobretudo os que têm por fim a cultura e educação»⁸⁷.

⁸³ Cf. J.SERPA, *História da Congregação das Oblatas do Divino Coração* (manuscrito original dactilografado), 109.

⁸⁴ *Notícias de Beja*, Beja, II/45, 14 Fev. 1929, 1-2.

⁸⁵ Cf. Anexo I e II.

⁸⁶ J. PATROCÍNIO DIAS, *Carta Pastoral, Veemente apelo pastoral*, 101.

⁸⁷ CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II – Documentos Conciliares, Constituição Pastoral «*Gaudium et Spes*», Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2002, n.º 69.

D. José teve ainda o mérito de não ser um Bispo palaciano, que se tenha limitado a governar a grei pacense a partir do Paço Episcopal. Antes pelo contrário, ele conhecia como ninguém toda a Diocese que percorreu várias vezes, e, por isso, falava sempre com a autoridade de quem conhecia o terreno que pisava e que, quando fazia apelos, sabia o que estava em causa.

Este grande pastor conseguiu congregiar à sua volta um conjunto diversificado e vasto de boas vontades, pelo que, não será descabido considerá-lo mesmo um verdadeiro gigante da caridade. A força motriz da sua pastoral assenta na instituição do «Amparo dos Pobres», nomeadamente com a constituição da «Sopa dos Pobres S. Sizenando» (1923), que chegou, em algumas ocasiões, a servir 1500 refeições diárias ao longo de trinta anos⁸⁸; das «Senhoras da Caridade», e outros. Em sua opinião, se a Igreja não tem posses, tem que se servir das pessoas que as têm. Com este propósito aplica o que futuramente se designa por princípio da subsidiariedade, pelo que, serve melhor quem está mais próximo das realidades, constituindo este outro dos futuros princípios basilares da Doutrina Social da Igreja. E foi isto mesmo que D. José, na prática, pretendeu fazer: Como Lisboa ficava muito longe de Beja, devido à ausência de transportes, o que dificultava muito mais as coisas, o Prelado pacense, movido pelo seu espírito de fraterno diálogo e respeito que bem o caracterizava, procurou envolver as forças locais, e fazer valer junto do Governo as autênticas necessidades das populações do Alentejo:

«A Igreja nunca descurou nem pode descurar a “questão social”. Ela faz parte do mandato que Jesus confiou à sua dilecta Esposa: - “*Misereor super turbam*”: ter compaixão e cuidar das multidões. O homem precisa de doutrina e de pão, tem necessidade de igrejas para rezar, mas também de casas para habitar. A solução deste magno problema é que se torna deveras complicado e difícil (...)»⁸⁹.

⁸⁸ Cf. ACODC, Madre Beatriz Gambôa, *Obras fundadas pelo Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Sr. D. José, Bispo de Beja, nas quais colaboraram as Oblatas desde a 1.^a hora*” (Escrito de 1925 a 1967); ACODC, Maria Beatriz Gambôa, *Agenda de 1960*.

⁸⁹ J. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo Soldado*, 461, (itálico no original).

Foi esta proximidade e conhecimento da realidade, que lhe deu também a autoridade que muitos, mesmo entre os seus detratores, lhe reconheceram:

«À actuação do princípio da subsidiariedade *correspondem*: o respeito e a promoção efectiva do primado da pessoa e da família; a valorização das associações e das organizações intermédias, nas próprias opções fundamentais e em todas as que não podem ser delegadas ou assumidas por outros; o incentivo oferecido à iniciativa privada, de tal modo que cada organismo social, com as próprias peculiaridades, permaneça ao serviço do bem comum; a articulação pluralista da sociedade e a representação das suas forças vitais; a salvaguarda dos direitos humanos e das minorias; a descentralização burocrática e administrativa; o equilíbrio entre a esfera pública e a privada, com o conseqüente reconhecimento da função *social* do privado; uma adequada responsabilização do cidadão no seu “ser parte ativa” da realidade política e social do País»⁹⁰.

3.6. Prioridades das intervenções e ação de D. José

As suas intervenções foram várias e marcadas por pontos muito concretos e de atuação prioritária:

– Atua ao nível da reforma do património, nomeadamente, com a perceção da necessidade de construir um seminário, alfofre de vocações e coração da diocese. Percebe também a necessidade de construir ou restaurar igrejas, de forma a restituir à diocese muito do património que lhe tinha sido tirado. Age de forma muito incisiva sobre a questão social. No contacto direto que vai tendo com as populações, com a realidade da diocese, procura respostas concretas.

Esteve ao comando da diocese mais de quarenta anos, o que lhe permitiu percorrê-la, como disso são exemplo as muitas visitas pastorais que fez, mais do que uma vez a cada lugar, inaugurando uma pastoral de presença e visibilidade. Procurou conhecer a

⁹⁰ CONSELHO PONTIFÍCIO «JUSTIÇA E PAZ», *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, n.º 187, (itálico no original).

realidade e responder dentro das limitações. Começou por agendar uma primeira visita pastoral a Serpa, em Maio de 1922. As suas visitas eram por períodos de três dias a uma semana. De referir que no ano seguinte fez nove visitas pastorais; que, um ano depois, a partir da iniciativa «Acção Quaresmal», se iria estender a catorze visitas pastorais. Em pouco tempo foi de um extremo ao outro do vasto território que forma a diocese alentejana. Deu corpo a uma pastoral de caridade, nomeadamente a partir da atenção que desde logo dispensou a instituições como a Casa Pia e o Hospital da Misericórdia⁹¹, ambas em Beja.

É interessante perceber como as grandes intuições do Bispo pacense, nomeadamente na defesa intransigente da dignidade da pessoa humana façam parte dos grandes princípios estruturais da Doutrina Social da Igreja:

*«A pessoa não pode ser instrumentalizada para projetos de carácter económico, social e político impostos por qualquer que seja a autoridade, mesmo que em nome de pretensos progressos da comunidade civil no seu conjunto ou de outras pessoas, no presente e no futuro. É necessário, portanto, que as autoridades públicas vigiem com atenção, para que toda a restrição da liberdade ou qualquer género de ónus imposto ao agir pessoal nunca seja lesivo da dignidade pessoal e para que seja garantida a efetiva praticabilidade dos direitos humanos. Tudo isto, uma vez mais, se funda na visão do homem como *pessoa*, ou seja, como sujeito *activo e responsável* do próprio processo de crescimento, juntamente com a comunidade de que faz parte»⁹².*

⁹¹ Cf. J. SERPA, *História da Congregação das Oblatas do Divino Coração* (manuscrito original dactilografado), 107.

⁹² CONSELHO PONTIFÍCIO «JUSTIÇA E PAZ», *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, n.º 133, (itálico no original).

3.7. D. José e a Doutrina Social da Igreja. A sua consciência social

Todas as obras sociais que construiu e ajudou a construir, são o reflexo desta sua preocupação, a partir de uma consciência social cristã e profundamente humanitária. Aqui se destaca com muita veemência também a prioridade de construção do Bairro de Nossa Senhora da Conceição (1954)⁹³ ao qual, muitas outras obras, um pouco por toda a diocese, se lhe seguiram⁹⁴, colocando todas estas obras sob a jurisdição da instituição «Amparo dos Pobres», por si criada:

«Cem casas, dando abrigo a cem famílias, a cem lares, a quinhentas almas recuperadas para o bem-estar.

“(...) Essa obra que será a glória duma geração, está começada, os materiais acumulam-se já, as implantações no terreno estão feitas e enquanto os dias passam, vai a Obra subindo, crescem as paredes, fazem-se divisórias, assenta-se o telhado e os novos moradores, arrancados à desolação dos seus tugúrios enchem as casas com o gozo do seu conforto”⁹⁵.

Dá-se uma aposta também na implementação e planificação de colónias de férias em Vila Nova de Milfontes (1942), com alto patrocínio dos governadores civis e apoio de muitos benfeitores:

«Em minhas humildes orações pedia a Deus que, se era do seu agrado que a instituição continuasse, me inspirasse a solução do grave problema»⁹⁶.

Ocasionalmente, encontrou na praia duas senhoras que bem conhecia pela sua generosidade para com a Igreja, com posses, as quais, ao saberem da situação, desejaram que a Colónia não acabasse de forma nenhuma:

⁹³ Cf. Anexo V.

⁹⁴ Cf. Anexo VI.

⁹⁵ *Notícias de Beja*, XXVI/1383, 12 Fev. 1955, 4.

⁹⁶ J. LOURENÇO, *Testemunho de um sacerdote, uma vida ao serviço do pensamento social da Igreja*, União Gráfica, Lisboa, 1983, 105.

«-Acabar a Colónia de Férias?!...não pode ser!»! (...) «Embora, de momento, tenhamos de fazer algum sacrifício, vamos fazer a compra que nos propõe”»⁹⁷.

Para além de tudo o que foi dito, algumas das suas respostas concretas, no campo social, são ainda a multiplicação de fundações, como o Patronato de Santo António (1955)⁹⁸, ligado às irmãs Oblatas do Divino Coração, por si fundadas, e de que falarei adiante, que são o espelho da alma deste homem com tantas inquietações sociais.

Esta questão não pode existir verdadeiramente perante as desigualdades, a pobreza, a fome e muitas mais injustiças. Em vez de combater um regime político autoritário, a sua ação podemos dizer que se integra numa intervenção de carácter mais pragmático, pois é necessário ir ao encontro das reais necessidades das pessoas:

*«O bem comum não consiste na simples soma dos bens particulares de cada sujeito do corpo social. Sendo de todos e de cada um, é e permanece comum, porque indivisível e porque somente juntos é possível alcançá-lo, aumentá-lo e conservá-lo, também em vista do futuro. Assim como o agir moral do indivíduo se realiza fazendo o bem, assim o agir social alcança a plenitude realizando o bem comum. O bem comum pode ser entendido como a dimensão social e comunitária do bem moral»*⁹⁹.

Na mesma linha, D. José do Patrocínio Dias, afirma numa das suas Cartas Pastorais:

«“(...) não cuidamos das habitações daqueles que, entregelados pelo frio, em tugúrios infectos, vivem em mansardas (...) nem se procuraram melhorar ainda os pavimentos

⁹⁷ J. LOURENÇO, *Testemunho de um sacerdote, uma vida ao serviço do pensamento social da Igreja*, 106 (itálico no original).

⁹⁸ Cf. J.SERPA, *História da Congregação das Oblatas do Divino Coração* (manuscrito original dactilografado), 108.

⁹⁹ CONSELHO PONTIFÍCIO «JUSTIÇA E PAZ», *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, n.º 164, (itálico no original).

enlameados onde vivem as crianças a maior parte dos dias, nem substituir os trapos que vestem, nem higienizar o ambiente familiar (...)»¹⁰⁰.

O Bispo pacense lança um grito de alerta, no sentido de encontrar forma de garantir para todos uma casa digna. Dar resposta a esta necessidade, é concretizar o verdadeiro Amor de que fala o Evangelho, sempre conscientes, contudo, de que só em Deus se pode encontrar a verdadeira resposta. D. José compreende muito bem o mandato de Cristo. Podemos, com justiça, afirmar e reconhecer que a caridade é o marco que dá corpo à ação do bispo pacense que a Providência chamou a esta diocese para:

«(...) escrever dia a dia uma epopeia de caridade (...) consumir-se momento a momento pelos outros (...) dar tudo quanto se tem, e o dar-se todo às almas (...)»¹⁰¹.

D. José não vai contra uma hierarquização da sociedade. Pelo contrário, respeita-a e procura trazê-la para as causas que lhe são mais importantes. Também a questão da justiça social merece aqui um apontamento, uma vez que igualmente nunca se baseou em reivindicações, ou no apoio aos sindicatos ou partidos, sendo que o seu principal apoio foi o Governo, o Estado Central, as Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Associações locais, lavradores e empresários.

Há que ter também em conta que a relação da Igreja com a Democracia se iniciou de forma conflituosa e só a partir dos Papas Pio XI, Pio XII e depois João XXIII, é que o medo recíproco e o conflito foram superados pelo diálogo e pela confiança. Este foi um caminho longo e não isento de desconfianças.

Podemos encontrar no Prelado pacense determinados elementos de alguma consciência social que são influências deste corpo doutrinal que se chama «Doutrina Social da Igreja» e que depois vai ter desenvolvimentos evidentes com o Papa João

¹⁰⁰ J. PATROCÍNIO DIAS, *Carta Pastoral, Novo e veemente apelo pastoral*, 110.

¹⁰¹ J. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo Soldado*, 463.

XXIII, Paulo VI, bem como o próprio Concílio Vaticano II, João Paulo II e os Papas que lhe sucedem¹⁰².

A pedagogia de D. José deve ser bem aproveitada nos dias de hoje, pois tem muitos elementos válidos e essenciais para uma pastoral ativa e caritativa: a atenção e proximidade à realidade, sobretudo dos mais pobres e fragilizados; um grande dinamismo pastoral, no qual conseguiu congregiar as sinergias dentro e fora da Igreja; a fidelidade à Igreja e ao seu Magistério; uma pastoral que tocou os três principais sectores em que ela se deve desenvolver: catequese, liturgia e caridade.

3.8. D. José do Patrocínio Dias: O Evangelho no presente dos tempos

D. José do Patrocínio Dias teve sempre presente uma pedagogia na qual a evangelização não é considerada apenas uma tarefa dos sacerdotes ou religiosos. Os leigos têm, com efeito, um papel vital na mesma, e podem chegar a um grande número de pessoas inacessíveis à Igreja institucional.

Um pároco deve procurar ser pastor de todas as pessoas, as que estão imbuídas no Espírito e colaboram ativamente na Igreja, e as que estão fora e precisam de ter uma Palavra que alimente as suas vidas, e possam, eventualmente, vir a fazer parte do grupo dos que acreditam e se dizem cristãos. Contudo, é muito mais difícil a tarefa de falar com quem habitualmente não frequenta a Igreja. Por isso, D. José procurou ter com todos uma relação aberta e fraterna, de que nunca abdicou pela proximidade que sempre demonstrou, inscrita nos seus valores humanos.

Foi este um dos princípios que sempre norteou a sua presença por terras alentejanas. Organizou uma pastoral da evangelização, tendo juntado a si muitas pessoas,

¹⁰² Cf. A. ACERBI, *Chiesa e democrazia. Da Leone XIII al Vaticano II*, Vita e Pensiero, Milano, 1991, 342-343.

assumindo ele próprio responsabilidades a esse nível, refletidas essencialmente nas pregações, confissões, a própria catequização de crianças e adultos, visitas aos doentes, acompanhamento aos moribundos, bem como a organização de iniciativas com o objetivo de fomentar e estimular a prática da caridade. Tinha, ainda, como propósito partir do seu exemplo, levando outros diocesanos a abraçar os seus projetos.

Na senda deste caminho de evangelização que traçou, não satisfeito, na totalidade, com os seus frutos e pretendendo estabelecer e regulamentar os conteúdos das catequeses nas paróquias, fundou a «Associação da Doutrina Cristã». Atualmente o mundo necessita que os cristãos sejam mais audazes, mais coerentes e vibrantes. Isto diz respeito a todos, e está virado sobretudo para os que não foram devidamente evangelizados, e estão, por isso, mais suscetíveis de serem influenciados pelo secularismo. É bem conhecido que muitos católicos não são ativamente praticantes; porém, também entre aqueles que frequentam regularmente a missa dominical, existem lacunas, não somente sobre o conhecimento da própria fé, mas também da formação de uma relação pessoal com Deus¹⁰³.

Segundo o Prelado pacense, com caridade, transmite-se a alegria, que é outro sinal de vida cristã autêntica: «Eu vos digo isso para que a minha alegria esteja em vós e vossa alegria seja plena» (Jo 15, 11). Com efeito, onde está o Senhor goza-se de paz e de alegria. O apostolado cristão pode ser chamado um apostolado do ser feliz e fazer felizes os outros. Nas primeiras comunidades cristãs, que gozavam da simpatia de todo o povo, reinava essa alegria e simplicidade de coração. E, com a graça de Deus, muitos se incorporavam na Igreja. Foi este pensamento que serviu de farol ao caminho pastoral de D. José do Patrocínio Dias, na Diocese de Beja, com algumas tomadas de posição:

¹⁰³ Cf. J. RAMOS, *Teologia Pastoral*, Biblioteca de autores cristianos (BAC), Madrid, 1995, 237-238.

a) Aponta para a necessidade de erguer um Seminário, já atrás referido, como a mais forte e necessária garantia de florescimento das vocações diocesanas. Três anos após a sua entrada na diocese, em 1925, aproveitando o convento de S. Francisco, em Serpa, depois de sofrer obras de adaptação e remodelação, funda o Seminário Diocesano de Beja¹⁰⁴, nessa vila alentejana, que acolhe quarenta seminaristas. Nossa Senhora da Guadalupe, padroeira da terra, é agora também a quem é dedicado o Seminário.

Quando pensava na abertura do mesmo, numa carta pastoral um ano antes, tinha escrito:

«(...) Se um seminário não preparar desde já sacerdotes arautos da vida cristã, improfícuo será todo o meu, aliás pobre ministério e labor pastoral, inútil toda a actividade presente, derruir-se-ão pouco a pouco os restos gloriosos dum edifício tradicional de crenças que ainda por entre destroços acumulados, se reconhece ter sido majestoso e belo. A corroborar autorizadamente este pensamento dominante do meu espírito e desejo ardente dum coração pastoral veio a palavra do Augusto Pontífice Pio XI, que, na audiência de maio passado me dirigiu estas palavras textuais: –“abra sem demora o Seminário, dedique-lhe todo o seu zelo, porque só por ele conduzirá a diocese a um eficaz renascimento religioso e social”»¹⁰⁵.

Contudo, reconstruída a obra material, falta o mais importante, que é a humana.

Faltam seminaristas, futuros padres alentejanos:

«Pedem Padres muitas Freguesias e não os há para que se possa corresponder ao seu apelo. Jamais os teremos, se não os preparamos no Seminário: precisamos de seminaristas»¹⁰⁶.

¹⁰⁴ Cf. J. SERPA, *História da Congregação das Oblatas do Divino Coração* (manuscrito original dactilografado), 110.

¹⁰⁵ J. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo Soldado*, 315, (itálico no original).

¹⁰⁶ *Eco Pacense*, Beja, n.º 7, Jul. 1924, 139, (itálico no original).

Vivendo esta dificuldade tão concreta e premente, o Prelado faz o que é mais lógico, ou seja, o recrutamento noutras partes do país, em especial nas Beiras. Constatando-se que o Seminário de Serpa se tornava pequeno, com as instalações e mobiliário em condições precárias e alimentação deficitária para as exigências que cada vez mais se faziam sentir pelo número de seminaristas, anos mais tarde, em 1937, lançava-se a primeira pedra do novo Seminário, mais central, em Beja¹⁰⁷. É dedicado a Nossa Senhora de Fátima e inaugurado a 13 de Outubro de 1940, mais amplo e espaçoso, com uma comodidade, higiene e pedagogia mais atuais:

«A obra projetada na opinião do Bispo construtor, devia constituir um Seminário modelar, com todos os requisitos de comodidade, higiene e pedagogia modernas. (...) Segundo o Senhor D. José, o edifício devia ser suficientemente amplo não só para albergar os seminaristas do curso de preparatórios, para já, mas que, de futuro, comportasse também o curso de Teologia (...). Esta aspiração demonstrava uma enorme esperança e alguma euforia, um excesso de confiança sem suporte no presente e no futuro como a história veio revelar»¹⁰⁸.

b) A sua aposta nas Missões Populares. Encontram-se por todas as paróquias do Alentejo, as quais, em especial nos anos quarenta, na sua maioria foram objeto desta transmissão eclesial. As Missões Populares levaram ao batismo de milhares de pessoas em todo o Alentejo. Também aqui se salientam as visitas da Imagem Peregrina de Nossa Senhora de Fátima, em especial, durante os anos quarenta¹⁰⁹;

c) A Ação Católica sempre teve uma perspectiva evangelizadora. Procurou pôr a Igreja em ação, colocando a práxis ao serviço da fé, com diretrizes muito próprias do

¹⁰⁷ Cf. J. SERPA, *História da Congregação das Oblatas do Divino Coração* (manuscrito original dactilografado), 111.

¹⁰⁸ A. APARÍCIO, *Os Seminários da Diocese de Beja - Subsídios para a sua história*, Editora Rei dos Livros, Lisboa, 1999, 110.

¹⁰⁹ Cf. J. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo Soldado*, 422.

Papa Pio XI. Este movimento é visto pelo prelado pacense como uma força motriz face à realidade diocesana, e nele é claro o protagonismo dado aos leigos:

«Para o reconhecer, bastará lembrar o espírito de independência do povo alentejano, as dificuldades económicas da população rural, a ignorância religiosa quase geral e ainda muitos preconceitos contra a Religião. E, sem religião esclarecida e convicta, pouco se pode fazer na vida cristã em sociedade»¹¹⁰.

As linhas orientadoras que em Portugal regem a Igreja, têm a sua origem no Cardeal Cerejeira que marca a Igreja no país e a relação desta com o Estado; de salientar que o governo era chefiado por António de Oliveira Salazar, amigo e ex-colega do Cardeal na Universidade de Coimbra.

A Ação católica, foi um movimento muito apreciado e apoiado também por este cardeal. Esta nova Obra é desde logo vista como o braço laical da Igreja na Sociedade, levando-lhe os valores que a Igreja professava de uma forma mais informal, e procurando estimular a participação dos leigos.

Fundada em 1933, a Ação Católica chega a Portugal numa altura em que a Igreja pretendia recristianizar uma sociedade que vinha de uma Primeira República pautada pela indiferença relativamente a valores religiosos. A Igreja vivia um momento de crescimento, com a criação de numerosas obras caritativas e religiosas, assente na força espiritual, que pretendia envolver mais os leigos nos seus trabalhos. Concretamente na Diocese de Beja, implementada por D. José do Patrocínio Dias:

«Em audiência pontifícia de 12 de Novembro de 1929, depois de ter relatado a Pio XI o estado precário da sua diocese quanto à escassez de clero como à indiferença religiosa, o Papa, em tom profético, disse-lhe:

¹¹⁰ J. LOURENÇO, *Testemunho de um sacerdote, uma vida ao serviço do pensamento social da Igreja*, 45.

– “Senhor Bispo, somente a Acção Católica pode salvar a sua diocese”! Em seguida dá-lhe 30.000 escudos para o Seminário»¹¹¹.

O Prelado, seguindo as palavras encorajadoras do Pontífice, dá corpo ao que na práxis pastoral caracteriza este movimento. É bem patente que:

«(...) a par da Concordata estabelecida entre a Santa Sé e o Estado, a institucionalização da Acção Católica criou um dos instrumentos privilegiados de acção da Igreja contra as tentações totalitárias do Estado moderno, assim como a principal forma de mobilização e organização dos católicos para o projecto de restauração cristã da sociedade portuguesa»¹¹².

Seguindo o apelo do Papa Pio XI, que em 1929 fundou a Acção Católica, também a Diocese de Beja constituiu várias Ligas para as diversas faixas etárias, que eram anunciadas por este movimento no Interior da Igreja. Trata-se de um conjunto de famílias católicas mais dependentes da formação e empenho dado às atividades a que se dedicavam nestes tempos por esta Acção. As colónias balneares de Vila Nova de Milfontes nasceram precisamente de uma Colónia de Férias da Juventude Católica Feminina (J.C.F.), que apoiada economicamente pelo Governador Civil de Beja, Dr. Quirino dos Santos Mialha, além de outros benfeitores que se lhe seguiram, enviou para a colónia um grande número de crianças¹¹³.

d) As expressões de piedade popular são outro pilar bem explorado pelo Prelado que sempre teve a consciência de que é preciso aproveitar os gérmes divinos que se encontram nas pessoas. Experimentou bem isso a partir da vivência de uma realidade diocesana ausente de prática religiosa mas baseada numa cultura piedosa;

¹¹¹ J. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo Soldado*, 414.

¹¹² P. FONTES, *A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a presença da Igreja na sociedade*, “Lusitânia Sacra”, 2.ª série, 6, 1994, 76.

¹¹³ Cf. J. LOURENÇO, *Testemunho de um sacerdote, uma vida ao serviço do pensamento social da Igreja*, 118.

e) A Congregação das Irmãs Oblatas do Divino Coração¹¹⁴ que o Prelado teve a intuição de fundar e formar, como mais um instrumento ao serviço da evangelização destas terras alentejanas. O grupo de senhoras que aqui se juntou, antes mesmo de se tornar Congregação Religiosa, o que aconteceu apenas dez anos depois do início da sua caminhada, foi pioneiro em todas as obras sociais e paroquiais da cidade de Beja e da Diocese:

«É no campo das obras de misericórdia espirituais e corporais que as Oblatas participam no múnus pastoral da Igreja e prestam aos homens os mais diversos serviços»¹¹⁵.

D. José do Patrocínio Dias acompanhou com muita ternura esta Congregação, conferindo-lhe personalidade canónica e acompanhando-a pastoral e espiritualmente, através de retiros e do apoio nas várias e diversificadas obras que lhe foi confiando, como disso são exemplo as Colónias de Férias em Vila Nova de Milfontes (1949), já citadas; o Convento de Santo António, (posteriormente Patronato de Santo António, 1955); o Dispensário infantil (Moura)¹¹⁶; o Hospital da Misericórdia de Beja; o Albergue de S. José (1923); A Casa de Trabalho; Asilo da Infância Manuel Gerardo de Sousa e Castro¹¹⁷ (posteriormente Fundação Manuel Gerardo, 1933); Ação Católica (1933); Catequeses; Missões Populares por toda a diocese, entre 1942 e 1946; Sopa dos Pobres S. Sisenando (1923); a União de Caridade das Senhoras de Beja (1922); o Orfeão Feminino (1925); Casa de Santa Maria (1944), Casa do Divino Coração, em Fátima; Lar Alentejano de St.^a

¹¹⁴ O seu brasão, no mesmo espírito do lema episcopal do fundador, tem a legenda bastante expressiva: “*Omnia traham ad me ipsum*”; Atrairéi a mim todas as coisas (Jo. 12, 32); Cf. J. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo Soldado*, 261.

¹¹⁵ *Constituições das Oblatas do Divino Coração*, Diocese de Beja, c. 676, Bejagráfica, 1990, 58.

¹¹⁶ Cf. J. SERPA, *História da Congregação das Oblatas do Divino Coração* (manuscrito original dactilografado), 112.

¹¹⁷ Cf. *Notícias de Beja*, Beja, VI/304, 16. Nov. 1933, p.3; *Notícias de Beja*, Beja, VI/305, 30. Nov. 1933, 1-2; Cf. J. SERPA, *História da Congregação das Oblatas do Divino Coração* (manuscrito original dactilografado), 113.

Maria, em Lisboa, para raparigas universitárias (1962-1986), presença no Colégio Universitário Pio XII (1963-1977), na mesma cidade, na orientação durante estes catorze anos, dos serviços domésticos, na catequese e acolhimento aos pobres que procuravam o Colégio, entre muitas outras obras sociais, dando cobertura a todas as faixas etárias¹¹⁸:

«As Oblatas que se não ocupam no governo ou no ensino, destinam-se ao apostolado nas paróquias, mesmo naquelas onde por então não há pároco, para as catequese, para os infantários (creches) para os patronatos e asilos, sempre sob a direcção dos seus pastores. Confia-se-lhes, de modo especial, o cuidado e a boa educação das crianças, a visita aos doentes e o auxílio aos pobres»¹¹⁹.

Com um carisma vivido em diversas formas de apostolado, a Congregação:

«encontra-se no espírito reparador, em ligação íntima com a devoção ao Sagrado Coração de Jesus, e na participação activa da vida diocesana e paroquial, numa grande docilidade à Hierarquia»¹²⁰.

3.9. Respostas sociais para os dias de hoje

Hoje em dia há um conjunto de respostas sociais que na época de D. José do Patrocínio Dias eram inexistentes. Pensemos, por exemplo, na Segurança Social, na Cáritas, ou nas Organizações Não Governamentais (O.N.G.), apenas para citar algumas, das muitas, que trabalham no campo da solidariedade ou da caridade cristã. Esta deve, aliás, ser apresentada como uma força que impele os cristãos a empenhar-se na causa da

¹¹⁸ Cf. ACODC, manuscrito de Madre Beatriz Gambôa, *Obras fundadas pelo Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Sr. D. José, Bispo de Beja, nas quais colaboraram as Oblatas desde a 1ª hora*, [Escrito de 1925 a 1967]; ACODC, Maria Beatriz Gambôa, *Agenda de 1960*.

¹¹⁹ *Constituições das Oblatas do Divino Coração*, Diocese de Beja, artigo 347, Livraria Cruz, Braga, 1951, 116.

¹²⁰ *Constituições das Oblatas do Divino Coração*, N.º 8, 1990, 32.

justiça e da paz. É preciso que o mundo saiba olhar para a Verdade, como uma palavra Divina, cheia de força, e, no que concerne ao bem comum, a saiba aplicar à caridade.

Em relação à Diocese de Beja, pensamos que a sua pedagogia faz todo o sentido no campo da evangelização, apelando a uma proposta pastoral congregadora de vontades e baseada no diálogo. Por tudo isto, o protagonismo hoje deve ser dado aos leigos, notando-se essa inquietação, por exemplo, na aposta na Ação Católica, que tinha bem clara a formação e a ação, através dos três verbos: ver, julgar e agir, de modo a transformar a realidade.

O crescimento dos movimentos laicais tem também como grande objetivo, não só captar, mas também formar e enviar para a ação missionária, devendo igualmente valorizar-se a piedade popular que deve sempre ser evangelizada. Outro grande desafio que o Prelado pacense tinha e deve ser cada vez mais continuado, é a caridade ao serviço da evangelização, que não é um proselitismo quando se exerce a caridade. A verdade é que aqueles que beneficiam da Igreja católica, certamente se sentirão mais próximos dela quando percebem que a Igreja procura «fazer o bem sem olhar a quem». Esta atitude pode, sendo exercida corretamente, esbater barreiras e abrir à fé aqueles que beneficiam da ação da Igreja, embora a missão exercida deva ser caracterizada pela gratuidade e liberdade.

É este o caminho de uma «Igreja em saída», que vai às periferias ao encontro dos que mais necessitam, que deve consistir na entrega sem receios, mas com o caminho bem traçado, numa proposta ao povo de Deus, de acompanhamento e de diálogo. O Prelado pacense dava uma grande ênfase a esta postura da Igreja. Por essa razão os dias de hoje continuam a ser, neste aspeto, muito desafiantes e catalisadores, como afirma o Papa Francisco¹²¹:

¹²¹ FRANCISCO, *Exortação Apostólica «Evangelii Gaudium»*, Paulinas Editora, Prior Velho, 2013, n.º31.

«O Bispo deve favorecer sempre a comunhão missionária na sua Igreja diocesana, seguindo o ideal das primeiras comunidades cristãs, em que os crentes tinham um só coração e uma só alma (At. 4, 32). Para isso, às vezes pôr-se-á à frente para indicar a estrada e sustentar a esperança do povo, outras vezes manter-se-á simplesmente no meio de todos com a sua proximidade simples e misericordiosa e, em certas circunstâncias, deverá caminhar atrás do povo, para ajudar aqueles que se atrasaram e sobretudo porque o próprio rebanho possui o olfato para encontrar novas estradas.

Na sua missão de promover uma comunhão dinâmica, aberta e missionária, deverá estimular e procurar o amadurecimento dos organismos de participação propostos pelo Código de Direito Canónico¹²² e de outras formas de diálogo pastoral, com o desejo de ouvir a todos, e não apenas alguns sempre prontos a lisonjeá-lo.

Mas o objetivo destes processos participativos não há de ser principalmente a organização eclesial, mas o sonho missionário de chegar a todos».

Esta nova evangelização deve ser realizada com o exemplo de caridade e alegria de cristãos bem formados, capazes de projetar a luz de Cristo e o sentido do homem. Cristo, morrendo na Cruz, atrai a Si a Criação inteira, e, em Seu nome, os cristãos, trabalhando no meio do mundo, hão de reconciliar todas as coisas com Deus, colocando Cristo no cume de todas as atividades humanas.

A fé cristã deve contribuir para a unificação da vida dos cristãos, para evitar a separação entre a fé e a vida, entre a vida celebrativa e a atividade familiar e profissional. O mundo de hoje espera dos cristãos que eles façam jus ao seu nome e sejam de corpo e alma autênticos cristãos, ou seja, outros cristos.

Faz sentido dizer que D. José do Patrocínio Dias pensou a sua obra em torno da caridade, consciente de uma revolução, na teoria e na prática, de mentalidades mais acanhadas e menos empenhadas, em torno de uma aventura consagrada completamente ao apostolado da caridade, que desde sempre foi central na sua vida, desde os tempos na Universidade de Coimbra, passando pela missão como pároco pelas suas terras na Guarda, onde era o maior animador das Conferências Vicentinas, até ao ambiente

¹²² Cf. câns. 460-468; 492-502; 511-514; 536-537.

complexo e cheio de contradições, da Primeira Grande Guerra, e por todos os lugares por onde andou.

Depois de, repartido o governo da diocese pelo seu bispo auxiliar D. António Cardoso Cunha, faleceu, em Fátima, a 24 de Outubro de 1965.

A caridade esteve sempre presente, como chama a iluminar o seu caminho e a sua missão, em todas as fases da sua vida de pastor e foi o corolário da sua ação pastoral nas terras da Diocese de Beja.

CONCLUSÃO

A presente dissertação pretendeu enquadrar, do ponto de vista social, político e religioso, a figura de D. José do Patrocínio Dias, no contexto de um país mergulhado em vários regimes políticos, no século XX, de 1922 a 1965, período do seu episcopado.

Do primeiro capítulo podemos sintetizar várias conclusões acerca da análise do contexto social e político em que viveu e cresceu. No que respeita à sua formação social e espiritual, pode concluir-se que nela já se encontravam os gérmes da ação pastoral que iria levar a cabo na diocese de Beja. A devoção inculcada pelos seus pais ao Sagrado Coração de Jesus, a forma disciplinada e atenta aos problemas dos mais pobres e mais fragilizados da sociedade, levaram-no a alistar-se nas conferências de S. Vicente de Paulo.

Na sua vida universitária, deparando-se com inúmeros problemas motivados por um clima de hostilidade e repressão, que teve um forte reflexo no CADC, levaram a que se fosse identificando cada vez mais com um sentido verdadeiramente cristão de serviço e amor ao próximo. O facto de ter ocupado o lugar de capelão chefe do corpo expedicionário na Primeira Guerra Mundial, foi enaltecido, em especial por parte do governo vigente, pelo seu elevado patriotismo. Aproveitou, concretamente em relação à diocese de Beja, a convivência que teve com os militares estacionados no teatro de guerra, ficando a conhecer bem a mentalidade e identidade cultural do povo alentejano.

Em nosso entender, todo este clima contribuía para a marcação de uma identidade que viria a ter fortes reflexos no seu futuro como bispo no Alentejo. Não é por acaso que na diocese de Beja dedicou a Igreja da Sé ao Sagrado Coração de Jesus. O facto também de ter dentro do seu plano de ação pastoral, a convicção de que era importante

implementar a «Conferência de S. Vicente de Paulo», as «Senhoras da Caridade», a «Sopa dos Pobres», entre outras, na sua postura pastoral com os padres e com os leigos.

Em relação ao segundo capítulo, aprendemos que também nesta questão a sua formação e vivências estava bem presente pelo facto como soube abordar a pressão que os republicanos lhe fizeram, aquando da sua entrada na diocese, sabendo sempre serenamente e de forma objetiva, acalmar os ânimos e manter o seu rumo de diálogo e realização da obra, tendo desde logo percebido o que fazer e com que objetivos. Disto é exemplo, a forma como entendeu o seminário como alfofre de vocações, e encontrando o clero desordenado, indisciplinado, sem meios nem recursos, tendo mesmo por alguns sido abandonado. Mostrou ser prioritária a construção de um seminário que desse primazia à formação de padres que primassem pela fidelidade e responsabilidade para com o povo.

Teve a preocupação de fazer chegar a sua palavra a todas as pessoas, pela importância e impacto que sempre percebeu ter a comunicação social. Com esta convicção fundou, desde logo, o boletim *Eco Pacense*, o semanário diocesano *Notícias de Beja* e o boletim *O Nosso Seminário*.

Por outro lado, sentimos que soube reunir vontades para fazer face ao problema da fome, da falta de trabalho e de habitação. Isto traduz-se na construção do Bairro de Nossa Senhora da Conceição, num plano arquitetónico que aí começou, mas que se estendeu a toda a diocese. Trata-se dos bairros dos pobres que demonstram bem a atenção do Prelado pacense pelas periferias, procurando que todas as pessoas pudessem beneficiar das melhores condições para fazer face às muitas fragilidades que encontrou numa diocese bastante pobre.

No terceiro capítulo, observámos que muitas outras obras foram por si fundadas, sempre com a preocupação de acolher os mais frágeis: as crianças, como disso é exemplo a inauguração da Fundação Manuel Gerardo, o Patronato de Santo António, as cantinas escolares, colónia balnear de Vila Nova de Milfontes, entre outras. Também evidenciou uma preocupação para com os sem trabalho, quando fez dotar todas as populações de

uma «Sopa dos Pobres e Cozinha Económica», que pudesse rapidamente dar sustento a tantas famílias que se viam privadas dos bens essenciais. Para os mais idosos também teve uma atenção muito especial, com a criação do Albergue de S. José, que desde logo deu guarida a muitos dos idosos que viviam sem condições e com necessidade desse espaço e acompanhamento.

Percebendo que era necessário alguém que tivesse permanentemente no terreno a sustentar toda esta ação pastoral, fundou a Congregação das Oblatas do Divino Coração que foram as intermediárias desta Obra Sócio caritativa. Procurou muitos colaboradores, entre os mais abastados que sempre se prontificaram para ajudar os mais necessitados, e com isto se tornou o apóstolo da caridade e da misericórdia, tendo sempre presente na sua consciência a Doutrina Social da Igreja.

Por último, chamou-nos muito a atenção o seu processo de evangelização que se torna tão presente e pertinente nos dias de hoje. É certo que atualmente existem instituições que dão resposta a estas realidades, por D. José levadas a cabo, e que já foram mencionadas.

Contudo, na sua altura, o Antístite teve que socorrer-se dos meios que estavam ao seu dispor, daquilo que era possível para enfrentar o clima social que encontrou. Por isso mesmo, é oportuno apreender muito com esta figura, na linha de uma pedagogia que continua a ser muito atual, com elementos muito válidos, com um grande dinamismo, que demonstrou nas suas intervenções motivadas pela capacidade de diálogo, na forma como soube congregar as sinergias dentro e fora da Igreja, na fidelidade que sempre por ela nutriu, bem como ao seu magistério.

D. José do Patrocínio Dias teve sempre presente uma pastoral que contasse não só com os sacerdotes e religiosos, mas também com todas as pessoas, não excluindo ninguém e sendo por isso pastor de todos os que habitualmente vão à Igreja, como de todos os outros que estão fora do redil.

BIBLIOGRAFIA

Bíblia de Jerusalém, 5.^a Impressão, São Paulo, Paulus, 2008

I - DOCUMENTOS DO MAGISTÉRIO DA IGREJA

CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II – Documentos conciliares, *Constituição Pastoral “Gaudium et Spes”*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2002.

CONSELHO PONTIFÍCIO «JUSTIÇA E PAZ», *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, n.º 133; 160; 164; 187, Principia Editora, 1.^a edição, Cascais, 2005.

FRANCISCO, *Exortação Apostólica “Evangelii Gaudium”*, Paulinas Editora, Prior Velho, 2013.

LEÃO XIII, *Carta Encíclica “Rerum Novarum”*, sobre a situação dos operários, n.º 10; 14, in *“Dez Grandes Mensagens”*, Editorial Promoção, Porto, 2.^a edição aumentada, 1974.

PIO XI, *Carta Encíclica “Quadragesimo Anno”*, n.º 56; 89; 136, in *“Dez Grandes Mensagens”*, Editorial Promoção, Porto, 2.^a edição aumentada, 1974.

PIO XII, *“Radiomensagem do Pentecostes”* in *“Dez Grandes Mensagens”*, Editorial Promoção, Porto, 2.^a edição aumentada, 1974.

II – PERIÓDICOS

Ala Esquerda – Beja (1943)

Boletim do Município de Beja, Janeiro e Março de 1922

Diário do Governo; 20, 21 de Abril de 1911

Eco Pacense - Beja (1924-1929)

Jornal do Sul - Beja (1983)

Mensageiro do Coração de Jesus - Braga (1924-1965)

Notícias de Beja – Beja (1928-1965)

O Bejense - Beja (Junho 1911; Janeiro, 1923)

III – ESTUDOS

ACERBI, António, *Chiesa e democrazia. Da Leone XIII al Vaticano II*, Vita e Pensiero, Milano 1991.

ALMEIDA, Fortunato, *História da Igreja em Portugal, Nova Edição preparada e dirigida por Damião Peres*, Volume III, Livraria Civilização, Porto, 1970.

ANTUNES, José, *A cadeira de Sidónio ou a memória do presidencialismo*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1981.

APARÍCIO, António, *Os Seminários da Diocese de Beja - Subsídios para a sua história*, Editora Rei dos Livros, Lisboa, 1999.

BRITES, Joana, *Construir a História: A sede do CADC de Coimbra*, “Lusitânia Sacra”, 2ª série, 19-20 (2007-2008), 122-125.

CAMACHO, Ildfonso, *Doctrina Social de La Iglesia, una aproximación histórica*, Ediciones Paulinas, 2.ª edición, Madrid, 1991.

CARMO, Renato, *As desigualdades sociais nos campos: O Alentejo entre as décadas de 30 e 60 do século XX*; “Análise Social”, Vol. XLII (184), 2007, 812-822.

COELHO, Francisco, *D. Augusto Eduardo Nunes, Professor de Coimbra – Arcebispo de Évora*, Paulus Editora, Lisboa, 2010.

COELHO, José, *A primeira República e a Igreja Católica quanto à liberdade de ensino (1910-1926)*, “Eborensia”, Ano XVI, N.º31, 2003, 45-48.

- COELHO, José, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-soldado e restaurador da diocese de Beja*, “Eborensia”, Ano XVIII, N.º36, 2005, 175-178.
- Constituições das Oblatas do Divino Coração da Diocese de Beja*, Livraria Cruz, Braga, 1951.
- Constituições das Oblatas do Divino Coração*, Bejagráfica, Beja, 1990.
- CÔRTE-REAL, Maria, “*A Sociedade de S. Vicente de Paulo até o seu centenário em Portugal*” (1833-1959), 2.º volume (1835-1959).
- CÔRTE-REAL, Maria, “*A Sociedade de S. Vicente de Paulo até o seu centenário em Portugal*”, (1833-1959), 3.º volume (Síntese e Documentos).
- CÔRTE-REAL, Maria, *História da Sociedade de S. Vicente de Paulo em Portugal*, “*A Sociedade de S. Vicente de Paulo até o seu centenário em Portugal*” (1833-1959), 1.º Volume (1833-1934), Industria gráfica, Lisboa, 1998/2000.
- COSTA, José, *A Igreja Católica e Sidónio Paes*, Coimbra editora, 1921.
- CRUZ, Manuel Braga, *As origens da democracia cristã em Portugal e o salazarismo (II)*, “Análise Social” vol. XIV (55), 1978, 551-555.
- DIAS, José Patrocínio, *Escritos e Correspondência (1948-1954)* -1C, Livro XL, Carta de 17.XI.1950, Arquivo Histórico da Diocese de Beja.
- DIAS, José Patrocínio, *Novo e Veemente apelo pastoral – O Amparo dos Pobres: Dar de comer a quem tem fome, dar casa a quem não tem*, Edição da Junta Diocesana do Amparo dos Pobres, Diocese de Beja, 1954.
- DIAS, José Patrocínio, *Veemente apelo pastoral – O Amparo dos pobres: para as crianças – para os inválidos – para os sem trabalho*. Edição da Junta Diocesana do Amparo dos Pobres, Diocese de Beja, 1953.

- ESTÊVÃO, João, *O património industrial, a indústria dos lanifícios e a sua evolução tecnológica e construtiva. Diagnóstico e Avaliação do Potencial de Reabilitação de Antigos Edifícios Industriais*, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2012. Dissertação de Mestrado, consultado em <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/3520> a 15 de Agosto de 2016.
- FERNANDES, Luís, *Dom José do Patrocínio Dias, O Homem, o Militar e o Bispo Restaurador da Diocese de Beja*, Edições Tenacitas, Coimbra, 2016.
- FERREIRA, António, *Perspectivas sobre o catolicismo no Portugal contemporâneo (1820-1958)*, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1988.
- FONTES, Paulo, *A Ação Católica Portuguesa (1933-1974) e a presença da Igreja na Sociedade*, “Lusitânia Sacra”, 2.^a Série, 6, 1994, 75-78.
- GOMES, Isabel, *As secas: contextos, atitudes e comportamentos. Baixo Alentejo Interior (1932-1995)*, Editora ISAPress, Lisboa, 2009.
- GOMES, Pinharanda, *A recepção da encíclica “Rerum Novarum” em Portugal (1891-1900)*, “Hvmanística e Teologia”, XII- Tomo 2, 1991, 229-232.
- GOMES, Pinharanda, *Memórias de Ribacoa e da Beira Serra* in “*Carta Pastoral de D. Tomás Gomes de Almeida*”, vol. 3, Editora Pax, Braga, 1979.
- LAGES, António, *O Sr. Marianno de Carvalho e o Collegio de S. Fiel*, «*collecção dos artigos publicados nos N.º 144, 145 e 146 da “Cruz do Operario”*», Typographia da Cruz do Operario, Lisboa, 1883.
- LOURENÇO, Joaquim, *Testemunho de um sacerdote, uma vida ao serviço do pensamento social da Igreja*, União Gráfica, Lisboa, 1983.
- MIRANDA, Jorge, *As Constituições Portuguesas (1822, 1826, 1838, 1911, 1933, 1976)*, artigos 6.º e 145.º, Livraria Petrony, Lisboa, 1976.

- MOURA, Maria, *A República: Resistências e acatamento a nível local*, “Lusitânia Sacra”, 2.ª Série, Tomo XXIV, 2011, 22-26.
- NOGUEIRA, Franco, *Salazar: estudo biográfico*, Atlântida Editora, São Paulo, Brasil, 1977.
- NOGUEIRA, Paulo, *Arcebispado de Évora*, in *Instituições Christãs*, III Ano, 1.ª Série, 20 de Março de 1885; III Ano, 1.ª Série, 5 de Abril de 1885, 213-248.
- OLIVEIRA, Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, União Gráfica, Lisboa, 1940.
- OLIVEIRA, Augusto, *Lei da Separação. Subsídios para o estudo das relações do Estado com as Igrejas sob o regime republicano*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1914.
- PIÇARRA, Constantino e MATEUS, Rui, *Beja: Roteiros Republicanos*, Quidnov, Matosinhos, 2010.
- PIÇARRA, Constantino, *Beja Republicana 1910 | 1926*, Edição 100Luz, 1.ª edição, 2010.
- PIÇARRA, Constantino, *Beja: Roteiros Republicanos: [Castro Verde]*, Sem Luz, 2010.
- PINTO, Ana; PIÇARRA, Constantino, *A Primeira República no Baixo Alentejo [Catálogo de Exposição]*, ed. Lit, Câmara Municipal de Almodôvar, Almodôvar, 2010.
- RAMOS, António, *A Igreja e a I República. A reacção católica em Portugal às leis persecutórias de 1910 – 1911*, “Didaskália”, XIII, 1983, 251-255.
- RAMOS, Júlio, *Teologia Pastoral*, Biblioteca de autores cristianos (BAC), Madrid, 1995, 236-239.

ROSAS, Fernando; BRANDÃO DE BRITO, José, *Dicionário de História do Estado Novo*, Volume I, Bertrand Editora, Venda Nova, 1996.

SERPA, José, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-soldado*, União Gráfica, Lisboa, 1959.

SERPA, José, *História da Congregação das Oblatas do Divino Coração* (manuscrito original dactilografado), Beja, 1976.

SERRÃO, Joaquim, *História de Portugal, XI, A Primeira República (1910-1926)*, Editorial Verbo, Lisboa, 1996.

TELO, António, *O Sidonismo e o movimento operário: Luta de classes em Portugal, 1917-1919*, Biblioteca Ulmeiro, Torres Vedras, 1977.

TORGAL, Luís, *A Universidade entre a tradição e a modernidade*, “Intellèctus”, Ano 07, Vol. I, 2008, consultado em <http://www.intellectus.uerj.br>, a 12 de Setembro de 2016.

TRIGO, Jerónimo, *Doutrina Social da Igreja. Apontamentos escolares para uso dos alunos*, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2014.

TRINDADE, Manuel, *A Faculdade de Teologia e o incidente com o Senhor Bispo-Conde, D. Manuel Correia de Bastos Pina*, “Lumen”, N.º5, XVII/XI, 1953, 626-630.

IV – ARQUIVOS

ARQUIVO HISTÓRICO DA DIOCESE DE BEJA

- Cozinha económica: contas e estatutos (1946-1954)
- Sopa Económica Nossa Senhora de Fátima (1947 ss e Amparo dos Pobres 1461 ss, 1947-1968)
- Bairro de Nossa Senhora da Conceição/Junta Diocesana do Amparo dos Pobres (1965ss)
- União de Caridade das Senhoras de Beja (1922-1943)
- Escritos e Correspondência (1948-1954)

- Amparo dos Pobres (1953-1966)
- Cartas Pastoraes e Provisões (1922-1945)

ARQUIVO FOTOGRÁFICO

- Arquivo Histórico Municipal de Beja
- Congregação das Oblatas do Divino Coração
- Paço Episcopal

ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

- Processo de inscrição e matrículas (1902-1907), Imprensa da Universidade de Coimbra

ARQUIVO DA CONGREGAÇÃO DAS OBLATAS DO DIVINO CORAÇÃO

- Documentos da Aprovação das Constituições (1949-1951); Constituições (1990)
- Documentos do princípio da congregação (1926-1935)
 - Madre Beatriz Gambôa, *Agenda de 1960*.
 - Madre Beatriz Gambôa, manuscrito, *Obras fundadas pelo Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Sr. D. José, Bispo de Beja, nas quais colaboraram as Oblatas desde a 1^a hora*, [Escrito de 1925 a 1967]

ARQUIVO DO SEMINÁRIO DE BEJA

1925-1951

Bibliografia usada, mas não citada

- ALMEIDA, João, *Novos protagonismos e movimentos religiosos: juventude, mulheres, sectores sociais*, “Semanário Ecclesia”, n.º 1258, 2010, 62-67.
- AMARAL, Luciano, *Política e economia: O Estado Novo, os latifundiários alentejanos e os antecedentes da EPAC*, “Análise social”, Vol. XXXI, 1996, 465-486.
- ANTONCICH, Ricardo; MUNÁRRIZ, José, *La doctrina social de la Iglesia*, Ediciones Paulinas, Madrid, 1987.
- AZEVEDO, Carlos (Dir.), “Beja, Diocese de”, *Dicionário de História Religiosa de Portugal, A-C*, Círculo de Leitores, Mem Martins, 2000, 183-201.
- BOAVIDA, António, *Memória acerca do Bispado de Beja*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1880.
- CASTRO, Brito. *Discurso inaugural de Consagração do Sr. D. José do Patrocínio Dias: proferido por ocasião do descerramento, na Sé de Beja, da lápide de Consagração e homenagem ao seu ilustre e venerando Prelado, Exmo. E Rev. mo. Sr. José do Patrocínio Dias*. Minerva Comercial, Beja, 1937.
- COELHO, José, *A Diocese de Beja e sua catedral – vicissitudes de um caminho*. “Eborensia”, Ano XXI, 2008, 1-26.
- CORREIA, Pedro, *As redes de solidariedade: Frédéric Ozanam e o caminho de caridade da Sociedade de São Vicente de Paulo*, in *Caridade, Justiça e Solidariedade: consciências e práticas*, “Semanário Ecclesia”, n.º 1447, 2014, 58-61.
- DIAS, José Patrocínio, *Breves instruções Pastorais ao Clero Diocesano*, Minerva Comercial, Beja, 1936.
- DIAS, José Patrocínio, *Carta ao clero- Dezembro- 1923*, Gráfica Eborensis, Évora, 1923.

- DIAS, José Patrocínio, *Não abandonemos o Pastor! – Novo e veemente brado pastoral*, Tipografia Ala Esquerda, Beja, 1940.
- DIAS, José Patrocínio, *Seminário de Nossa Senhora de Fátima – Um veemente brado pastoral*, Tipografia Ala Esquerda, Beja, 1938.
- DIAS, José Patrocínio, *Verdade, amor, Paz – Alocução Pastoral*, A. Tipográfica, Lisboa, 1922.
- MATIAS – TERESA - NATÁLIA, *Nascidas no Alentejo, Congregação das Oblatas do Divino Coração*, Paulinas Editora, Prior Velho, 2009.
- NETO, Vítor, *O Estado, a Igreja e a sociedade em Portugal*, Faculdade de Letras, Coimbra, 1996.
- ROCHA, Francisco; LABAREDDAS, Maria, *Os trabalhadores rurais do Alentejo e o Sidonismo: ocupação de terras no Vale de Santiago*, Lisboa, Edições Um de Outubro, Biblioteca Central da Universidade de Coimbra, Lisboa, 1981.
- SEBASTIÁN, Luis de, *Mundo rico, mundo pobre, Pobreza y Solidaridad en el mundo de hoy*, Sal Terrae, Guevara, Santander, 1992.
- SECRETARIADO DIOCESANO DAS OBRAS SOCIAIS DO PORTO, *Pequeno Manual das Senhoras da Caridade*, Pôrto, 1924.
- SERPA, José, *Enciclopédia Diocesana “Estudo histórico, geográfico, etnológico, religioso da Diocese de Beja”*. Biblioteca Municipal de Beja, 1990.
- SERPA, José, *Nas sendas de S. Apríngio – D. Manuel dos Santos Rocha, (Arcebispo-Bispo de Beja)*, União Gráfica, Lisboa, 1966.
- SERRÃO, Joaquim, *História de Portugal, vol. X – A queda da Monarquia (1890-1916)*, Editorial Verbo, Lisboa, 1996.

VIEIRA, Domingos, *A Consciência Social da Igreja Católica, 124 Anos de História, 1891-2015*, Editorial Cáritas, Lisboa, 2015, consultado em <http://www.caritas.pt/livraria/index.php/livros/97-consciencia-social-da-igreja-catolica?showall=&start=3> a 12 de Novembro de 2016.

APÊNDICE DOCUMENTAL

Anexo I

*Conferências Vicentinas*¹²³

A Sociedade de S. Vicente de Paulo, em 1959, na Diocese de Beja, apresentava 1 conferência masculina (em actividade), composta por 12 vicentinos, que assistiam 15 famílias, tendo nesse ano dispendido, para tal, de 11.673\$00.

Apresentava ainda 25 conferências femininas (6 conferências de jovens), compostas por 336 vicentinas, que assistiam 311 famílias, tendo nesse mesmo ano dispendido, para tal, 227.235\$50.

Criado em 23 de Novembro de 1941, existia, ainda, um Concelho Particular Masculino e um Concelho Central Feminino criado em 28 de Fevereiro de 1953.

A lista que apresentamos em seguida, diz respeito às Conferências Masculinas, Femininas e de Jovens fundadas, precisamente, até este ano de 1959:

BEJA (Conferências Masculinas)

<i>Conferências</i>	<i>Localidade</i>	<i>Diocese</i>	<i>Fundação</i>	<i>Agregação</i>
S. Sizenando (J)	Beja	Beja	02/02/1909	05/07/1909
S. Tiago	Santiago do Cacém	Beja	09/01/1935	01/03/1937
S. João de Deus	Ourique – Beja	Beja	08/12/1948	29/06/1953
Nossa Senhora de Fátima	Serpa	Beja	06/06/1951	22/03/1953
Nossa Senhora da Conceição	Amareleja – Beja	Beja	13/06/1952	04/08/1952

BEJA (Conferências Femininas)

¹²³ Cf. *CÔRTE-REAL, M, História da Sociedade de S. Vicente de Paulo em Portugal*, “A Sociedade de S. Vicente de Paulo até o seu centenário em Portugal”, (1833-1959), 3.º volume (Síntese e Documentos), Industria gráfica, Lisboa MM, 1998/2000, 49-52.

<i>Conferência</i>	<i>Localidade</i>	<i>Diocese</i>	<i>Fundação</i>	<i>Agregação</i>
Nossa Senhora de Guadalupe	Serpa – Santa Maria	Beja	20/02/1945	08/05/1947
S. João de Deus	Santiago do Cacém	Beja	13/10/1950	27/03/1953
Nossa Senhora do Carmo	Moura - S.Geão	Beja	04/02/1951	30/05/1952
Rainha Santa Isabel (J)	Beja – Inter-Paroquial	Beja	06/02/1951	28/02/1953
Santa Maria Goretti (J)	Beja – Inter-Paroquial	Beja	02/04/1951	17/04/1952
Nossa Senhora de Fátima	Beja – S. Tiago	Beja	17/07/1952	23/06/1952
Santa Maria Goretti (J)	Beja – Almodovar	Beja	17/07/1952	20/06/1953
Santa Luzia	Pias	Beja	20/01/1953	19/11/1953
Menino Jesus (J)	Beja	Beja	20/03/1953
Nossa Senhora do Castelo	Aljustrel	Beja	26/10/1953	10/06/1959
Sagrado Coração de Jesus	Beja – S. João Baptista	Beja	11/11/1953	13/05/1954
Nossa Senhora da Piedade	Odemira – Santa Maria	Beja	08/05/1954	(x)
Santa Filomena	Odemira – Inter-Paroquial	Beja	17/11/1954	12/06/1956
Nossa Senhora da Rocha	Cuba – S. Vicente	Beja	27/03/1955	12/06/1956

<i>Conferência</i>	<i>Localidade</i>	<i>Diocese</i>	<i>Fundação</i>	<i>Agregação</i>
Nossa Senhora da Penha	Grândola	Beja	01/11/1955	24/11/1962
Divina Providência (J)	Beja – Inter-Paroquial	Beja	16/11/1955	14/02/1956
Nossa Senhora de Fátima	Odemira – S. Teotónio	Beja	19/01/1956	12/06/1956
Nossa Senhora da Conceição	Cercal do Alentejo	Beja	27/01/1957	12/01/1961
Nossa Senhora de Fátima	Odemira – Sta. Maria	Beja	19/01/1958	14/02/1959
Nossa Senhora da Graça	V.N. Milfontes – N.ª S.ª da Graça	Beja	02/02/1958	24/11/1962
Nossa Senhora da Conceição	Ferr. Alentejo – N.ª S.ª da Assunção	Beja	07/02/1958	29/06/1964
Nossa Senhora das Pazes	Ficalho	Beja	07/02/1958	01/04/1959
Nossa Senhora das Salvas	Sines	Beja	15/10/1958	02/02/1970
Santa Maria Goretti (sem confirmação)	Inter-Paroquial	Beja	11/12/1959

BEJA (Conferências de Jovens)

<i>Ano</i>	<i>Conferência</i>	<i>Ramo</i>	<i>Localidade</i>	<i>Fundação</i>	<i>Agregação</i>
1909	S. Sizenando	Masc.	Beja – Seminário	02/02/1909	05/07/1909
1951	Santa Maria Goretti	Fem.	Beja – Externato	02/04/1951	17/04/1952
	Rainha Santa Isabel	Fem.	Beja–Inter-Paroquial – Colégio	06/02/1951	27/03/1953
1953	Menino Jesus	Fem.	Beja	20/03/1953	
1955	Divina Providência	Fem.	Beja	16/11/1955	14/02/1956
1959	Santa Maria Goretti	Fem.		13/12/1959	

Resumindo:

6 Conferências de jovens:

1 Masculina e 5 Femininas

1 – no ano de 1909; 5 – nos anos 50

Anexo II

*Uniões de caridade criadas na Diocese de Beja*¹²⁴

 **União de Caridade das Senhoras de Beja**

Inaugurada em 5 de Fevereiro de 1922

 **União de Caridade das Senhoras de Odemira**

Inaugurada em 8 de Setembro de 1922

 **União de Caridade das Senhoras de Barrancos**

Inaugurada em 10 de Julho de 1924

 **União de Caridade das Senhoras de S. Tiago de Cacém**

Inaugurada em 26 de Julho de 1924

 **União de Caridade das Senhoras de Vidigueira**

Inaugurada em 20 de Março de 1924

 **União de Caridade das Meninas de Beja**

Inaugurada em Novembro de 1924

 **União de Caridade das Senhoras de Almodôvar**

Inaugurada em 4 de Agosto de 1927

 **União de Caridade das Senhoras de Mértola**

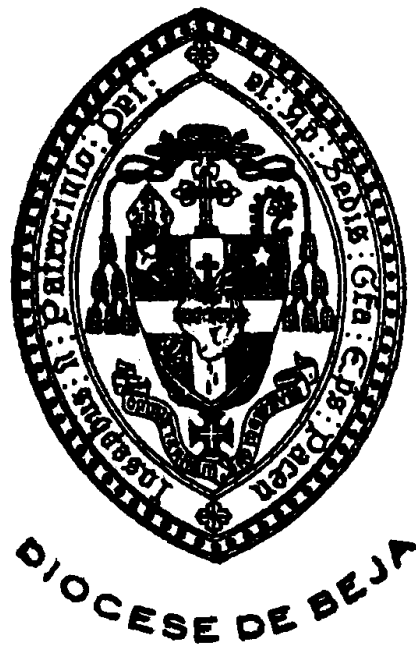
Inaugurada em 20 de Abril de 1926

¹²⁴ Extraído de *Eco-Pacense*, Beja (1924-1929) e *Notícias de Beja*, Beja (1928-1993).

Anexo III

O AMPARO DOS POBRES

***Para as crianças – para os Inválidos
Para os sem trabalho***



VEEMENTE APELO PASTORAL

**«Dar de comer
a quem tem fome»**

VEEMENTE APELO PASTORAL
O
AMPARO DOS POBRES

Para as Crianças – para os Inválidos
– para os sem Trabalho

Meus caríssimos diocesanos:

SEM esquecer a palavra profética de Jesus Cristo, de que há-de haver sempre pobres no meio de nós, sem pretender estudar as origens dum problema gravíssimo e, muito menos, dar-lhe cabal remédio, eu venho dirigir aos corações bondosos, caritativos e generosos um veemente apelo pastoral que se resume na verificação deste facto doloroso: as condições económicas dos pobres não têm melhorado, antes se agravam impiedosamente, de ano para ano, e o estendal da sua miséria é cada vez mais lancinante.

Não posso calar por mais tempo a denúncia de circunstâncias no nosso Baixo-Alentejo – não tenho senão que confinar-me aos limites da minha Diocese – que tornam amargurante, definhadora e horrivelmente descaridosa a vida das classes proletárias rurais, circunstâncias que as lançam numa parte sensível do ano nos braços da fome.

Seria parcialidade negar os importantes esforços para vencer este mal, já por meio das organizações oficiais, no notável desenvolvimento da assistência pública, no constante progresso das instituições de mutualidade, na periódica preparação de contractos colectivos de trabalho – contractos que ainda não beneficiam as classes rurais – já por tantas obras de caridade particular disseminadas por vilas e aldeias, e pelas generosidades pessoais de tantos corações beneméritos.

Tem-se feito alguma coisa: é indubitável.

Se as iniciativas oficiais são de louvar, também há que fazer justiça, sincera e profunda, aos sentimentos caritativos do povo alentejano, e aos arreigados e compreensivos movimentos duma compaixão que se traduz em fazer bem, em valer aos necessitados.

TESTEMUNHO PESSOAL – AMPLO DESEJO

Ninguém o pode testemunhar como quem, há 32 anos, está em contacto permanente, diário, com as tendências bondosas dos corações do Alentejo e que nunca estendeu a mão à caridade pública em favor dos pobres, que não fosse largamente atendido e excedido nas suas esperanças.

Por isso mesmo, pelos exemplos do passado, pelos esforços realizados com o vosso auxílio cabe-me a inadiável obrigação de vos dizer, o que, de facto, pode não estar patente a todos: as classes pobres não têm sido auxiliadas suficientemente na sua miséria, esta aumenta e cresce de ano para ano, as massas que se debatem com a penúria não diminuem, mas avolumam-se cada vez mais.

Perante tantos e tão assinalados progressos no campo da técnica, perante tantas e tão audaciosas construções levadas a cabo, perante tantos e tão porfiados trabalhos públicos que se abrem por toda a parte, como é possível, inquire-se, que a riqueza pública e particular aumente incessante e prometedora, e que os deserdados da sorte sejam cada vez mais numerosos e se debatam com mais profunda e inclemente miséria? Cresce a prosperidade para uns e cava-se a indigência para outros.

Não é minha intenção, já disse, estudar as origens do mal, nem posso ter a pretensão de lhes dar remédio. Estão longe de mim esses intuitos.

Só me incumbe no cumprimento dum sagrado dever, denunciar, segundo o espírito do Evangelho, às consciências cristãs dos meus diocesanos as graves responsabilidades de todos perante a obrigação de «dar de comer a quem tem fome»!

Podem surgir – e surgem – soluções tentadoras, mas a longo prazo; há terapêuticas económicas e sociais para debelar ou atenuar a doença, há esperanças a emergirem do horizonte e iniciativas públicas e particulares, ainda sem realização actual, para dar remédio às amargas horas das famílias dos trabalhadores rurais.

QUADRO LANCINANTE

Saudemos e bendigamos essas iniciativas e auroras de benéficas esperanças; que se congreguem, sim, todas as boas vontades para as levar a cabo; que se institua um regimen de trabalho que dê a cada um aquilo a que tem insofismável direito, mas o que importa desde já, e para já, é atenuar a gravidade da hora presente e essa só entra em aspectos de solução proporcionando o alimento aos que têm fome!

Há crianças que definham a olhos vistos? Há!

Há inválidos que caem sem o amparo dum pedaço de pão que lhes sustente as últimas forças? Há!

Há os sem trabalho que, cercados de filhos, não encontram no seu lar senão o espectro da carência? Há!

Não surgem agora, perante uma crise inesperada estes vencidos da vida, não é pela primeira vez que no ano presente crianças, inválidos e os sem trabalho caem inânimes e esgotam as forças à míngua de alimentação; passam já anos sobre anos, crises sobre crises e gerações sobre gerações definhadas, e, enquanto todos vivemos na expectativa de melhores dias e à espera de medidas públicas que remedeiem tão apavorantes condições, os males crescem, o definhamento alastra e a miséria faz aumentar o cortejo das suas vítimas.

Temos andado talvez a ocultar a verdade uns aos outros; apregoam-se desmentidos e enquanto surgem no horizonte esperanças nas possibilidades de anos vantajosos e mais produtivos, empregam-se remédios parciais, como são a abertura de trabalhos, ou a distribuição de trabalhadores pelas casas agrícolas, mas não se resolve o problema fundamental da fome que é real, verdadeiro e anti-cristão.

Enquanto aguardamos as medidas a longo prazo, importa dar solução imediata, inadiável, para já, para o mês corrente – auxiliando tantos infelizes!

Que com estômagos famintos se operem largas devastações nas extensas áreas da China ou da Índia, o que muito é para lamentar, resulta da condição inevitável de não ter chegado lá a luz Divina do Evangelho; mas permitirmos nós que a fome venha bater às portas dos nossos pobres, nestes campos dourados com o sol da mais alta civilização cristã não o podemos, nem o queremos permitir, não queremos tão tremendo encargo para a consciência individual e colectiva de todos nós.

Meus caríssimos diocesanos: eis o meu apelo, vamos libertar dos braços da desventura os nossos irmãos pobres, vamos «dar de comer a quem tem fome»!

SOLUÇÃO CRISTÃ E INADIÁVEL

A grande arma, a única arma desta cruzada tem de ser e há-de ser a *esmola*. Se todos dermos o que pudermos; se vencermos o egoísmo que domina tantos espíritos e abirmos os corações à generosidade; se pusermos em prática os preceitos salutareis da vida cristã e repartirmos com os pobres a nossa demasia, acreditando teórica e praticamente nas reiteradas e divinas promessas que premeiam a esmola e a tornam a moeda preciosa que alcança a complacência e a misericórdia de Deus; se nos dermos

menos ao luxo, às vaidades, às ostentações, aos divertimentos e nos deixarmos tocar pela compaixão, veremos correr uma fonte inesgotável de benemerências, ganharemos esta cruzada da pobreza.

Há muitos cristãos, infelizmente que não vêem na esmola um dever de misericórdia, que brota do princípio fundamental da caridade cristã e do natural sentimento da fraternidade humana.

A esmola é um dever de justiça, no sentido de que todos os bens da terra foram dados por Deus aos homens, para que os homens deles vivessem, o que assinala a esmola como uma dívida social.

Para quantos, lamentavelmente, a esmola não é conhecida como o grande meio da remissão dos pecados, da «multidão dos nossos pecados», como diz o Apóstolo?

Para longe o conceito pagão de que a esmola é um favor de quem dá e um aviltamento de quem a recebe. Ela traduz a realidade da caridade e aviva na nossa fé o elementar princípio de ver a pessoa adorável de Jesus Cristo debaixo dos andrajos dos pobres.

Vêm a propósito neste ano do Centenário de Frederico Ozanam aquelas suas memoráveis palavras que resumem e tornam eminentemente práticos os ditames do Evangelho:

«Conhecemos Deus pelos olhos da fé, mas duma fé infelizmente fraca e débil. Mas enxergamos os homens e temos diante de nós os pobres que vemos com os olhos da carne – aí os temos a mostrarem-se por toda a parte. Estão perto de nós, andam ao nosso lado, o que nos permite meter os nossos dedos nas suas próprias chagas; sim, nós vemos as chagas da Coroa de espinhos na sua própria frente. Os pobres são a imagem sagrada de um Deus que nós não vemos e, não sabendo nós amar de outro modo a Deus, amemo-lo na pessoa dos pobres com quem Ele se confundiu!»

Esta tão terna, como encantadora doutrina, levada à prática cristã, far-nos-á compreender a exclamação eloquente de Bossuet quando fala na «eminente dignidade dos pobres no seio de Jesus Cristo e nas altas prerrogativas dos pobres dentro da sua Igreja».

Se assim se apreciassem os pobres, nós aceitaríamos a realidade insofismável de que há-de haver sempre pobres no meio de nós, embora a nossa glória e o nosso dever fosse voarmos em seu auxílio com a mão da caridade.

Meus caríssimos diocesanos! Convido-vos a resolver este problema actual, candente, amargurante e cheio de responsabilidades, para as nossas consciências, por meio da *esmola!*

Não estejamos à espera, embora as aguardemos, das soluções oficiais imediatas; não apelemos, embora certos de que não nos hão-de faltar para os auxílios do poder central; vamos em testemunho da nossa fé cristã e, inspirados nela com amor fraternal preparar uma obra ampla e generosa de caridade e justiça tendo por base a *esmola*.

A CONCENTRAÇÃO DO ESFORÇO COLECTIVO

Parece-me que não devemos pensar, de momento, noutra modalidade de auxílio, e são tantas a reclamar a nossa caridade! prestando o nosso auxílio, tão somente, às grandes vítimas do depauperamento: as *crianças*, os *inválidos*, e *os sem trabalho*, numa palavra, todos os que precisam de comer para sustentar a vida.

Demos uma vista de olhos a estas três parcelas da sociedade, observando-as não só nos grandes meios, como cidades e vilas, onde também chegam inclementes as misérias, mas estudando os factos nas aldeias mais pobres, longínquas e despontadas; não só quando, por momentos, o trabalho não escasseia, mas sobretudo quando os braços não têm onde aplicar-se, quando as chuvas prolongadas impedem a entrada nos campos, quando não há pão, nem recurso de que lançar mão para o alcançar.

As *crianças* dão um formidável contingente de vítimas nas actuais condições das famílias pobres. No ano corrente, em que a benéfica campanha contra o analfabetismo fez

aparecer na escola numerosas crianças, milhares de crianças que a não frequentavam, o espectáculo da miséria infantil tornou-se mais evidente e doloroso. Bem o previu a lei com a elaboração dos estatutos das Cantinas e Caixas escolares, as primeiras para se fornecer, pelo menos, uma refeição diária aos alunos mais necessitados e as segundas para lhes dar livros indispensáveis ao ensino e para distribuir artigos de vestuário e calçado.

Foi incontestavelmente uma maravilhosa visão do problema; mas cabe-nos a nós dar-lhe solução prática, auxiliando e fomentando a instituição das Cantinas e Caixas escolares em toda a parte. Consideremos este dado estatístico: para 465 escolas do Distrito de Beja, há, ao todo, 4 cantinas com funcionamento regular.

Não podemos também deixar de louvar a obra de assistência infantil das Colónias Balneares, que beneficia as crianças que podem ir às praias, mas que será daquelas que lá não podem ir, por falta de condições de resistência? E estas são pelo menos tão numerosas, senão mais, do que aquelas. Está flagrantemente a correr-se o perigo de cuidar só das sãs e de abandonar as doentes, segundo o estilo do paganismo e do comunismo.

Em conclusão: a obra do «*Amparo dos Pobres*» que desejamos lançar pretende ou deve pretender propor-se como objectivo principal da sua actividade colaborar na criação duma cantina junto de cada escola, com funcionamento permanente em todos os meses do ano escolar.

É preciso, é urgente arrancar as crianças aos braços da fome. É, já o dissemos, nosso dever cristão e social.

Os inválidos também se debatem com uma assustadora e injusta miséria. Confrange-nos o coração contemplar homens decrépitos, amparados a um bordão, abandonados, tantas vezes, pela família, cheios de dores e de fome, erguendo olhos de compaixão. Qual foi a sua história? A de um trabalhador honrado, de um artista exímio, de um operário honesto; hoje a doença, a idade, a miséria fazem-no arrastar dias da maior e mais angustiosa tristeza! São tantos, e tão pobres e tão necessitados!

O salário diminuto não lhes permitiu preparar o pecúlio para a velhice e as pensões distribuídas aos inválidos estão longe de chegar para todos e de dominar todas as indigências dos seus subsidiados.

Temos de amparar estes membros inválidos do Corpo Místico de Cristo, é preciso matar-lhes a fome, criando em todas as freguesias em seu favor uma Sopa dos Pobres ou uma Cozinha Económica. Deverá ser este o segundo objectivo do «*Amparo dos Pobres*» pagar a dívida contraída pela sociedade com aqueles que trabalharam e já não têm forças para ganhar o pão de cada dia.

Os sem trabalho são os que ocasionam as horas mais lúgubres. Surgem quando o trabalho falta e são grupos de homens colados às esquinas, sentindo como único conforto, as horas quentes do sol ou andando de porta em porta, esmolando um pedaço de pão para as famílias presas das garras da miséria.

Que seria deles se se lhes fechasse a porta da caridade? Dias sucedem-se a dias, semanas a semanas, cansam-se de dar os que davam, mas não se cansa a miséria de atormentar os sem trabalho.

Se alguns, por vezes, mais ou menos numerosos, conseguem admissão nos trabalhos públicos, abertos em seu favor, são às centenas os que ficam aguardando melhores dias nas angústias da pobreza e nos tugúrios sem ar, sem luz, sem pão.

Só os alentejanos compreendem tais situações, porque temos o espectáculo que as originam diante dos nossos olhos. Estes homens depauperados terão amanhã na sáfara da azeitona, nas sementeiras, nas mondas, nas ceifas, o seu honrado ganha-pão, mas há intervalos, mais ou menos longos, inclementes, em que só vivem de braços caídos, miseráveis, famintos, sem um dia de trabalho remunerador.

Não quero carregar as cores deste quadro, porque lhe basta; para ser lancinante a própria realidade, que temos diante dos nossos olhos e nos punge a todos a alma.

É forçoso apelar para a instituição das Sopas dos Pobres, ou de Cozinhas Económicas que forneçam diàriamente alimentação às famílias dos rurais que enfileiram nos sem trabalho. Venha o «*Amparo dos Pobres*» suprir tantas deficiências, prover a tantas e tão urgentes misérias.

O «AMPARO DOS POBRES», FANAL DO DEVERCRISTÃO

O que é, ou o que pode ser o «*Amparo dos Pobres*»?

É a instituição que há-de espalhar benefícios sem conto, que há-de formar a corrente de caridade que prenderá todos os corações bons da nossa Diocese; mas, por ora, só vive na mente pastoral e paternal do Vosso Bispo que a antevê a sombra acolhedora da árvore do Evangelho, abrigando debaixo dos seus ramos todos os que sofrem as inclemências da fome.

Que o «Amparo dos Pobres» seja uma organização de caridade diocesana, tendo por fulcro o coração do Pastor da Diocese e por centro de actividade a cidade episcopal, irradiando, porém, por todas as freguesias, chegando onde houver uma criança, um inválido, um sem trabalho!

O «Amparo dos Pobres» terá como divisa «*dar de comer a quem tem fome*», não destruindo, todavia, mas amparando, fortalecendo todas as instituições de caridade, particulares e públicas, da Diocese, inculcando-lhes a vitalidade e fazendo-as realizar os seus fins dentro das respectivas modalidades, tendo sempre em vista os seus particulares objectivos, as crianças, os inválidos e os sem trabalho.

O «Amparo dos Pobres» terá uma delegação em cada freguesia para conhecer das necessidades locais, para informar a Caixa Central das possibilidades de angariar esmolas nos meios rurais e promover a fundação de Cantinas, Sopas dos Pobres ou Cozinhas Económicas por toda a parte.

O «Amparo dos Pobres» inscreverá entre os seus fins principais a cristianização da esmola:

a esmola dá-se por sagrado e inadiável dever cristão;

a esmola dá-se sem ostentação;

a esmola dá-se na medida imposta pela consciência e numa generosidade voluntária gerada nos sentimentos mais nobres de humanidade;

a esmola, a troco de divertimentos, de lucros, de vaidades ou vanglórias, perde uma notável parte da sua eficácia;

a esmola é a dádiva espontânea, tirada do supérfluo, arrancada às economias, provenientes de sacrifício, a esmola é uma parte de nós mesmos dada com grandeza de alma e por espírito de caridade.

O «Amparo dos Pobres» procurará desenvolver em favor dos pobres a acção benemérita e evangélica das Conferências de S. Vicente de Paulo, de ambos os sexos, servindo-se delas para a realização dos seus caritativos fins. Terá a ambição de fundar uma Conferência em todos os meios rurais, para que por meio de visitas domiciliárias se conheçam as necessidades das famílias e se lhes acuda com justo e razoável remédio, para animar os desditosos, consolar os aflitos, levar o auxílio do médico e reparar os estragos abertos pelas misérias.

O «Amparo dos Pobres» não cerceia as esmolas dadas a cada freguesia em especial, o que se recebe numa freguesia é propriedade dos seus pobres, lá fica para lhes ser distribuído, mas procurará aumentar com possíveis subsídios da Caixa Central do Amparo dos Pobres as esmolas locais.

OS GENEROSOS RECURSOS DA CARIDADE

O «Amparo dos Pobres» abre desde já uma Cruzada de esmolas apelando para a generosidade dos lavradores, para os proprietários, sem esquecer os que se encontram

ausentes das suas terras, para as autarquias locais, para todas as instituições de carácter recreativo e desportivo, fará peditórios à porta das igrejas, estenderá a mão à caridade pública nos lugares de concorrência popular, nos divertimentos, nas reuniões, em suma, procurará que nenhuma fonte de receita escape à sua actividade caritativa.

Sobretudo conta com as esmolos dos corações generosos e desde já peço a todos os meus diocesanos que espontaneamente o queiram fazer, que me enviem as suas generosidades, em dinheiro ou em géneros (haverá um celeiro central para os arrecadar) para iniciarmos com ânimo e decisão a nossa campanha contra a fome.

O «Amparo dos Pobres» solicita a cooperação de todos os que queiram auxiliar com o seu esforço, trabalho e dedicação. Nem todos podem dar muito, mas todos podem dar uma parte do seu coração em generosidade aos pobres.

Precisa do amparo moral de todos e pede o sacrifício material de quem lho possa dar.

O «Óbolo Diocesano» que no dia 23 de Julho a vossa generosidade nunca desmentida, depositou nas minhas mãos, no valor de dez mil escudos, fica desde já a constituir o primeiro fundo do «Amparo dos Pobres». Retiro-o da aplicação a outros objectivos, reclamados pelo progresso material e moral da nossa Diocese e entesouro-o em vosso nome no seio dos pobres, para matar a fome aos meus e vossos irmãos desditosos.

Ninguém me levará a mal esta caritativa aplicação, por intenção minha e de todos os que me deram o «Óbolo».

APELO A TODAS AS CLASSES

Na primeira linha espero ver os nossos Padres que nunca abandonaram o campo da actividade caritativa e que quase sempre se encontram à frente das Sopas dos Pobres, das Conferências e da União de Caridade. Foram os nossos Padres que me comunicaram as suas impressões, donde resultou a compreensão do meu dever inadiável de lançar este apelo pastoral. Espero que sejam os primeiros nesta bendita cruzada. No posto do sacrifício estão presentes todos os dedicados elementos da Acção Católica que hão-de dar firme exemplo do seu espírito de caridade.

Conta-se com as Câmaras Municipais, Grémios da Lavoura Juntas de Freguesia, Casas do Povo, organismos corporativos, etc..

Precisa-se do generoso auxílio dos distintos médicos espalhados pela vasta área da nossa campanha, cujo espírito de solidariedade está sempre patente, assim como em alto grau o seu humanitarismo até à abnegação e ao sacrifício.

Venha-nos de todas as classes, de ricos e de pobres, uma palavra animadora, um gesto de compreensão, um vivo desejo de cooperação nesta luta que vamos sustentar com ânimo e fé contra as consequências da fome.

Compreendo, meus caríssimos Diocesanos, que esta é das obras mais transcendentais para que tenho chamado a vossa atenção. Embora velho e combalido, não hesito em lançar este brado de caridade e estou pronto a dispensar todas as minhas forças para vencer o inimigo que enfraquece e depauperava as nossas populações rurais. Crêde, é um grito de consciência que desejo fazer ecoar nas vossas almas e só estarei em paz quando puder verificar que na nossa Diocese não falta o que é absolutamente necessário aos mais pobres dos nossos irmãos e que se «dá o pão a quem tem fome».

Beja, 8 de Dezembro de 1953.

† *JOSÉ DO PATROCÍNIO*, Bispo de Beja

Dar de comer a quem tem fome

Dar casa a quem a não tem

A JUNTA DIOCESANA DO

AMPARO DOS POBRES

pede aos seus benfeitores que declarem, ao enviar as suas dádivas, se se destinam:

- a dar de comer a quem tem fome

ou

- a dar casa a quem a não tem

Na falta desta declaração, as esmolas re-
vertem para «dar de comer a quem tem fome».

NOVO E VEEMENTE APELO PASTORAL

Dar de comer a quem tem fome – Dar casa a quem não tem

CARÍSSIMOS DIOCESANOS

POUCOS meses decorreram, depois que apontei à vossa consideração a grande chaga de miséria que atinge tentos membros da querida família diocesana, fazendo-os suportar, em alguns meses do ano, as dolorosas consequências da fome.

Dou graças a Deus porque, se nem todos os que podiam, corresponderam ao meu veemente apelo pastoral, ao menos, cerca de 500 me enviaram as suas esmolas que foram espalhadas em géneros pelas crianças, pelos inválidos e pelos sem trabalho.

Podeis avaliar quanta alegria e satisfação íntima inundou o meu coração de Pastor ao alargar amplamente o benefício de dar de comer a quem tem fome.

Dou graças a Deus e louvo sinceramente as vossas generosidades.

Iniciada a cruzada, forçoso é continuá-la e ampliá-la, ao longe e ao largo, acudindo a outro género de miséria.

Havia feito a promessa de restringir a acção caritativa do AMPARO DOS POBRES ao alimento indispensável à conservação da vida; assim se puderam distribuir, graças à vossa benemerência, dezenas de milhar de quilos de pão e carne.

Mas, Caríssimos Diocesanos, perante a miséria não pode haver restrições. É dever acudir-lhe onde se manifesta, e é crime, sob alçada da justiça de Deus, cruzar os braços perante qualquer desgraça física, moral ou social.

I – QUADRO DESOLADOR DA HABITAÇÃO DOS POBRES

Sim, deu-se um pouco de comer, a quem tinha fome; mas não cuidamos das habitações daqueles que, enregelados pelo frio, em tugúrios infectos, vivem em mansardas, fustigadas pelos ventos e penetradas pelas chuvas; nem se procuraram melhorar ainda os pavimentos enlameados onde vivem as crianças a maior parte dos dias, nem substituir os trapos que vestem, nem higienizar o ambiente familiar; numa palavra, continuam os pobres ao abandono do mais elementar conforto. A descrição da morada dum dos nossos trabalhadores causa, por certo, calafrios; mas vê-la, examiná-la, viver nela os rápidos momentos duma visita e pensar que poderia qualquer de vós ficar reduzido àquela mesma miséria, dilacera as fibras da alma.

Conhecem-se casos de pessoas que, entrando por espírito de caridade numa dessas pobres mansardas, experimentaram náuseas invencíveis e que, de regresso aos seus lares, não puderam durante a noite conciliar o sono, lembrando o triste espectáculo a que assistiram.

Como podem eles viver, como podem eles dormir! que horríveis condições de existência humana!

Para justificar as minhas palavras que estou a escrever com as lágrimas nos olhos e a amargura mais profunda no coração, ousa fazer um apelo aos que nunca viram este lancinante espectáculo: Vão vê-lo! Vão contemplá-lo! Temo-lo à nossa porta, diante das nossas casas, paredes meias connosco. Faça-se nesta cidade uma visita ao Bairro do Carmo Velho ou ao do Pelame. Sim, como se vive! Como se pode viver! Como terá forças este chefe de família para amanhã passar um dia de trabalho a ganhar o pão dos seus? Como poderá esta mãe, no meio dum lodaçal, cuidar do esmero dos seus filhos? Como podem estas crianças deixar de ser candidatas à tuberculose?

Se é preciso dar de comer a quem tem fome, dever sagrado, inadiável e urgente, atrevo-me a dizer: é preciso também, quase em igualdade de circunstâncias, dar onde viver, onde repousar, onde comer, onde se possa disfrutar, sem ser à semelhança dos animais, uma vida de família.

Olhemos a nossa cidade, cidade que se aformoseia dia a dia, com magníficos edifícios que a tornam apreciável e agradável; temos a nossa cidade, como as nossas vilas e aldeias, cercadas duma horrível cinta de miséria, que desfaz os corpos, gangrena as almas, diminui a personalidade e esgota a própria dignidade humana.

Quero dizer-vos, meus Caríssimos Diocesanos, com toda a sinceridade de minha alma pastoral que não são de esperança para o futuro, mas téticas, as consequências deste mal que estou a apontar-VOS.

II – SÓ A FRATERNIDADE CRISTÃ PODE SALVAR-NOS!

O que será o dia de amanhã ?

Dum lado um individualismo, incompreensivo e cego, dominado por um egoísmo tão pernicioso, como atroz, que devia já ter feito o seu tempo, mas que ainda marca chagas graves – e continua a marcar – no corpo do organismo social, esquecendo ou desprezando os que se debatem com a miséria. Que poderemos esperar dele e do seu passado de indiferença, de ambição e de altivez?

Doutro lado o comunismo com exageros inconcebíveis, com a falta absoluta de respeito pela personalidade do homem, sacrificando este com a negação dos seus direitos na ara dum falseado bem comum, tão perverso como criminoso, que pretende arrastar os povos e as nações a uma tragédia mundial.

Aquele leva ao excessivo bem-estar dos privilegiados, esquecendo a miséria dos pobres; este faz-se arauto dum falso e mentiroso bem colectivo, a esconder a maior das tiranias.

Temamos com toda a veemência estes dois perigos e trabalhem por lhes afastar as tremendas consequências,

Ó adorável e santa doutrina de Jesus Cristo, que tens remédio para todos os males e és bálsamo para todas as feridas, vem ensinar-nos o respeito pela liberdade pessoal, o prestígio da dignidade humana e o brio dos actos de virtude; vem dar-nos as normas que devem presidir à defesa do bem comum e abrir os corações aos sentimentos puros, elevados e sacrificados da fraternidade cristã.

Eis o grande e único remédio para evitar o abalo trágico que pode aniquilar os povos: a fraternidade do Evangelho, o amor dos homens em Cristo! Não a fraternidade da revolução que produz desvarios, sangue e crimes; mas a verdadeira fraternidade que nos faz irmãos, como filhos de Deus e membros da grande família da Igreja Católica.

III – URGE VOLTAR AO EVANGELHO

Um venerando sacerdote italiano, lendo, meditando e aprofundando as palavras dos Evangelhos, veio apostolicamente lembrar que naquelas sagradas páginas, perpassadas durante tantos séculos por luminosos espíritos, encontrou o verdadeiro sentido da família cristã, da família de Deus.

A família é a forma natural da vida humana e deve servir de modelo à organização social e principalmente à família cristã onde, como naquela, os irmãos se devem apreciar e amar e onde tudo se deve disfrutar irmãmente. O que um irmão possui, será de todos num quinhão fraternal; numa família o que todos têm, é parcela de cada um.

Assim deve ser o modelo da grande e mundial família cristã que tem por chefe o próprio Deus, nosso Pai, e por irmãos todos os nossos semelhantes, sem distinção nem de

idades, nem de nacionalidades, nem de qualidades, nem de fortuna, nem de raças. Para nos inculcar esta doutrina é que Cristo nos ensinou que «amemos o próximo como a nós mesmos» e nos deixou em testamento o alto princípio «amai-vos uns aos outros, como eu vos amei a vós»! Que mais podia dizer?

Sim, ainda disse mais, numa sublime e eterna proclamação, dirigida a todos os séculos; «sejam BENDITOS na glória do céu os que dão de comer a quem tem fome, os que dão de beber a quem tem sede, e os que vestem os nus e dão lar a quem o não tem, os que visitam os doentes e encarcerados; mas em contraposição sejam MALDITOS nos tormentos eternos os que não dão esmolas para matar a fome do seu irmão, para dessedentar os sequiosos, para vestir os nus e dar morada aos que não têm casa, e não consolam os doentes e os presos. Tremenda e inevitável condenação saída dos lábios de Jesus!

Não podem pois entrar no número dos abençoados os que encolhem os ombros às misérias físicas e sociais; os que dão escassas esmolas, ou por vaidade ou para se libertarem de pedidos importunos; os que alcunham de exageradas as necessidades dos miseráveis; os que levam a vida a amontoar riquezas e a desprezar os que ganham o pão de cada dia, faltando-lhes com os direitos que a caridade lhes garante e a justiça social impõe.

O sacerdote que criou na Itália a F.A.C. (Fraterno Auxílio Cristão) concluía: na família dos filhos de Deus há-de haver sempre pobres; mas não há direito a que existam miseráveis; os membros da família cristã não podem viver em paz com a sua consciência, enquanto houver na família paroquial corpos gangrenados pela miséria, almas, filhas de Deus, abandonadas à mais cruciante e amarga sorte. Ninguém se pode eximir ao dever imperioso de acudir à miséria dos pobres, enfrentando os problemas e resolvendo-os na sua esfera de acção. Cada minuto que se perde, pode levar ao irreparável.

Por isso clama o mesmo sacerdote, e nós com ele: em nome de Cristo, acabemos com os miseráveis em cada uma das nossas freguesias!

O grito foi ouvido com surpresa pelo norte da Itália até numa freguesia da cidade de Roma, onde as esmolas dos irmãos ricos, pobres e remediados, acabaram com os irmãos miseráveis, nas caixas colocadas na Igreja Paroquial caíram esmolas em abundância tal que o Santo Padre Pio XII num recente discurso elogia a F.A.C. e louva as freguesias que alcançaram esta alta compreensão evangélica.

IV – A VITÓRIA CONTRA A MISÉRIA

A miséria começa onde não há que comer, onde escasseia o vestuário, onde os braços não têm trabalho e onde falta a casa para viver.

É esta a batalha que nos propomos travar em cada uma das freguesias da nossa Diocese, tão provada por desgraças e desigualdades sociais. Se todos déssem, na medida das possibilidades de cada um, a vitória estaria assegurada e seria tão humanitária como gloriosa.

A cruzada é para todas as classes, ricos e remediados, artistas, operários, desde que tenham assegurado o jornal de cada dia, porque a esmola é obrigação de todos os homens, sem excepção. Quem a dá será bendito eternamente de Deus, quem a não dá, terá as maldições do mesmo Deus por toda a eternidade sem fim. Cristo louvou a viúva que lançou na caixa um ceitil, a esmola do sacrifício.

Já vo-lo disse atrás, meus Caríssimos Diocesanos, se não podemos cruzar os braços diante dos que têm fome, (somos irmãos que devemos repartir com os nossos irmãos) como poderemos ficar indiferentes à condição vexatória, humilhante, afrontosa da dignidade, dos que não têm onde viver ou vivem miseravelmente?

O desespero de não possuir um lar, a revolta de não formar família, o desalento de não ter uma casa para abrigar os filhos, gera, e não sem razão, espíritos desorientados, capazes de se lançarem nos braços do crime.

Eis a história que se repete a cada passo: um jovem quer formar família, direito sagrado; não encontra, porém, onde viver com aquela que ama e que será a mãe dos seus filhos. Desalentado por não encontrar casa, vai juntar-se com ela na própria casa dos pais ou vem ela juntar-se com ele. Que consequências resultam?...

Ter uma casa, é um direito sagrado da família – mas, notemos, uma casa não é um desvão sem luz, uma mansarda sem ar, ou um cubículo sem espaço, ou uma barraca esburacada, sem conforto!

V – VAMOS CONSTRUIR CASAS

Iremos nós fazer construções para os que não têm casa? É o nosso dever!

Parece, pesada tarefa para bolsas particulares ou para esmolas coligidas à custa de peditórios.

Não tem o Estado esquecido o problema da habitação, já construindo casas económicas, já bairros populares, com admirável intenção social. Não conheço outra legislação que vá mais longe do que a nossa no auxílio às actividades particulares. Estas é que se retraíram, porventura, mais do que é lícito.

Na nossa Diocese merecem louvores algumas Câmaras Municipais, as Sociedades das Minas de S. Domingos, de Aljustrel e do Lousal, a Sociedade Industrial do Sado, que têm procurado dar uma casa aos seus operários, com o que nada perdem, mas muito ganham.

Deus pagar-lhes-á em prosperidades o que concedem generosamente para conforto dos que trabalham e lhes garantem os seus lucros.

São iniciativas parciais, e localizadas estas últimas.

O problema carece duma solução mais ampla, duma visão mais extensa; pode dar-lha o AMPARO DOS POBRES que já está apto para merecer a confiança pública.

Vamos constituir, meus Caríssimos Diocesanos, uma SOCIEDADE DIOCESANA, cujos fins sejam: DAR DE COMER A QUEM TEM FOME E DAR CASA A QUEM NÃO TEM.

Se esta sociedade organizada tiver o vosso auxílio, asseguro-vos, que damos um golpe mortal nas ideias comunistas e comunisantes.

O operário alentejano, civil ou rural, só tem uma exigência que é sagrada: o direito justíssimo à GARANTIA do trabalho para ganhar o pão de cada dia e ao aconchego duma casa, onde forme o seu lar e onde possa descansar das lides de sol a sol.

Essa Sociedade está formada e aprovada; chama-se a JUNTA DIOCESANA DO AMPARO DOS POBRES, cujo objectivo será a alimentação dos pobres (dar o pão a quem tem fome), o fomento da sua habitação (dar um lar a quem o não tem).

Continuaremos no método que temos seguido: cada freguesia dará para si; o que dá é aplicado ou em géneros, ou em construção, aos seus pobres.

Cada freguesia deve bastar-se a si própria e constituir um Fraternal Auxílio Cristão, lutando corajosamente contra a miséria, não querendo a responsabilidade de consentir que dentro dos seus muros haja quem tenha fome ou quem não tenha um lar.

É profundamente sensível por todas as terras da nossa Diocese a falta de habitações; muitas das que existem, impróprias para seres humanos, não correspondem à dignidade e ao respeito do homem e da família.

Iremos, pois, Caríssimos Diocesanos, num verdadeiro sentido de apostolado, construir casas para os que não têm onde viver ou para os que vivem onde é repugnante consumir a vida.

Coragem! Deus o quiere! Impõe-no-lo a fraternidade em Cristo. Os que vivemos em boas casas, em excelentes habitações, somos irmãos dos que vivem e morrem em tugúrios imundos, mal cheirosos, intoleráveis!

Vamos continuar a nossa obra de caridade diocesana – o Amparo dos Pobres – e alargar a sua acção, dando um lar a quem o não tem!

VI – O BAIRRO POPULAR DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

Começaremos a experiência pela nossa cidade episcopal. Beja tem 600 famílias desalojadas numa barraca, numa cabana pavorosa; tem ainda outras tantas em cubículos escuros, negros e sem ar; tem muitas mais a pagar rendas incomportáveis.

Só quem vai calcorreando as ruas de Beja e visita os seus bairros pobres pode avaliar a justiça de começarmos a experiência das construções por esta cidade.

Infelizmente tem de ser limitado por agora o número de casas a construir e ficaremos muito longe dos números que acabamos de apontar.

Começaremos por construir 100 casas. Será o Bairro de Nossa Senhora da Conceição.

É pouco para as necessidades. É porém o começo duma iniciativa que beneficiará as famílias a que forem destinadas, e o alargamento das moradas já alcança sensíveis confortos para os nossos irmãos que vivem na miséria.

São verdadeiras casas de habitação, com várias divisões, a saber: compartimento familiar, cozinha anexa, quarto do casal, quarto dos filhos, quarto das filhas, sanitários. Preparando acomodações próprias nos quartos dos filhos, qualquer família pode, em perfeitas condições morais, viver dentro das normas da civilização, de humanidade, de higiene e de espírito cristão. Passado certo número de anos, o casal alcançará a propriedade da casa.

VII – SALUTARES FINS MORAIS

O nosso objectivo leva-nos através duma justa reparação a procurar uma recuperação familiar.

A RECUPERAÇÃO FAMILIAR consistirá em arrancar à vida de miséria moral e física as 100 primeiras famílias e constituí-las em condições de serem educadas nas normas de higiene, de vida cristã e de laços de amor familiar.

Vamos buscar, aos antros onde têm vivido, seres que desconhecem o agrado de bem viver, em asseio do corpo, em paz da alma, em alegria de coração.

O Bairro de Nossa Senhora da Conceição terá uma capela, um posto de socorros, uma consultório médico, uma sala de reuniões e será provido por uma delegação do instituto de assistência à família e, quando as circunstâncias o permitirem, por um sacerdote.

A REPARAÇÃO DE JUSTIÇA será o reconhecimento sincero, de que a nossa iniciativa, o nosso trabalho, os nossos sacrifícios, as nossas esmolas são uma satisfação devida à justiça social, virtude tão respeitada no Alentejo pelos nossos antepassados e tão esquecida pelas gerações presentes. Como eles sabiam manter essa vida patriarcal, em que nada faltava a ninguém!

Nós vamos pagar por justiça, o que não temos dado por caridade.

Agradeçamos a Deus se ainda chegarmos a tempo de lançar esta cruzada de caridade, em que lutamos uns por todos e todos por um, para pagarmos uma dívida de justiça e prepararmos a salvação da nossa alma.

Tenho já nas minhas mãos o Óbolo Diocesano coligido no passado dia 23 e que é a consagração da vossa caridade. Esse Óbolo permite-me dividi-lo pelo Amparo dos

Pobres (10 mil escudos) e pela Junta Diocesana (10 mil escudos). Dou o que vós me destes, entesourando-o no seio dos pobres.

VIII – COMEÇAM A SURGIR AS BENEMERÊNCIAS

O Bairro de Nossa Senhora da Conceição ainda não começou a elevar--se das escavações dos alicerces, está, por ora, nos limites das possibilidades. Já temos, todavia, grandezas de alma, francas e generosas adesões a louvar. Tenho sentido em volta de mim o carinho das nossas autoridades locais que me animam e me auxiliam com facilidades: posso exprimir os meus agradecimentos ao Senhor Governador Civil, Dr. António Marques Fragoso; ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. José António da Silva; ao Senhor Presidente da Comissão Concelhia de Assistência, Dr. José Gonçalves Fagulha, que me têm garantido a mais dedicada colaboração¹²⁵.

Jamais poderei esquecer o acolhimento de Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas, o Senhor Engenheiro Eduardo Arantes Oliveira, que possuído dum elevado espírito social abraçou o sentido da nossa Cruzada e para ela garantiu a generosa participação do Estado.

Na aprovação rápida dos estatutos da Junta Diocesana do Amparo dos Pobres ficamos devendo penhorante solicitude ao Ex.^{mo} Subsecretário da Assistência Pública, Dr. José Guilherme de Melo e Castro, assim como um substancioso auxílio para o AMPARO DOS POBRES.

O incansável Director Geral dos Serviços de Urbanização, Senhor Engenheiro Manuel Moreira de Sá e Melo acarinhou o pensamento e deu-lhe o seu apoio e a sua preciosa e sempre segura orientação técnica.

IX – PALAVRAS FINAIS

Agora, meus Caríssimos Diocesanos, vão começar as vossas generosidades, para que no fim de 1955 o Bairro de Nossa Senhora da Conceição, esteja concluído». Conto conVosco. A cidade de Beja há-de bastar-se a si própria.

Sinto vontade de concluir esta Pastoral com as mesmas palavras com que findei a anterior; mas direi antes com todo o ânimo; tomai o meu apelo como brado da minha alma pastoral, tende misericórdia dos nossos irmãos; vamos declarar guerra sem tréguas à miséria, para que não haja fome e para que venham a possuir a sua casa aqueles que a não têm, dando-nos todos o abraço duma sincera fraternidade em Cristo. Somos irmãos, filhos do mesmo Pai que está nos Céus!

É uma cruzada de bondade: lancemo-nos nela com o ânimo de quem quer fazer o bem.

Termino com um episódio, entre muitos, ocasionados com as esmolas para o Amparo dos Pobres. No dia da festa do Santíssimo Sacramento, ao recolher a casa depois da procissão gloriosa que atravessou as ruas da cidade, fui chamado ao telefone por um senhor que tinha urgência de me falar.

- Precisava já de ser recebido.
- Pois, venha sem demora.

Há muito que não o via, apesar de muito o estimar. Como quem traz um encargo muito grave, diz-me à queima-roupa:

¹²⁵Na primeira edição da Pastoral havia nesta altura uma merecida referência ao Ex.^{mo} Senhor Francisco Maria da Cruz Martins e a sua Ex.^{ma} Esposa que haviam posto à disposição do Bairro o terreno necessário para a sua construção. Infelizmente, por motivos de ordem técnica, o local não pôde ser aproveitado e teve de se adquirir outro por compra. O nosso Ex.^{mo} Prelado foi pessoalmente manifestar ao Sr. Cruz Martins e a Sua Ex.^a Esposa o seu reconhecimento e protestar-lhe a maior gratidão pela sua generosidade.

- Venho pagar-lhe uma DÍVIDA, uma grande DÍVIDA, e não quis que passasse o dia de hoje com este peso na consciência.

- Mas!... – disse surpreendido –, não me deve nada!

- Sim, devo, nós contraímos uma DÍVIDA sagrada com os pobres desde o dia em que o nosso Prelado nos chamou à realidade dos factos e nos apontou o nosso dever. Nesse dia começou a minha DÍVIDA e venho saldá-la, embora tardiamente...

Das suas mãos passou para as minhas um envelope que continha uma avultada soma. E acrescentou, retirando-se logo:

- É a minha DÍVIDA para com os pobres! Continua aberta a conta...

Este episódio representa uma lição que a todos deve aproveitar.

Caríssimos Diocesanos: temos uma *dívida* com o Amparo dos Pobres e com o Bairro de Nossa Senhora da Conceição. Vamos pagá-la com brio e, saldando-a, salvamos a nós e salvamos os nossos irmãos que vivem na desdita e acabam na miséria.

Beja, 8 de Dezembro de 1954.

† JOSÉ DO PATROCÍNIO, *Bispo de Beja*

A JUNTA DIOCESANA DO AMPARO DOS POBRES

remete a Pastoral de Sua Ex.^a Rev.^{ma} o Snr. Bispo a todos os Benfeitores que no ano findo – (8 de Dezembro de 1953 – a 8 de Dezembro de 1954) contribuíram com as suas esmolas para acudir à fome **das crianças, dos inválidos e dos sem trabalho** e confiadamente espera:

- 1.º que essas esmolas aumentem no corrente ano, que ao menos dupliquem.
- 2.º que, sendo impossível o aumento, se mantenha firme a esmola anterior.
- 3.º que a Cruzada das «**Casas para quem as não tem**» encontre eco piedoso ao coração de todos os benfeitores.

Senhores Benfeitores: acudamos à fome do Alentejo! Livremos da miséria os nossos irmãos infortunados!

Deus o quer! Deus nos pagará.

(Veja-se no verso a Breve Estatística)

Breve estatística

RECEITA

Esmolas de 10 mil escudos	40.000\$00	
Esmolas de 8 mil escudos	8.000\$00	
Esmolas de 5 mil escudos	20.000\$00	
Esmolas de 4 mil escudos	4.000\$00	
Esmolas de 2 mil escudos	16.000\$00	
Esmolas de mil e quinhentos escudos	1.500\$00	
Esmolas de mil escudos	19.000\$00	
Esmolas de quinhentos escudos	29.000\$00	
Esmolas avulsas	39.837\$60	177.337\$60
Total obtido na Diocese	114.696\$10	
« « fora da «	62.641\$50	
	<u>177.337\$60</u>	

DESPESA

Quilos de pão distribuídos	35.698	117.803\$30	
Quilos de carne distribuídos	1.685	19.902\$00	137.705\$30

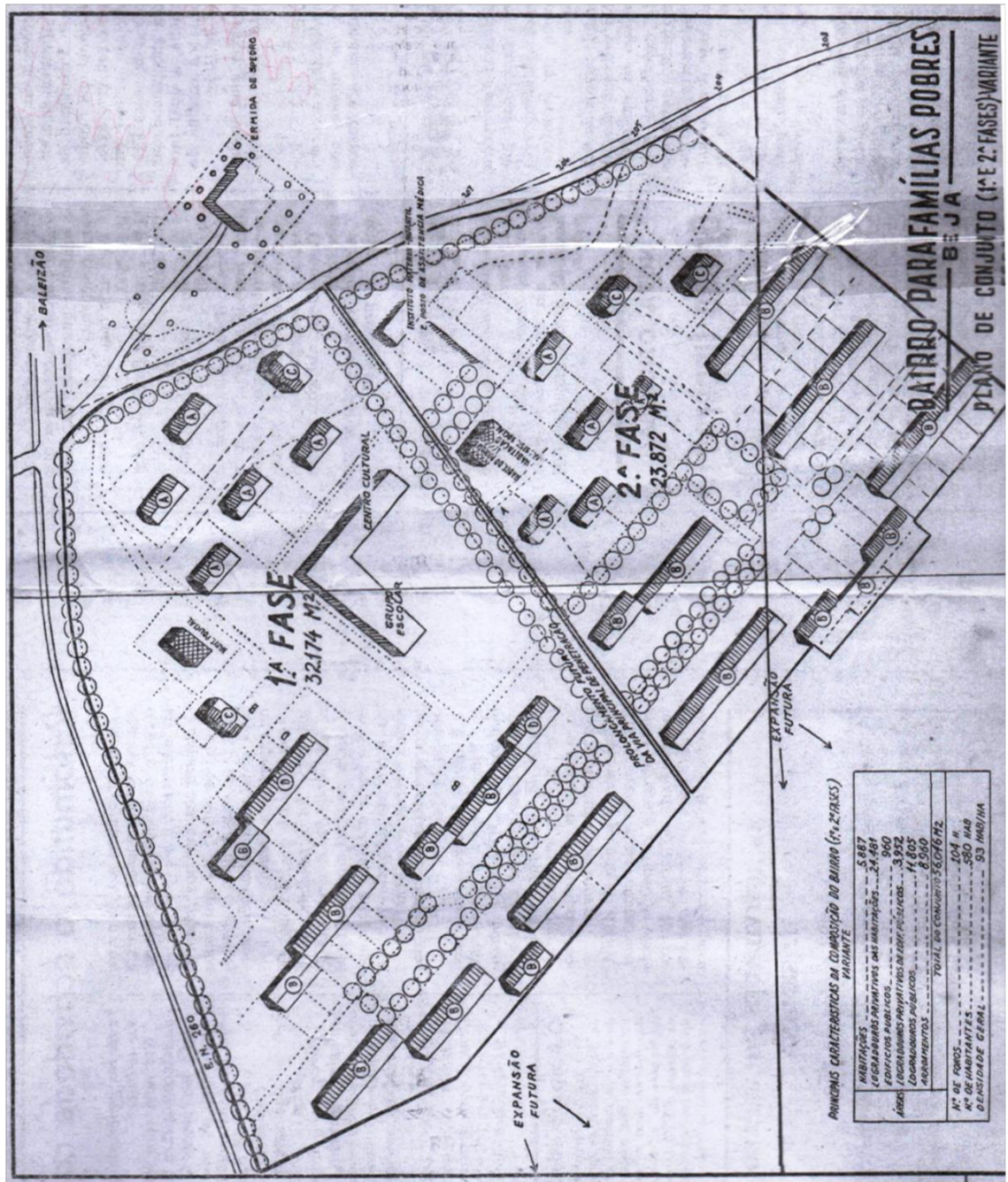
SUBSÍDIOS EM DINHEIRO

Freguesia de Safara	10.000\$00	
Despesas	14.443\$00	162.148\$30
<i>Saldo disponível</i>		<i>15.189\$30</i>

Queridos benfeitores: é mister *duplicar*, pelo menos estas quantias – ainda se não consegue debelar o grande flagelo da fome. Há muita fome! Espera-nos um inverno cheio de inclemências é misérias!

EDIÇÃO DA JUNTA DIOCESANA
DO AMPARO DOS POBRES

Planta do Bairro de Nossa Senhora da Conceição, em Beja¹²⁶



¹²⁶ Cf. *Notícias de Beja*, 15 Janeiro de 1955, Ano XXVI, N.º 1378, 2-3.

Anexo VI

<i>Moradias do "Amparo dos Pobres"¹²⁷</i>			
N.º Registo	Bloco	Freguesia	Observações
849	Fração B	Salvador	
1190	Fração B	Salvador	
1262	Fração B	Salvador	
1263	Fração B	Salvador	
1265	Fração B	Salvador	
1509	Fração B	Salvador	
2321	Fração B	Salvador	
1816		Santa Maria	
2311		Santiago Maior	
2671		Santiago Maior	
2436		Santiago Maior	
897	Fração A	Santiago Maior	
	Fração B	Santiago Maior	
	Fração C, D, E, F, G e H	Santiago Maior	
1236		N.ªSra. das Neves	
1017	Fração A, B, C, D, E e F	Salvador	
393		Santa Maria	
1341		N.ªSra. das Neves	
398		Salvador	
962		Salvador	
963		Salvador	Arrendado por 25 anos
964		Salvador	
1019	A e B	Salvador	
2241		Salvador	
868		Santa Maria da Feira	Usufruto de outros
1711		Sobral da Adiça	
3698		Ferreira do Alentejo	
3699		Ferreira do Alentejo	

¹²⁷ Informação obtida na Conservatória do Registo Predial, Comercial e Automóveis, de Beja, sob a tutela do Instituto dos Registos e Notariado.

Anexo VII

Registos mais expressivos do “Amparo dos Pobres”¹²⁸

1928 – 2 Fevereiro, Ano I, N°3 (Pág 2)

Comissão de beneficência de S. Sizenando 4.ª semana de Janeiro

Jantares na sopa dos pobres:	354
Rações aos domicílios:	23
Esmolas recebidas:	100 escudos 65 l de feijão 2,5 k de toucinho 5 K de carne de porco 2 K de arroz 4 l de grão 2 sacos de grão

1928 – 29 Novembro, Ano I, N°46 (Pág 2)

Donativos recebidos pela Comissão de Beneficência de S. Sizenando, para os bodos de Natal e Ano Bom.
Nos 10 meses do corrente ano já decorridos (Janeiro a Outubro) distribuiu: 16.763 jantares na <i>Sopa dos Pobres</i> e 1.107 rações domiciliárias

1928 – 20 Dezembro, Ano I, N°49 (Pág 2)

Natal dos Pobrezinhos

Donativos recebidos pela Comissão de Beneficência de S. Sizenando, para os bodos de Natal e Ano Bom.	No valor de: 2.020\$00
Em géneros	270 kilos de farinha, 10 kilos de massa, 5 kilos de arroz, 20 litros de grão, 4,5 kilos de toucinho e uma caixa de massa alimentícia.

¹²⁸ Os registos que se encontram neste anexo, são retirados de: “*Notícias de Beja (1928-1955)*”.

1928 – 27 Dezembro, Ano I, N°50 (Pág 2)

Natal dos Pobrezinhos

Donativos recebidos pela Comissão de Beneficência de S. Sizenando, para os bodos de Natal e Ano Bom	No valor de: 3.062\$50
Em géneros	80 litros de grão; 3 kilos de arroz; 1,5 kilos de massa; 5 litros de feijão amarelo; 100 laranjas; 100 litros de grão; 168 kilos de farinha; 20 litros de vinho; 3 alqueires de grão; 4 Kg de toucinho; 150 kilos de trigo; 1 saca de macarronete.

1929 – 2 Janeiro, Ano I, N°51 (Pág 2)

Natal dos Pobrezinhos

Donativos recebidos pela Comissão de Beneficência de S. Sizenando, para os bodos de Natal e Ano Bom.	No valor de: 3.407\$50
Em géneros	1 perú; 15 kilos de massa; 178 Kg de trigo; Uma porção de hortaliça; 25 laranjas.

1929 – 7 Fevereiro, Ano II, N.°56 (Pág 1)

Comissão de beneficência de S. Sizenando, teve no mez de Janeiro findo o seguinte movimento:

Jantares distribuídos na Sopa dos Pobres	
Adultos	2.023
Crianças	488
Total	2.511

1929 – 28 Março, Ano II, N. 63 (Pág 2)

Relatório de contas relativas ao ano findo de 1928, oferta que muito agradecemos.

Totalidade de esmolas	
Ano 1927	Esc. 25.026\$11
Ano 1928	Esc. 30.490\$67
Jantares fornecidos na Sopa dos Pobres	
Ano 1927	18.157
Ano 1928	20.646

1929 – 12 Dezembro, Ano II, N°100 (Pág 1)

Natal dos Pobrezinhos

Donativos recebidos pela Comissão de Beneficência de S. Sizenando, para os bodos de Natal e Ano Bom.	No valor de:
	107\$50

1930 – 2 Janeiro, Ano II, N°103 (Pág 1)

Natal dos Pobrezinhos

Donativos recebidos pela Comissão de Beneficência de S. Sizenando, para os bodos de Natal e Ano Bom.	No valor de: 2.321\$00
Em géneros	13 kg de arroz; 5 kg de massa; 4 perús; 1 perua; 205 litros de grão; 30 litros de azeite; 153 kg de farinha; 20 arrobas de lenha; 50 laranjas; 50 tangerinas; Uma porção de hortaliça; 9 couves; 16 abóboras; 20 litros de vinho.

1930 – 16 Janeiro, Ano II, N.105 (Pág 1)

Beneficência

Continuaremos a dar a relação dos donativos recebidos pela Conferência de S. Sizenando, pelas festas de Natal e Ano Bom.

Donativos: 3.161\$00

Em géneros: 10 litros de azeite

1930 – 27 Março, Ano III, N. 115 (Pág 3)

União de caridade das Senhoras de Odemira

Contas relativas à gerência de 1929:

Número de pobres socorridos	452
Número de rações distribuídas	305
Número de peças de roupa incluindo lençõs e cobertores	63
Número de receitas médicas pagas (Total e parcialmente)	84
Receita	6.564\$55
Despesa	6.429\$60

1930 – 19 Junho, Ano III, N.º 127 (Pág.1)

Conferência de S. Sizenando

Conta de receita e despesa durante o mez de Agosto de 1931

Receita	6.543\$65
Despesa (Saldo para Setembro)	4.243\$20

1930 – 26 Junho, Ano III, N.º 128 (Pág.2)

Foi no dia 22, em que se celebraram as augustíssimas festas em honra do SS. Sacramento. Veja-se como essa caridade se estendeu generosa pela nossa cidade pelas seguintes informações:

Na *Sopa dos Pobres* jantar melhorado aos seus 80 pobrezinhos diariamente socorridos.

Nos *Domicilios* distribuição d`um bodo a 50 pobres, constando de carne, toucinho, arroz, grão, pão e laranjas.

No *Hospital* visita aos doentes e velhinhos entrevados, distribuição de doces aos que podiam comer e de cigarros.

Na *Cadeia* foi distribuído um jantar completo aos presos, vinho, doces e tabaco.

No *Albergue dos Pobres* refeições melhoradas às velhinhas e distribuição de doces e guloseimas.

Nas *Catequeses* distribuição de prémios às crianças, vestuário etc.

Foi ou não um grande dia de caridade?

Assim se viveu a gloriosa e generosa tradição de Beja na sua devoção ao SS. Sacramento. A continuar assim, como é que os filhos da mentira hão de deixar de espalhar panfletos de despeito e vingança? Será sempre assim: eles odeiam... nós amamos! Ai está a lição da caridade!

1930 – 11 Dezembro, Ano III, N°152 (Pág 1)

Natal dos Pobrezinhos

Donativos recebidos pela Comissão de Beneficência de S. Sizenando, para os bodos de Natal e Ano Bom.	No valor de: 230\$00
Em géneros	10 litros de feijão amarelo; 50 kg de farinha.

1930 – 18 Dezembro, Ano III, N°153 (Pág 2)

Natal dos Pobrezinhos

Donativos recebidos pela Comissão de Beneficência de S. Sizenando, para os bodos de Natal e Ano Bom.	No valor de: 600\$00
Em géneros	75 kilos de massa; 105 kg de farinha; 40 litros de grão; 7 kg de toucinho; 324 kg de trigo; 40 litros de azeite.

1931 – 8 Janeiro, Ano III, N°156 (Pág 2)

Natal dos Pobrezinhos

Donativos recebidos pela Comissão de Beneficência de S. Sizenando, para os bodos de Natal e Ano Bom.	No valor de: 2.331\$00
Em géneros	40 kg de farinha; 17 kilos de toucinho; 10 litros de grão; 10 litros de grão; 5 litros de feijão; 671 caixas com 50 cigarros cada uma, na totalidade de 33.550 cigarros para distribuir pelos pobrezinhos.

1931 – 15 Janeiro, Ano III, N°157 (Pág 1)

Natal dos Pobrezinhos

Donativos recebidos pela Comissão de Beneficência de S. Sizenando, para os bodos de Natal e Ano Bom.	No valor de: 2.351\$00
Em géneros	16 perdizes; 3 kg de linguiça e uma porção de carne de porco; 118 litros de grão; Uma carrada de lenha; 1,5 kg de toucinho; 1 Perú; 60 litros de vinho; 40 litros de azeite; 15 kg de arroz; 1 saco de macarrão; 10 couves.

1931 – 26 Fevereiro, Ano IV, N. 163 (Pág 3)

União de caridade das Senhoras de Almodôvar

Receita	6.296\$28
Despesa	5.615\$90

1931 – 12 Março, Ano IV, N. 165 (Pág 1)

A “Sopa dos Pobres” está fornecendo às classes sem trabalho e aos mendigos 500 jantares diários e 200 rações matinais de café.

A “União de Caridade” está distribuindo dezenas de cobertores, roupas e agasalhos às famílias mais necessitadas.

1931 – 17 Dezembro, Ano IV, N°204 (Pág 2)

Natal dos Pobrezinhos

Donativos recebidos pela Comissão de Beneficência de S. Sizenando, para os bodos de Natal e Ano Bom.	No valor de: 725\$00
Em géneros	330 kilos de farinha; 1 saca de farinha; 10 kg de arroz; 1 sacco de grãos.

1931 – 24 Dezembro, Ano IV, N°205 (Pág 1)

Natal dos Pobrezinhos

Donativos recebidos pela Comissão de Beneficência de S. Sizenando, para os bodos de Natal e Ano Bom.	No valor de: 1.395\$00
Em géneros	113 kilos de farinha; 40 litros de grão; 5 litros de azeite.

Natal dos Pobrezinhos

Donativos recebidos pela Comissão de Beneficência de S. Sizenando, para os bodos de Natal e Ano Bom.	No valor de: 2.295\$00
Em géneros	210 litros de grão; 1 saco com 35 kg de macarrão; 25 litros de feijão arraiado; 10 litros de azeite; 55 kg de farinha; Uma carrada de lenha; 2 perús; 1 perua; 1 pato; 20 litros de vinho; 8kg de toucinho; 2,300 de toucinho; 1 chouriço.

1932 – 7 Janeiro, Ano IV, N.º 207 (Pág.1)

Dispensário infantil

O Dispensário vai ter em breve a sua casa própria. Os mais beneficiados são as famílias pobres da terra.

Foi iniciado há um mês com três recém-nascidos, já tem a seu cuidado 25, numero que tende a aumentar.

1932 – 21 Janeiro, Ano IV, N.º 209 (Pág.2)

A Caridade em Beja

A *Conferencia de S. Sizenando* está auxiliando semanalmente com uma, duas ou três rações, consoante o número de pessoas, cerca de trinta famílias.

A *Sopa dos Pobres* dá jantares diários a quarenta e seis mendigos, a mais de cinquenta operários sem trabalho e distribui ainda jantares ao domicilio a sessenta e seis famílias, a algumas das quais fornece dois, três e quatro jantares diários.

A *União de Caridade* continua a fornecer agasalhos aos pobres em grande quantidade.

O *Dispensário Infantil*, instituição a que toda a cidade dispensa os seus melhores carinhos, já aleita vinte e oito criancinhas.

Pelos dados relativos ao mês de Dezembro sabemos que no *Hospital* tem extraordinária concorrência de doentes e de atividade nos serviços anexos.

Também nos consta que a *Cantina Escolar* continua a prodigalizar generosamente os seus auxílios às crianças das escolas.

1932 – 11 Fevereiro, Ano V, N. 212 (Pág 1)

Conferência de S. Sizenando

Conta da receita e despesa durante o mês de Janeiro de 1932

Receita	6.847\$55
Despeza (Saldo para Fevereiro)	5.013\$85

1932 – 10 Março, Ano V, N. 216 (Pág 2)

Conferência de S. Sizenando

Durante mez de Fevereiro

Receita	5.815\$75
Despeza (Saldo para Março)	3.030\$75

1932 – 17 Março, Ano V, N. 217 (Pág 3)

**União de caridade das Senhoras de Odemira
(Anos de 1930 e 1931)**

Receita	4.379\$05
Despesa	4.323\$55
Saldo para o ano seguinte	55\$50

1932 – 31 Março, Ano V, N. 219 (Pág. 1)

Frequência diária, não inferior a 40 crianças, salvas da fome.

Para ver bem a acção deste Dispensário sob o ponto de vista alimentar basta referir que no mês de Fevereiro distribuiu 679 litros de leite.

No mês de Março esse número é excedido, atingindo talvez 800 litros.

1932 – 7 Abril, Ano V, N. 220 (Pág 1)

União das Senhoras da Caridade de Moura

A União das Senhoras da Caridade de Moura distribuiu, comemorando as festas da Páscoa, um bodo a 533 pobres.

Constou de pão, carne, arrô, toucinho, dinheiro a alguns que chegaram tarde, tabaco aos presos e 100\$00 para o hospital.

1932 – 14 Abril, Ano V, N. 221 (Pág 2)

Conferência de S. Sizenando

Conta de receita e despesa durante o mês de Março

Receita	6.230\$70
Despesa (Saldo para Abril)	2.880\$15

1932 – 21 Abril, Ano V, N. 222 (Pág 3)

União de caridade das Senhoras de Moura

Lista dos géneros oferecidos para o bôdo da Páscoa de 1932 (Donativos em dinheiro)

Receita	1.973\$50
Despesa	1.074\$20
Saldo	899\$30

1932 – 12 Maio, Ano V, N. 225 (Pág 1)

Conferência de S. Sizenando

Conta da receita e despesa durante o mez de Abril de 1932

Receita	3.903\$80
Despesa (saldo para Maio)	2.710\$70

1932 – 23 Junho, Ano V, N. 231 (Pág 2)

Conferência de S. Sizenando

Conta da receita e despesa, durante o mez de Maio

Receita	4.619\$70
Despesa (saldo para Junho)	2.389\$65

1932 – 14 Julho, Ano V, N. 234 (Pág. 2)

Obulo Diocesano em favor dos Pobres

Uma grande iniciativa de caridade entre D. José do Patrocínio Dias e os fiéis da Diocese de Beja.

Peditórios em concelhos: Odemira, Serpa, Vidigueira, Santiago do Cacém, Moura, Barrancos, Almodôvar, Aljustrel, Aldeia Nova de S. Bento (De salientar que os peditórios feitos nestes concelhos também dizem respeito aos peditórios das respetivas freguesias).

Chegaram juntamente com os donativos, cartas muito comovedoras como expressão desta iniciativa do Prelado.

Ainda, mais de dez mil escudos de toda a Diocese.

Este Óbolo foi formado com destino aos pobres, à custa de esmolas.

Peditórios em:

Beja	4.051\$75
Mértola	234\$00
Odemira	170\$00
Serpa	470\$00
Vidigueira	779\$30
Santiago de Cacém	398\$50
S. Matias	15\$00
Quintos	25\$00
Pias	65\$50
Moura	176\$00
Messejana	105\$00
Grândola	70\$00
Ficalho	39\$00
Ferreira do Alentejo	193\$00
Cuba	130\$00
Castro Verde	42\$50
Beringel	80\$50
Barrancos	45\$00
Almodovar	481\$35
Aljustrel	30\$00
Aldeia Nova de S. Bento	343\$30
Albernoa	30\$00
Gomes Ayres	30\$00
Salvada	98\$70
Santa Vitória	58\$00
S. Miguel do Pinheiro	20\$00
S. Martinho das Amoreiras	10\$00
S. Teotonio	10\$00
Santa Clara-a-Nova	15\$00
Reliquias	5\$00
Casevel	11\$50
Cercal	5\$00
Brinches	5\$00
Amareleja	20\$00
Alvalade	15\$00
Alcaria Ruiva	10\$00
Abela	10\$00
Alvito	27\$50
Cabeça Gorda	106\$20
Neves	12\$00
Pedrogão	440\$00

1932 – 21 Julho, Ano V, N. 235 (Pág. 1)

Conferência de S. Sizenando

Conta da receita e despesa, durante o mez de Junho

Receita	3.600\$15
Despeza (saldo para Julho)	744\$60

1932 – 4 Agosto, Ano V, N. 237 (Pág. 1)

Conferência de S. Sizenando

Conta da receita e despesa, durante o mez de Julho

Receita	2.852\$90
Despeza (saldo para Julho)	2.852\$90

Conferência de S. Sizenando

A “Sopa dos Pobres” está em crise.

A “Sopa dos Pobres” consome anualmente cerca de 12 moios de trigo e 3 a 4 de grão de bico.

Dizem ser necessário 12 moios de trigo e 4 moios de grão de bico.

1932 – 23 Agosto, Ano V, N. 240 (Pág 2)

Cruzada de caridade

União de Caridade das senhoras de Beja

Contas da barraca da União de Caridade das senhoras de Beja, na Feira de Agosto de 1932.

Receita	6.351\$90
Despesa	3.521\$65
Saldo	2.827\$25

1932 – 24 Novembro, Ano V, N. 253 (Pág 2)

Cruzada de caridade contra o frio e contra a fome!

A caridade em Beja

(Contra a fome e contra o frio)

Mendicidade

Relação das pessoas que concorrem com o seu óbulo para a distribuição das esmolas desta instituição.

Total:
4.375\$00

1932 – 8 Dezembro, Ano V, N. 255 (Pág 2)

A caridade em Beja

Mendicidade
(Relativas ao mês de Novembro)

Receita	4.375\$00
Despeza (saldo para o mês seguinte)	136\$00

1932 – 30 Dezembro, Ano V, N. 258 (Pág 3)

Conferência de S. Sizenando
Natal dos Pobrezinhos

Donativos recebidos por esta prestimosa instituição de caridade, para o Natal dos Pobres.

Total: 2.090\$00

Mendicidade:

Relação das pessoas que contribuíram com o seu óbulo para a distribuição das esmolas aos pobres da cidade.

Total:
5.248\$00

1932 – Mês de Dezembro

Relação das ofertas feitas ao Hospital Civil de Beja durante o mês de Dezembro de 1932

Asilo Nobre Freire:

Números estatísticos do movimento hospitalar durante o ano findo:

Movimento de doentes	622
Faleceram	93
Operações de grande cirurgia	75
Pequenas operações	518
Tratamentos feitos	2.307
Consultas	3.512
Receitas fornecidas	2.327

Casa Pia:

Dádivas	
Vinho	30 litros
Grãos	80 litros
	30 litros
Peru	1
Outras dádivas em dinheiro	

1933 – 5 Janeiro, Ano V, N. 259 (Pág 3)

A caridade em Beja

Conferência de S. Sizenando

Natal dos Pobrezinhos

Donativos recebidos por esta prestimosa instituição de caridade para o Natal dos Pobrezinhos

Total: 2.225\$00

1933 – 12 Janeiro, Ano V, N. 260 (Pág 3)

Mendicidade

Contas do mez de Dezembro.

Saldo do mez de Dezembro.

Saldo do mês anterior: 136\$00
Importancia recebida dos contribuintes: 5.248\$00

Total: 5.348\$00

1933 – 19 Janeiro, Ano VI, N. 261 (Pág 3)

A Caridade em Beja

Conferência de S. Sizenando

Conta da receita e despesa

(Novembro de 1932)

Receita	5.078\$40
Despesa (saldo para Dezembro)	3.637\$25

Natal dos Pobrezinhos

Donativos recebidos por esta prestimosa instituição de caridade, para o Natal dos Pobrezinhos.

Total: 2.340\$00

União de Caridade das Senhoras de Beja

Donativos: 220\$00

1933 – 9 Fevereiro, Ano VI, N. 264 (Pág 3)

A caridade na Diocese de Beja.

Relatório da União de Caridade das Senhoras de Barrancos

Movimento durante o ano de 1932

Deram-se: Três bodos, sendo um pela Páscoa a 34 pobres, um pelo Natal a 37 pobres e outro no dia 30 de Dezembro a 25 pobres, comemorando o Jubileu Sacerdotal do Sr. Bispo de Beja.

Visitas a pobres doentes: 35

Pobres socorridos com alimentos e dinheiro: 42

Pelo Natal vestiram-se 15 creanças com o donativo enviado por sua Ex.^a Revma. O Senhor Bispo de Beja.

Peças de vestuário:

Distribuidas 65, sendo: 9 chailes, 7 mantas de lã, 10 camisas, 1 calças, 9 saias, 1 vestidinho, 8 casacos, 3 lenços, 2 enxovaesinhos, 2 pares de alpargatas, 1 blusa, 2 lenços, 4 aventais, 1 par de meias, 2 coletes e 3 ceroulas.

Receita:

Desde a fundação a 31 de Dezembro de 1931: 33.805\$83

Desenvolvimento das contas do ano de 1932

Receita:

- Saldo do ano anterior: 2.710\$26
- Donativo de S. Ex.^a Revma. O Sr. Bispo de Beja: 250\$00
- Quotas: 2.290\$50
- Donativos de diferentes: 4.176\$49
- Quotas: 238\$60

Productos de duas festas: 1.527\$05
11.192\$90

Despesa:

- Vestuario a 15 creanças: 250\$00
- Vestuario diferente: 909\$30
- Esmolas em alimentos e dinheiro: 6.322\$05
- Três Bôdos: 540\$50
- Várias despesas: 360\$00
- Saldo para 1933: 2.811\$05

1933 – 6 Abril, Ano VI, N. 272 (Pág 3)**A Caridade na diocese****União de caridade das senhoras de Santiago do Cacém**
(Relatório relativo ao ano de 1932)**Sopa dos Pobres distribuiu em 1932:**

- 30.375 rações de ótima sopa e pão, quer às 36 famílias que diariamente socorre com um número de rações que varia de 1 a 5, quer a um grande número de pobres adventícios.

Os números falam deste modo:

Receita	35.023\$05
Despesa	33.403\$45
Saldo para 1933	1.619\$60
Roupas distribuídas	82
Calçado	4 pares de sapatos
Famílias visitadas	46
Famílias socorridas com a sopa	36 diária
Rações diárias distribuídas em 1932	21.589

Mendicidade

Contas do mez anterior: 178\$10

Recebido dos contribuintes: 5.268\$80
5.446\$90

Despeza:

Saldo para o mes seguinte: 324\$90

1933 – 20 Abril, Ano VI, N. 274 (Pág 2)

Caridade das senhoras de Beja

União de caridade – Dispensário infantil
Relatório de 1932

A receita do ano findo, incluindo o saldo anterior, foi de 37.110\$19 e a despesa de 31.967\$66. Esta é a única instituição que combate a mortalidade infantil.

Creanças admitidas	56
Creanças saídas com amamentação completa	24
Faleceram	8
Litros de leite distribuídos	6.190
Rações de leite distribuídas	8.715
Consultas dadas gratuitamente	1.007
Peças de enxoval dadas	688
Visitas aos domicílios	828

1933 – 11 Maio, Ano VI, N. 277 (Pág 3)

Conferência de S. Sizenando

Conta da receita e despesa, relativa ao mez de Março de 1933

Receita	3.197\$35
Despeza	1.063\$15

Conta da receita e despesa, relativa ao mez de Abril de 1933

Receita	2.000\$00
Despeza	2.090\$20

1933 – 31 Agosto (Pág 1)

Cada vez é mais arriscado manter a “Sopa dos Pobres”. Está mesmo à beira da falência. No fim de Julho o deficit estava em Esc. 2.322\$70. A União de Caridade entregou-lhe 4 mil escudos, produto da Festa da Flor realizada no dia 10 do corrente mês; com tal verba liquidou-se a dívida e o saldo fará face às despesas de Agosto. Depois? Não havendo reservas de trigo ou farinha e de grão, géneros mais necessários, tem que se comprar dia a dia o indispensável para dar de comer a mais de cem pessoas. Havendo azeite, farinha e grãos, a receita em dinheiro chegaria perfeitamente para custear as restantes despesas. Faz-se um forte apelo à generosidade de quem pode socorrer esta necessidade.

1933 – 21 Dezembro, Ano VI, N. 308 (Pág 3)

Conferência de S. Sizenando

Conta da receita e despesa durante o mez de Novembro de 1933

Receita	3.837\$47
Despeza	3.837\$47

1934 – 18 Janeiro, Ano VI, N. 313 (Pág 3)

Conferência de S. Sizenando

Conta da receita e despesa durante o mez de Dezembro de 1933.

Receita	6.472\$75
Despeza	6.472\$75

1935 – 24 Janeiro, Ano VIII, N. 366 (Pág. 4)

Por ocasião do 7.º Aniversário do Jornal “Notícias de Beja”

- Levantamento das várias instituições de caridade na Diocese de Beja:

. União de caridade das senhoras (Fundada em 1924 (Há 11 anos) pelo Bispo D. José. Onze anos de vida da união de caridade. Dão o que recebem e confiam na Providência Divina. Nesta altura, diz o artigo, continuarem a dar prioridade às criancinhas pobres da cidade; ao Dispensário Infantil.

Outra instituição: Conferência de S. Sizenando: outra instituição benéfica: distribuem os jantares e rações cruas semanais.

Também a União de Caridade das Senhoras de Almodovar; também de Moura.

Também se tem feito muito em Barrancos, S. Tiago do Cacém, Serpa, Vidigueira, Odemira, Pias, Aldeia Nova, etc.

1935 – 14 Março, Ano VIII, N. 373 (Pág. 2)

Informação apenas do desenvolvimento das atividades do movimento dos Cruzados de Fátima. Menciona o número de trezenas constituídas (até ao momento).

Exemplo:

Beja	37
Moura	26
Almodôvar	24
Serpa	11
Beringel	11
Vila Nova de Milfontes	2
Ferreira do Alentejo	6
Sines	1
Barrancos	4
Seminário	4
Aldeia Nova de S. Bento	11
Salvada	8

1936 – 26 Março, Ano IX, N. 427 (Pág 4)

**Balancete da “Sopa dos Pobres” de Barrancos
(Desde 1 de Fevereiro a 29 de Fevereiro de 1936)**

Receita (Saldo do mês anterior)	3.874\$15
Importância da cobrança de quotas	2.071\$95
Soma	5.946\$10
Existência em géneros:	
Azeite	26,4 litros
Feijão	100 litros
Grão de bico	294,25 litros
Assucar	79,700 Ks
Café	11,700 Ks
Arroz	5.050 Ks
Bacalhau	61,700 Ks
Sabão	0,500 Ks

1936 – 30 Abril, Ano IX, N. 432 (Pág 4)

União de caridade das Senhoras de Odemira

Receita	4.238\$55
Despeza (Soma)	3.764\$20

1936 – 31 Outubro, Ano IX, N. 457 (Pág 2)

**A Caridade em Ferreira do Alentejo
(Movimento de dinheiro de 1 a 30 de Setembro de 1936)**

Receita	2.912\$62
Despeza	2.464\$12

1937 – 15 Maio, Ano X, N. 485 (Pág 4)

A Caridade em Ourique

Balanço da União de Caridade das Senhoras de Ourique
(Receita - Total das coisas recebidas desde Março de 1936 a Fevereiro de 1937,
inclusive)

Receita	1.350\$00
Donativos	1.704\$00

1937 – 3 Julho, Ano X, N. 492 (Pág 2)

**A caridade em Ferreira do Alentejo
(Movimento do mez de Abril de 1937)**

Receita (Saldo do mês anterior)	2.599\$42
Despeza	2.111\$17
Existência em géneros:	
Macarrão	5,5 K
Arroz	22,5 K
Feijão	133 litros
Azeite	2,250 litros
Batatas	50,5 K
Grão	15,5 K
Bacalhau	17 K

Movimento de 1 a 31 de Maio:

Receita	2.654\$87
Despeza	2.061\$97
Existência em géneros:	
Macarrão	7 K
Arroz	10,5 K
Feijão	61 litros
Batatas	32,5 K
Pão	755
Bacalhau	11 K
Jantares cosinaados	1.461

1937 – 16 Outubro, Ano X, N. 507 (Pág 2)

**A Caridade em Aldeia Nova de S. Bento
(Balancete da União de Caridade desde 1 a 30 de Setembro de 1937)**

Receitas	1.209\$51
Despeza	382\$21
Receita em géneros:	
Azeite	17,5 litros
Grãos de bico	91 litros
Feijão	27 litros
Farinha	40 Kg
Trigo	42 Kg

1938 – 16 Julho, Ano XII, N. 543 (Pág. 3)

A “Sopa dos Pobres” a pedido do Commissariado de Desemprego, forneceu 7.298 refeições, a outros tantos desempregados, assim distribuídos:

Em Março	1.782
Em Abril	4.278
Em Maio	1.238

Por este fornecimento de refeições recebeu daquele Commissariado a quantia de 8.757\$20. A despeza em dinheiro com os pobres protegidos pela “Sopa dos Pobres” relativa a este 1.º semestre foi a seguinte:

Janeiro	2.002\$45
Fevereiro	2.605\$00
Março	4.277\$95
Abril	5.738\$70
Mai	3.713\$20
Junho	2.724\$80
Total	21.062\$10

Com a esmola material com que se tem procurado matar a fome corporal tem a Conferência de S. Sizenando procurado levar aos socorridos pela “Sopa” outra esmola que não é menor, a esmola espiritual do conselho, do carinho, da confiança e do amor em Deus.

Como é consolador passar-se um pouco em conversa amiga com os pobrezinhos! Como eles riem e choram de contentes!

Bejenses: Auxiliai a “Sopa dos Pobres”.

1940 – 27 Janeiro, Ano XIV, N. 622 (Pág. 2)

União de caridade das Senhoras de Aldeia Nova de S. Bento

Balancete desde 1 a 31 de Dezembro último

Receita (Saldo do mês anterior)	74\$00
Soma	1.033\$70
Despeza	
Soma	568\$75
Saldo para o mês seguinte	464\$95

1940 – 2 Março, Ano XIV, N. 627 (Pág. 4)

Dispensário infantil
(Movimento estatístico do ano de 1939)

Receitas	
Subsidio do Estado	1.500\$00
Subsidio da Junta de Freguesia de S.Tiago	30\$00
Subsidio da Junta Diocesana	100\$00
Subsidios particulares	706\$85
Total	2.336\$85
Despesas	
Água, luz, leite, petróleo	8.741\$55
Ordenados e expediente	2.450\$00
Medicamentos	148\$00
Despesas diversas	412\$15
Deficit do ano anterior	7.341\$25
	19.092\$95
Deficit para o ano de 1940	16.756\$10

1940 – 13 Julho, Ano XIV, N. 646 (Pág. 5)

As grandes obras: um bairro operário em Beja.
Dá conta dos primeiros custos das despesas. No início dispõe de entrada de 500 contos.
Um bairro para famílias pobres.

1941 – 18 Janeiro, Ano XV, N. 673 (Pág. 3)

União de Caridade das Senhoras de Moura

Relatório do Ano de 1940

Receita (Soma)	4.047\$00
Despesa (Soma)	3.600\$00
Saldo para 1941	0446\$55

Foram contemplados 173 pobres, sendo 98 com peças de vestuário, 24 com diversos géneros alimentícios, 24 com dinheiro e 27 com tabaco. Além destes pobres foram contemplados mais 105 no dia de Natal, com um jantar cada, constando de um pão, 250 gramas de carne, 250 gramas de arroz, 125 gramas de tocinho, 125 gramas de açúcar e 75 gramas de café.

Durante este ano enviou-se para o Dispensário Anti-tuberculoso, 1.729 ovos.

1941 – 15 Março, Ano XV, N. 680 (Pág. 6)

**União da Caridade das Senhoras de Beja
(Inverno de 1940-41)**

Pobres socorridos

Deram um total de 60 mantas, 20 chales, 24 lençoes, 14 enxovais para recém-nascidos, 14 cortes de fazenda para colchões e 57 peças de vestuário para adultos e para crianças.
Os pobres eram numerados e identificado o que lhes davam.

Exemplo:

Pobre N.º 1, Rua das Ferreiras, Beja, recebeu um enxoval para recém-nascido e um fatinho para outro filho;

Pobre N.º 17, Carmo Velho, Beja, recebeu um enxoval para recém-nascido;

Pobre N.º 27, Rua Teófilo da Trindade, Beja, recebeu uma manta.

Era ainda mencionado neste artigo os litros de leite distribuídos de Janeiro de 1940 a Fevereiro de 1941, bem como as visitas a famílias necessitadas, neste caso: 81 famílias pobres.

Cozinha Económica de Nossa Senhora de Fátima

Movimento que teve durante o ano de 1947

Refeições às classes operárias	
Almoços	12.049
Jantares	11.888
Total	23.937
Sopa a pobres e mendigos	
De manhã	36.920
De tarde	43.163
Total	80.083
Total de refeições e sopas	104.020
Rações de pão (Total das rações distribuídas)	64.874

BALANCETE

Receita	
Venda de senhas	84.098\$20
Esmolas em dinheiro	2.898\$00
Receita diversa	1.674\$00
Total	88.670\$20
Despesa	
Em géneros	102.229\$70
Ordenados	2.840\$00
Obras, concertos e expediente	6.268\$55
Total	111.338\$25
Saldo deficitário da cozinha	22.668\$05
Subsídios	
Recebido do Exmo. Governador Cível	10.000\$00
Idem da Assistência Pública	15.000\$00
Total	25.000\$00
Saldo de 1947	2.331\$95
Deficit dos anos anteriores:	10.851\$05
Deficit actual	8.519\$10

1949 – 15 Janeiro, Ano XXI, N. 1074 (Pág. 4)

**A Caridade em Beja
Dezassete anos de actividades do Dispensário Infantil de Beja**

Movimento desde a sua fundação no ano de 1931 até ao fim do ano de 1948:

Inscrições de crianças	367
Consultas, pesagens e medições	6.478
Tratamentos de diatermia	2.027
Vacinas	296
Rações	294.245
Litros de leite que foram dadas aos pequenitos, e na secção de medicamentos e receitas	59.739
Formulas assinaladas	1.334
Receitas	14
Óleo de fígado de bacalhau	20 quilos
Farinha fornecida	20 quilos
Latas de produtos farinados	Mais de 15
Peças de vestuário dadas	872

Receitas formadas por subsídios do Estado, da Assistência Pública, da União de Caridade das Senhoras de Beja e Subsídios particulares, recebeu o Dispensário Infantil 255.540\$23 e tudo nestes 17 anos de existência foi despendido em favor das crianças pobres.

1950 – 15 Abril, Ano XXI, N. 1137 (Pág. 2)

**Cozinha Económica de Nossa Senhora de Fátima
(Movimento do ano de 1949)**

Refeições às classes operárias	
Almoços	6.794
Jantares	7.282
Total	14.076
Sopa a pobres e mendigos	
De manhã	17.927
De tarde	24.973
Total	42.900
Total das refeições e sopas	56.976
Refeição de pão (Total das rações distribuídas)	46.311

BALANCETE

Receita	
Venda de senhas	43.020\$00
Esmolas em dinheiro	3.440\$00: 46.460\$90
Despesa	
Em géneros	71.003\$88
Ordenados a criados	3.444\$00
Obras, concertos e diversas despesas	4.208\$60 – 78.656\$48
Deficit da cozinha económica	32.195\$58
Subsídios	
Recebido do Exmo. Governador Cível	7.500\$00
Idem da Assistência Pública	25.000\$00: 32.500\$00
Saldo de 1949	304\$42
Deficit dos anos anteriores:	16.556\$25
Actual	16.251\$83

1951 – 3 Fevereiro, Ano XXIV, N. 1178 (Pág. 2)

Cozinha Económica de Nossa Senhora de Fátima Apelo do nosso Exmo. Prelado

Esmolas em géneros	
Bacalhau	15 quilos
Azeite	35 litros
Pães	28 (de um quilo cada)
Grão	5 litros
Macarrão	5 quilos
Grão	3 sacos
Farinha	2 sacos
Figos	1 sacco
Farinha	60 quilos
Esmolas em dinheiro	
Total	970\$00

1954 – 13 Fevereiro, Ano XXVI, N. 1330 (Pág. 4)

Os poderes governativos locais também accionavam os seus mecanismos, isto mesmo, é expresso pelo Governador Civil de Beja, Dr. António de Castro e Brito Meneses Soares, com estas palavras:

“Não tive ainda, por culpa dos afazeres da minha vida, ocasião de apresentar a V. Exa. Revma. o que penso da instituição do “Amparo dos Pobres” com o qual estou inteiramente de acordo, tomo a liberdade de enviar a V. Exa. Revma. O pequeno óbolo que junto, pedindo desculpa da sua pequenez”.

O “Amparo dos Pobres” inicia a sua actividade. Dois mil, setecentos e dezassesis quilos de pão, foi o que numa semana começou a ser distribuído.

D. José do Patrocínio Dias, depois de ter pensado começar esta sua saga do “Amparo”, precisamente pelo pão, mandou fazer milhares de senhas, equivalendo cada uma a 1Kg de pão, distribuindo-o pelos alentejanos mais necessitados, partiu para Santiago do Cacém para uma reunião do clero onde estavam representados os concelhos de Santiago, Grândola, Sines e Odemira. A iniciativa foi muito bem acolhida pelos padres presentes. E, assim, desde logo, começou a distribuição de senhas que haviam de ser transformadas em pão:

Para Santiago (350 pães)	1.555\$00
Para Grândola (343 pães)	1.131\$90
Para Sines (280 pães)	942\$00
Para Odemira (84 pães)	277\$20
Para Ermidas e Lousal (84 pães)	277\$20
Para Melides (70 pães)	231\$00

Quando regressou a Beja, o Sr. Bispo ai iniciou a distribuição das senhas também pelas conferências vicentinas.

1954 – 20 Fevereiro (Jornal “Ala Esquerda”), XVII Ano da 2.^a Série, N. 120 (Pág. 4)

Nesta altura já se dava conta dos 9.436 pães distribuídos em 26 freguesias. O contentamento dos pobres, quando receberam as senhas que lhe davam acesso a receber as senhas que lhe davam acesso a receber um pão em cada dia, foi grande.

«O “Amparo” não pede a ninguém um documento comprovativo de ter fome: dá-se com generosidade e a todos os que se apresentam a pedir.

A caridade não tem limites, nem balizas.

Pode haver um ou outro engano; mas antes ser-se enganado dez vez, dos que faltar uma só vez com o pão a uma boca faminta.»

Aqui está a relação das rações de pão distribuídas na presente semana:

Foram enviados:

Paróquias	Pães	Valor
Para Ourique	210	693\$00
Para Pias	175	577\$50
Para a Cozinha Econ. De N.ª S.ª de Fátima	2.037	6.722\$00
Para o Penedo Gordo	350	1.155\$00
Para Cuba	175	577\$50
Para Ferreira do Alentejo	175	577\$50
Para Beringel (2.ª)	175	577\$50
Para Mértola	350	1.155\$00
Para Almodôvar	210	693\$00
Para Messejana	350	1.155\$00
Para Aljustrel	350	1.155\$00
Para Santo Amador	210	693\$00
Para Aldeia Nova de S. Bento	175	577\$50
Para Amareleja	175	577\$50
Para Barrancos	329	1.085\$70
Para Moura	350	1.155\$00
Para Serpa	395	1.270\$00
Para Pias	175	577\$50
Para Safara	364	1.201\$20
	6.720	22.176\$00
Saldo da semana anterior	2.716	8.962\$80
Total	9.436	31.138\$80

Relação das esmolas de cada freguesia da diocese:

Beja	23.305\$00
Santiago do Cacém	14.060\$00
Serpa	5.300\$00
Aldeia Nova de S. Bento	2.750\$00
Ferreira do Alentejo	1.960\$00
Sines	1.600\$00
Ermidas – Sado	1.590\$00
Barrancos	1.030\$00
Vidigueira	950\$00
Pias	920\$00
Odemira	690\$00
Aljustrel	620\$00
Safara	570\$00
Moura	550\$00
Azinheira de Barros	500\$00
Alvalade	500\$00
Vila de Frades	500\$00
Castro Verde	455\$00
Mértola	270\$00
Colos	250\$00
Vale de Santiago	240\$00
Grândola	210\$00

Saboia	200\$00
S. Martinho das Amoreiras	200\$00
Amareleja	146\$00
S. Teotónio	143\$00
Vila Nova da Baronia	110\$00
Beringel	108\$00
Mina do Lousal	100\$00
Almodôvar	100\$00
Gomes Aires	100\$00
Santa Clara-a-Nova	100\$00
Relíquias	100\$00
Alvito	60\$00
Cuba	50\$00
Santa Clara-a-Velha	50\$00
Santana da Serra	50\$00
Rosário	40\$00
Mina de S. Domingos	40\$00
Cova do Gato – Abela	40\$00
Santa Cruz	27\$00
Viseus – Castro Verde	20\$00
S. João dos caldeireiros	20\$00
Sonega – Cercal do Alentejo	20\$00
Santa Bárbara dos Padrões	20\$00

Destas verbas ficaram nas freguesias 13.290\$00, onde foram recebidos.

1954 – 27 Fevereiro, Ano XXVI, N. 1331 (Pág. 4)

O nosso bispo mandou acrescentar ao pão que já dava, também uma ração de carne. Cada pão tem agora a acrescentar 250 gramas de toucinho: um pão: 3\$30; toucinho, 2\$90. Para dar 7 pães (os sete dias da semana) e 7 doses de carne, há que pagar 40\$70 para cada pequena família e multiplicar pelo aumento de filhos em cada família:

Conclusão:

- Dar 20\$00 para o “Amparo” é amparar meia família, uma semana;
- Dar 50\$00 é amparar uma família de três pessoas, uma semana;
- Dar 100\$00 é amparar uma família numerosa, uma semana.

1954 – 27 Março, Ano XXVI, N. 1335 (Pág. 4)

Outra das notáveis obras do “Amparo” é a Cozinha Económica, um elemento social de grande valor que só em Fevereiro distribuiu 10.000 sopas, teve uma despesa mensal de 15.000\$00.

1954 – 3 Abril, Ano XXVI, N. 1336 (Pág. 4)

O “Amparo” continua vivo... a Câmara Municipal de Santiago do Cacém entregou cinco mil escudos para o Amparo; mas também particulares muito ajudam esta grande obra que está nascendo.

Exemplo disso é um particular que se aproximou do Sr. Bispo quando este se dirigia para o Paço, depois de deixar a Sé. E lhe prometeu uma esmola de 10.000\$00.

Assim fica o Amparo enriquecido com mais esta dádiva. Disse-lhe no momento o prelado: “«quem dá aos pobres empresta a Deus!» Ele paga-lhe o seu empréstimo”, disse.

1955 – 15 Janeiro, Ano XXVI, N. 1378 (Pág. 4)

Informações sobre o Bairro de N.^a Sr.^a da Conceição.

Cada habitação virá a custar:	Valor
As do Tipo A (dois quartos)	31.265\$00
As do Tipo B (três quartos)	36.264\$00
As do Tipo C (quatro quartos)	49.465\$00
A participação concedida é de 50% Conclui-se, portanto que, o benfeitor que quiser dar uma casa concorrerá:	
Para uma casa tipo A	15.633\$00
Para uma casa tipo B	18.132\$00
Para uma casa tipo C	24.732\$60

.....
Pág. 2, 3 e 4

O Amparo dos Pobres tem a Alta Proteção do Estado. Duzentos e sessenta contos!
Logo que se constituiu a Junta Diocesana do Amparo dos Pobres, que logo o Estado participou com 110 contos e a terminar o ano de 1954, de novo a expressão da caridade oficial do Estado enviava 150 contos.

1955 – 12 Fevereiro, Ano XXVI, N. 1383 (Pág. 4)

Atividades do Amparo

Distribuíram-se: 17.234 pães

Importância dispendida: 56.872\$20

Neste mês fizeram-se as seguintes distribuições de 3 a 23 de Março:

Para a Comissão do Amparo dos Pobres	
1.190 quilos de pão a 3\$30	3.927\$00
1.294 quilos de pão a 3\$30	4.270\$20
1.199 quilos de pão a 3\$30	3.956\$70
1.332 quilos de pão a 3\$30	4.395\$60
Conferência de Nossa Senhora de Fátima	
84 quilos de pão a 3\$30	277\$20
70 quilos de pão a 3\$30	231\$00
70 quilos de pão a 3\$30	231\$00
70 quilos de pão a 3\$30	231\$00
Conferência do Sagrado Coração de Jesus	
70 quilos de pão a 3\$30	231\$00
70 quilos de pão a 3\$30	231\$00
70 quilos de pão a 3\$30	231\$00
70 quilos de pão a 3\$30	231\$00
Conferência de Santa Maria Goretti	
28 quilos de pão a 3\$30	92\$40
28 quilos de pão a 3\$30	92\$40
26 quilos de pão a 3\$30	85\$80
26 quilos de pão a 3\$30	85\$80
Saldo do mês anterior	
11.439 quilos pão	37.748\$70
Neste mês	
5.795 quilos de pão	19.123\$50
	56.872\$20
Conferência do Menino Jesus	
21 quilos de pão a 3\$30	69\$30
21 quilos de pão a 3\$30	69\$30
21 quilos de pão a 3\$30	69\$30
21 quilos de pão a 3\$30	69\$30
Conferência de S. Sizenando	
14 quilos de pão a 3\$30	46\$20
	19.123\$50
Saldo do mês anterior	
11.439 quilos de pão	37.748\$70
Neste mês	
5.795 quilos de pão	19.123\$50
	56.872\$20

O Ministro das Obras Públicas (Engenheiro Eduardo Arantes e Oliveira), participou a construção do Bairro dos Pobres de Nossa Senhora da Conceição, não só atribuindo 50% para as moradias, mas dando igual percentagem para a compra do terreno e para a urbanização local.

Bairro de Nossa Senhora da Conceição

BALANCETE

VERBAS PAGAS	
Pago pela comparticipação do Estado	258.378\$00
Pago pela Assistência Pública	190.000\$00
Pago pelas esmolas dos benfeitores	215.491\$60
Total	663.869\$60
VERBAS A PAGAR	
Por conta do Estado	649.622\$00
Pelas esmolas de benfeitores	502.508\$40
Total	1.152.130\$40
NOTA	
Total das verbas pagas	663.869\$60
Total das verbas a pagar	1.152.130\$40
Valor da 1. ^a fase do bairro	1.816.000\$00

APÊNDICE FOTOGRÁFICO



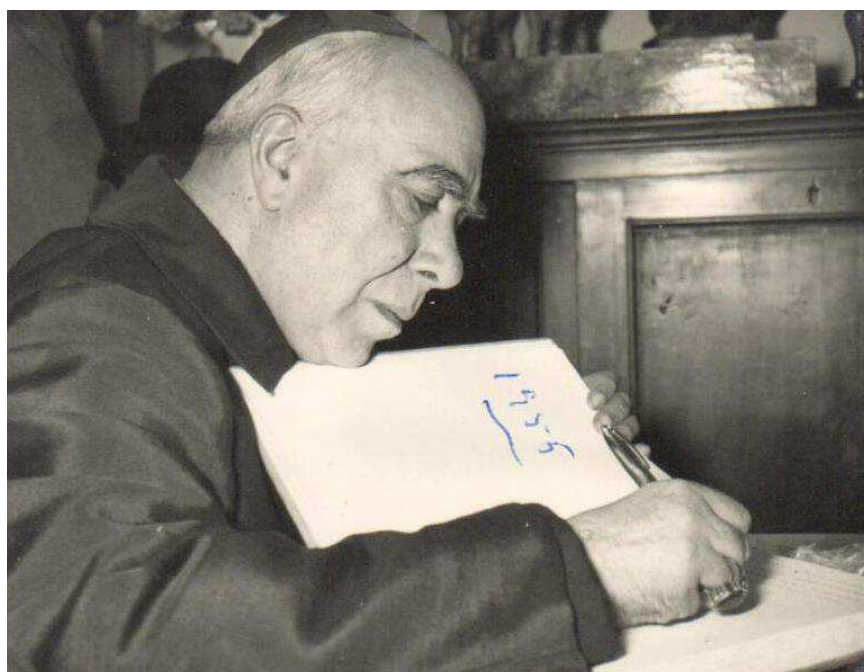
**José do Patrocínio Dias, quintanista
da Faculdade de Teologia de Coimbra (1907)**



1.º Grupo de capelães militares do CEP (1917-1918)



Lançamento da 1.ª pedra da União da Caridade das Senhoras de Beja – 1925



D. José do Patrocínio Dias, em 1956



D. José do Patrocínio Dias com a Congregação das Oblatas do Divino Coração da Diocese de Beja (29.1.1959)



As Oblatas dando de comer às velhinhas



As Oblatas dando de comer aos velinhos



As Oblatas na sua benemérita missão de assistência



Hospital da Misericórdia de Beja- Serviço de Obstetrícia



Vista do claustro do Patronato de Santo António com as irmãs e crianças em actividades



No início da década de 50 surge o Bairro de Nossa Senhora da Conceição, um bairro social de iniciativa do Sr. D. José do Patrocínio Dias



**Bairro de Nossa Senhora da Conceição
Aqui é visível a Escola Primária**